

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIDADES TERRITÓRIOS E
IDENTIDADES (PPGCITI)

DALGISA DA CONCEIÇÃO ARAÚJO DA SILVA

NA “BEIRA” DO CAIS, O CENTRO ENGLOBALADOR EM RISCO:
Perspectivas e possibilidade de reordenamento da orla de Abaetetuba/PA

ABAETETUBA/PA

2022

DALGISA DA CONCEIÇÃO ARAÚJO DA SILVA

**NA “BEIRA” DO CAIS, O CENTRO ENGLOBALADOR EM RISCO:
Perspectivas e possibilidade de reordenamento da orla de Abaetetuba/PA**

Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI) da Universidade Federal do Pará.
Linha de Pesquisa: Política Pública, Movimento Social e Territórios.
Orientador: Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals e Souza.

ABAETETUBA/PA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Pará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S586b SILVA, DALGISA DA CONCEIÇÃO ARAÚJO DA.
NA “BEIRA” DO CAIS, O CENTRO ENGLOBALADOR EM RISCO: Perspectivas e possibilidade de reordenamento da orla de Abaetetuba/PA / DALGISA DA CONCEIÇÃO ARAÚJO DA SILVA. – 2022.
129 f.: il. color.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades, Abaetetuba/PA, 2022.
Orientação: Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals e Souza.
1. Planejamento Urbano. 2. Risco. 3. Ordenamento Territorial. 4. Territorialidade. 5. Amazônia.
I. Título.

CDD 711.42

DALGISA DA CONCEIÇÃO ARAÚJO DA SILVA

**NA “BEIRA” DO CAIS, O CENTRO ENGLOBADOR EM RISCO:
Perspectivas e possibilidade de reordenamento da orla de Abaetetuba/PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades - PPGCITI, do Campus Universitário de Abaetetuba, da Universidade Federal do Pará, como requisito, junto à Banca Examinadora, à obtenção do título de Mestra em Estudos Interdisciplinares.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals e Souza.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals e Souza (UFPA-PPGCITI) – Presidente

Prof. Dr. Afonso Welington de Sousa Nascimento- PPGCITI (Examinador Interno)

Profa. Dra. Mara Rita Duarte de Oliveira – (Examinadora Externa)

ABAETETUBA/PA

2022

À minha família,
que muito me honrou
com cuidados e incentivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, acima de tudo, pela minha saúde física e mental que me possibilitaram chegar até aqui.

À Coordenação do Campus da Universidade do Baixo Tocantins e do Programa de Pós-graduação Cidade, Identidade e Território e aos nossos professores pelo conhecimento e incentivo.

Agradeço ao colega da secretaria Raimundo Hosana, sempre disponível e eficiente nas orientações dos processos acadêmicas. À professora Eliana Telles pelo entendimento do Programa Cidade Identidade e da importância da pesquisa sobre a região Amazônica, a identidade e as múltiplas territorialidades presentes. Ao professor Alexandre Cals, ao Prof. Dr. Afonso Nascimento e à Prof.^a Dr.^a Mara Rita que se dispuseram a fazer uma análise minuciosa da minha pesquisa, na qualificação, apontando as dificuldades e o caminho a seguir.

Agradeço aos amigos de trabalho que somaram comigo no meu entendimento de garantia de direitos e do direito à cidade. Aos prefeitos Francisco Maués Carvalho e Francinetei Carvalho, assim como a assistente social Joana Rita Abreu, que enquanto gestores plantaram na minha consciência a semente das capacidades e poder pessoal e, acima de tudo, sempre me incentivaram a escrever a sobre o nosso município de Abaetetuba.

Agradeço às amigas que o mestrado me proporcionou: Clemildes Furtado, Érica Ribeiro e Marléa Sobrinho, pela amizade, incentivo e apoio técnico da minha dissertação. À minha amiga Selma Helena Figueiredo, que esteve presente nos momentos de grandes dificuldades no período da pesquisa. Agradeço a todos os meus amigos, pessoas que contribuíram para o meu bem-estar pessoal e emocional durante a minha jornada, e agradeço a Deus por ter colocado essas pessoas maravilhosas no meu caminho.

À minha família, principalmente a meus pais André Nascimento e Raimunda Pereira da Silva (*in memoriam*), que acreditaram que a educação ainda é o caminho para uma vida melhor e pela consciência repassada de ser honesto em tudo que se propõe a fazer e a ser na vida.

Sou grata ao nosso cachorro Caruso, que foi fiel em me fazer companhia nas madrugadas e principalmente nos finais de semana; quando lembrar do tempo em que passei estudando e pesquisando, vou lembrar que ele esteve sempre do meu lado, literalmente.

E, finalmente, agradeço a Deus por me ter me dado um significado maior na minha existência, quando me permitiu conceber as duas pessoas, que são o motivo de sempre buscar

o melhor de mim: meus filhos Arthur e Sarah Miranda, que me motivam a querer dar o melhor para eles e acabo dando o melhor de mim e cresço com isso. Os meus filhos são os meus maiores incentivadores e companheiros; sou grata por compreenderem o meu distanciamento, ausências, a sala cheia de livros e por terem acreditado em mim; sem eles eu não seria a metade do que eu sou hoje.

Sou grata aos meus anjos da guarda.

“A cidade, portanto, é o concreto, o visível por meio das estruturas. Espaço urbano é o subjetivo, visível apenas por meio das práticas típicas da cidade, ou de áreas a ela diretamente ligadas” (Marcus Castro de Lima, 2008).

RESUMO

Este trabalho propõe-se a analisar o processo de transformação que vem se desenhando ao longo na orla fluvial urbana do município de Abaetetuba/PA, ocupações em paisagem amazônicas, em áreas afetadas por curso de marés e matas ciliares em áreas que deveriam ser de proteção. Essas ocupações vão-se constituindo em áreas de vulnerabilidades, onde os riscos, estão presentes nas moradias construídas em áreas de cursos d'água, em áreas de solo erosivo, de forma inadequada e sem infraestrutura de proteção, fato que culminou em desastre ocorrido em 2014 no bairro São João: um colapso de aterro destruiu 13 (treze) casas e, como consequência, 51 (cinquenta e uma) famílias foram afetadas pelo desastre. De forma similar, esse processo de ocupação afetou também outras áreas da orla fluvial, principalmente a orla comercial, a qual chamo aqui de centro englobador, por se tratar de uma local de bairro histórico com potencial econômico e cultural, onde está localizada uma das maiores feiras a céu aberto da região. Este sinistro acompanhei trabalhando na Coordenadoria Municipal da Defesa Civil, e pude ver de perto o sofrimento das pessoas que tiveram perdas de toda a natureza, e que não puderem mais retornar para suas casas. Esse fato me motivou a questionar em como reordenar as áreas de riscos em espaços urbanos já consolidados, de maneira a evitar que novos desastres aconteçam. O cenário de risco acontece em Abaetetuba, em áreas de diferentes usos e ocupações do solo, áreas vulnerabilidade social, fragilidade ambiental, fluxo comercial, concentração de equipamentos urbanos e área de memória histórica. Desta forma analiso o processo de transformação dos bairros da orla fluvial de Abaetetuba enquanto formação de áreas de risco para desenvolvimento de uma proposta e ordenamento que considere os riscos e as vulnerabilidade presentes nesses territórios. Com base nos resultados da pesquisa, constatou-se que, apesar do histórico de desastre nesses locais, a estrutura urbana existente e a falta de um plano de gestão de riscos que proteja a orla fluvial contribuíram para o cenário de risco que se apresenta. Desse modo, é necessário levar em conta as possibilidades de intervenção pública a partir de melhorias nos instrumentos de planejamento existentes e elaboração de novos, que incluam o diagnóstico das áreas, monitoramento e um tratamento diferenciado para as áreas de risco em que a população a participe do processo. A pesquisa foi realizada através de levantamento de dados e aplicação de questionários semiestruturados com agentes do setor público e sociedade civil para possibilitar uma proposta de planejamento mais eficiente. A pesquisa foi pensada em uma análise multidisciplinar em que são articuladas contribuições dos planos municipais e de estudiosos das áreas da geografia, meio ambiente, ciências sociais e política urbana.

Palavras-chave: Planejamento Urbano. Risco. Ordenamento Territorial. Territorialidade. Amazônia.

ABSTRACT

This work proposes to analyze the process of transformation that has been developing along the urban riverfront of the municipality of Abaetetuba/PA, occupations in the Amazonian landscape, in areas protected by the course of tides and riparian forests in areas that should be protected. These occupations constitute areas of vulnerability, where the risks are present in the houses built in areas of water courses, in areas of erosive soil, in a caused way and without protection infrastructure, a fact that culminated in a disaster that occurred in 2014 in the São João neighborhood: a landfill collapse destroyed 13 (thirteen) houses and, as a result, 51 (fifty-one) families were supported by the disaster. In a similar way, this occupation process also affected other areas of the riverside, mainly the commercial side, which I call here the encompassing center, as it is a historic neighborhood with economic and cultural potential, where one of the largest open-air fairs in the region. I followed this accident while working at the Municipal Civil Defense Coordination, and I was able to see firsthand the suffering of people who had losses of all kinds, and who were no longer able to return to their homes. This fact motivated me to question how to rearrange risk areas in already consolidated urban spaces, in order to prevent new disasters from occurring. The risk scenario takes place in Abaetetuba, in areas of different land uses and occupations, areas of social vulnerability, environmental protection, commercial flow, concentration of urban equipment and an area of historical memory. In this way, I analyze the process of transformation of the riverside neighborhoods of Abaetetuba as the formation of risk areas for the development of a proposal and planning that considers the risks and vulnerabilities present in these territories. Based on the research results, it was found that, despite the history of disasters in these places, the existing urban structure and the lack of a risk management plan that protects the riverfront contributed to the risk scenario that is presented. In this way, it is necessary to take into account the possibilities of public intervention based on improvements in existing planning instruments and the elaboration of new ones, which include the diagnosis of the areas, monitoring and a differentiated treatment for the risk areas in which the population participates. of the process. The research was carried out through data collection and application of semi-structured questionnaires with public sector agents and civil society to enable a more efficient planning proposal. The research was conceived in a multidisciplinary analysis in which contributions from municipal plans and scholars from the areas of geography, environment, social sciences and urban policy are articulated.

Key Words: Urban planning. Risk. Land use planning. Territoriality. Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Gestão de risco e gerenciamento de desastre	43
Figura 2: Gestão de risco e monitoramento	45
Figura 3: Mapa do município de Abaetetuba/PA	48
Figura 4: Imagem aérea da zona urbana de Abaetetuba	49
Figura 5: Unidade geológica	50
Figura 6: Esquema computadorizado de sistema de drenagem seccionado e em perspectiva	52
Figura 7: Destino final do sistema de drenagem pluvial na orla de Abaetetuba	53
Figura 8: Área atendida pelo sistema de drenagem na área urbana do município	54
Figura 9: Imagem do bairro São José	64
Figura 10: Mapa do bairro São João	65
Figura 11: Imagem aérea do desastre no bairro São João	65
Figura 12: Vista frontal da Trav. D. Pedro I	67
Figura 13: Vista superior da Trav. D. Pedro I	67
Figura 14: Lado esquerdo da Trav. D. Pedro I	67
Figura 15: Lado direito da Trav. D. Pedro I	67
Figura 16: Fundos da igreja de São José	68
Figura 17: Áreas particulares com contenção em madeira	68
Figura 18: Área colapsada no bairro São João em 2014	68
Figura 19: Imóvel de 2 pavimentos em área de solo fragilizado	69
Figura 20: Rachaduras no solo na área do desastre	70
Figura 21: Fissuras no solo na área do desastre	70
Figura 22: Área de risco da orla, visita técnica da CPRM, SEMOB, Bombeiros e COMDEC	73
Figura 23: Drenagem danificada da orla	73
Figura 24: Vista de baixo do calçadão	74
Figura 25: Visita na orla (IML, Defesa Civil, Bombeiros e gestão pública)	74
Figura 26: O Cruzeiro, símbolo da história e religiosidade	78
Figura 27: Praça de N. Sra. da Conceição	79
Figura 28: Cartaz da festividade da padroeira de 1939	79
Figura 29: A frente da cidade de Abaetetuba, comércio sobre estivas	82

Figura 30: Mercado de carne	88
Figura 31: Venda irregular de carne na rua	88
Figura 32: Mercado de Peixe Municipal	89
Figura 33: Farmácia Indiana	91
Figura 34: Movimento de pessoas e embarcações na orla	93
Figura 35: Comércio de variedades	93
Figura 36: Área da Feira da Farinha	93
Figura 37: Venda de redes de dormir	94
Figura 38: Venda de relógios	94
Figura 39: Destroços causados pela explosão da balsa de combustível durante serviço de retífica	95
Figura 40: Motocicletas presentes na área comercial	97
Figura 41: Foto panorâmica da orla de Abaetetuba antes da obra	100
Figura 42: A orla depois da obra	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Procedimentos operacionais da pesquisa	25
Quadro 2: COBRADE	40
Quadro 3: Estruturação das entrevistas	82
Quadro 4: Plano de Gestão de Risco	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação quantitativa % de área atingida por inundação em cada bairro	71
Tabela 2: População residente (pessoas) por situação do domicílio - Abaetetuba (PA), 2000 e 2010	87
Tabela 3: Área plantada ou destinada à colheita (Hectares) de produtos das lavouras temporárias e permanentes - Abaetetuba (PA), 2010-2019	87

SIGLAS

BSP	Benefício de Superação da Extrema Pobreza.
CBM-PA	Comando de Bombeiros Militar do Estado do Pará
CEDEC	Coordenação Estadual de Defesa Civil
CEMADEN	Centro de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais
COBRADE	Classificação e Codificação Brasileira de Desastres
COMDEC	Coordenadoria Municipal de Defesa Civil
COSANPA	Companhia de Saneamento do Pará
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CRAS	Centro de Referência da Assistência social
CRED	Pesquisa de Epidemiologia dos Desastre (Centre Research on the Epidemiology of Disasters).
DIVOP	Divisão de Operações
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IML	Instituto Médico Legal
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change)
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
PAM	Produção Agrícola Municipal
PBF	Programa Bolsa família
PLACON	Plano de Contingências
PMA	Prefeitura Municipal de Abaetetuba
PMSA	Plano Municipal de Saneamento Ambiental
SEMEIA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMOB	Secretaria Municipal de Obras e Viação
ZEIS	Zonas de Interesse Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	24
2 URBANIZAÇÃO E RISCOS NA AMAZÔNIA	31
2.1 A TERRITORIALIDADE NAS CIDADES AMAZÔNICAS E O PADRÃO RIBEIRINHO DE OCUPAÇÃO.....	32
2.2 ORLA FLUVIAL AMAZÔNICA: ESPAÇO DE RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS (DESASTRE).....	34
2.3 DESASTRES E A POLITICA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	36
2.3.1 Gestão de riscos, gerenciamento de desastres e planejamento urbano.....	42
3 ORLA FLUVIAL: URBANIZAÇÃO NO CONTEXTO DE RISCO.....	48
3.1 ORLA FLUVIAL, INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO.....	54
3.2 DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E VULNERABILIDADE SOCIAL DO BAIRRO ALGODOAL.....	57
3.2.1. Área da Chicolândia.....	58
3.3 ORLA DOS BAIROS SÃO JOSÉ E SÃO JOÃO: O QUINTAL É O RIO.....	62
3.4 O BAIRRO CENTRO: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CAIS DE ARRIMO.....	72
4 PROPOSTA DE REORDENAMENTO URBANO PARA ORLA DE ABAETETUBA	77
4.1 O RIO, A “BEIRA” E A FEIRA: REFERÊNCIAS HISTÓRICAS NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÕES DA ORLA COMERCIAL.....	77
4.2 TERRITORIALIDADES EM QUESTÃO E REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO ENGLOBADOR.....	84
4.3 PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RISCO DA ORLA FLUVIAL E COMERCIAL	101
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS.....	116
ANEXOS.....	120
APÊNDICE.....	125

1 INTRODUÇÃO

No contexto atual de ameaça à sobrevivência humana em face da degradação dos recursos naturais, extinção das espécies e poluição dos recursos hídricos, a questão ambiental ocupa um lugar de destaque nos debates internacionais, em especial na Amazônia, que nos últimos anos vem sofrendo uma profunda alteração em sua paisagem. Esse ecossistema vem passando por inúmeras formas de degradação socioambiental devido ao uso e ocupação do espaço em áreas que deveriam estar protegidas.

Abordagens de planejamento e gestão municipal buscam uma harmonização de interesses de desenvolvimento social, econômico, preservação ambiental e proteção da área de risco. Nesse sentido, o presente estudo analisa uma realidade presente em Abaetetuba, uma cidade da Amazônia Tocantina que apresenta o padrão ribeirinho de ocupação nas margens dos rios, sujeitos aos processos naturais de enchentes, inundações e alagamentos em solo erosivos, próprios da região.

Abaetetuba pertence à Mesorregião do Nordeste do Paraense e, de acordo com Alves (2007), teve sua ocupação iniciada às proximidades do rio, no caso o rio Maratauíra, afluente do rio Pará, hoje centro urbano e econômico da cidade. O município apresenta uma geografia entrecortada de furos e igarapés, compondo uma sub-bacia, que por sua vez vai desaguar na costa Maratauíra. As ocupações nessas áreas ocorrem pela identidade, ligação que essas pessoas têm com o rio, seu modo de vida, a paisagem similar ao contexto ambiental em que viviam anteriormente. Desta forma instalar-se numa cidade, mas nas proximidades do rio também significa instalar-se próximo ao centro urbano, o que reduz o problema da mobilidade urbano-rural/ilhas, já que os portos e locais de embarque e desembarque também estão instalados nessas áreas.

No entanto, a adaptação das moradias a essas áreas, constituídas por várzeas, são marcadas por degradação e transformação da paisagem em áreas de vulnerabilidade. Desse modo, o que antes era área de floresta, de proteção, passa a se constituir áreas de risco, principalmente risco de erosão, devido à retirada da mata ciliar e a fragilidade da formação do solo próprio da região.

No Brasil, os riscos naturais estão associados ao intenso crescimento urbano sobre áreas inapropriadas para habitação, traduzindo-se no que Veyret (2013) considera como o germe da vulnerabilidade. Como exemplo dessa situação evidenciada, pode-se analisar o espaço urbano da cidade de Abaetetuba, nos bairros estabelecidos às margens do rio Maratauíra, a partir dos problemas ambientais que marcam sua paisagem, a qual está associada ao curso hídrico e a presença de ocupações sobre a planície de inundação (RIBEIRO, 2017, p. 20).

Nesse sentido, considerando que a cidade apresenta um crescimento ao longo das margens do rio, os bairros São João, São José, Algodal e o bairro Centro constituem a orla fluvial, que faz parte de um cenário de risco, por se tratar de áreas de erosão, com problemas de infraestrutura urbana, vulnerabilidade social e ambiental, onde deveria ser área de proteção.

Apesar disso, os moradores nem sempre percebiam tal risco, até acontecer um desastre em 2014 no bairro São João. O episódio aconteceu no dia 04 de janeiro em decorrência de vários fatores, mas principalmente pelo avanço da urbanização em áreas de várzea: os moradores, ao longo dos anos, aterraram suas áreas paulatinamente com materiais orgânicos, como galhos de árvores, resíduos de açaí, serragem de madeira e materiais argilosos e posteriormente o próprio poder público contribuiu nesse processo, aterrando tais áreas por demanda dos moradores.

O desastre aconteceu logo nas primeiras horas da manhã, em um período de precipitação intensa (chuva) somada à maré alta. Um buraco se abriu na orla e em alguns minutos 13 (treze) casas foram engolidas, ou seja, o solo colapsou nas margens do rio Maratauíra onde não existia muro de contenção. O episódio foi noticiado por vários jornais em nível municipal, regional e nacional e impressionou pela rapidez com que as casas foram engolidas pelo buraco. Outra situação impressionante foi fato de uma mãe ter lançado seu filho, um bebê, do segundo andar de sua casa para que fosse apanhado pelos moradores que estavam embaixo pouco antes de a casa desabar. Esses fatos causaram comoção nacional, sendo assim, além do atendimento dos agentes municipais, o município foi acolhido pelos bombeiros, Defesa Civil do Estado, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), pesquisadores, além de receber ajuda humanitária de vários grupos de municípios vizinhos e estado.

Nesse contexto, o município decretou Situação de Emergência (Decreto Municipal nº 206/2014, Desastre: Subsidências e Colapso – 1.1.3.4), regulamentou por lei o funcionamento da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) e, junto com todas as Secretarias municipais, pôde-se dar resposta imediatas ao desastre. Além disso, as atividades normais da gestão municipal foram interrompidas para dar assistência e socorro integral às pessoas afetadas pelo sinistro. As famílias receberam atendimento médico e psicológico e, apesar de não haver desaparecidos ou vítimas fatais, 51 (cinquenta e uma) famílias foram afetadas.

A Defesa Civil do Estado, juntamente com a CPRM, definiu um polígono de risco e os imóveis a serem interditados e demolidos posteriormente. Assim, as famílias não poderiam mais voltar para o seu imóvel, sob pena de colocar suas famílias em risco. Desse modo, uma

parte foi alojada em casa de parentes e amigos e outra parte foi abrigada provisoriamente no ginásio de esportes do município.

Decorrida uma semana, as pessoas que foram abrigadas no Ginásio Municipal passaram receber uma espécie de “aluguel social” a fim de garantirem instalações melhores. Esse recurso inicialmente foi garantido pela Prefeitura Municipal de Abaetetuba (PMA), por meio de uma resolução do Conselho Municipal da Assistência Social com duração de três meses e, posteriormente, pelo Ministério da Integração, por intermédio do processo de reconhecimento de desastre e a apresentação do Plano de Resposta, instrumento que define as metas e recursos das ações de resposta ao desastre. Durante esse processo de aluguel social, que durou cerca de quatorze meses, ações foram articuladas para subsidiar moradia às famílias vítimas do desastre, como o cheque moradia, um benefício assegurado pelo governo do Estado que repassou às famílias recurso financeiro para construir um imóvel, além de uma indenização por parte do município realizada com negociação amigável.

Não obstante o município ter vivenciado toda essa tragédia, percebe-se um cenário de risco sendo construído nos bairros que compõem a orla da cidade pelo processo de ocupação irregular ao longo das margens do rio, como degradação, desmatamento, aterramentos irregulares das áreas de várzea e falta de infraestrutura urbana adequada, principalmente nos bairros Algodual, São José e São João. Por outro lado, os instrumentos do planejamento e a gestão municipal não têm estrutura suficiente para evitar os problemas ambientais e urbanos existentes nessas áreas. Entende-se que essas áreas, por se tratar de margens do rio, deveriam ter um direcionamento diferenciado em sua ocupação a fim de proteger a população que faz uso desses espaços, em qualidade e quantidade compatível com o seu ecossistema. Desse modo, se esses espaços fossem adequadamente tratados na cidade, a população não estaria exposta a riscos relacionados à contaminação da água, à proliferação de doenças de veiculação hídrica e a possíveis erosões.

Nesta pesquisa, o bairro Centro terá destaque por se tratar da orla comercial de Abaetetuba, do centro econômico e histórico da cidade, e por ter sido contemplado com a obra de cais de arrimo, construída com recursos externos. Os recursos oriundos do Ministério de Desenvolvimento Regional deram-se pelo cenário de destruição que se apresentava em um trecho da orla, processo de erosão que ameaçava de desabamento toda a frente da cidade. Esse trecho foi apontado no mapa de risco do Serviço Geológico do Brasil/2014 e pelo mapa de hierarquização das áreas de risco, elaborado pela COMDEC em 2018, como área de maior risco

e de maior vulnerabilidade social e econômica. Esse trecho compreende a maior área comercial e de feira da cidade e, conseqüentemente, a maior área de aglomeração, considerada um local de entreposto comercial importante da região que ameaçava colapsar pelos processos naturais que invadem a planície de inundação e fatores amazônicos do período.

O Centro englobador em risco, aqui denominando o bairro Centro, pelo risco que se apresenta e por sua importância histórica, que também engloba nesse local grande aspecto econômico e social. E se fala em social pela referência cultural, onde se relacionam o rio e as pessoas, no seu modo ser ribeirinho, na vivência do estuário amazônico, em que se identificam 72 (setenta e duas) localidades e dezenas de comunidades ribeirinhas para as quais o rio é rua e as embarcações que enfeitam o rio estacionam no cais de arrimo, logo nas primeiras horas do dia.

No processo do gerenciamento de desastre, que aconteceu no bairro São João, participei como funcionária pública e pude vivenciar a dor da perda dessas famílias, os prejuízos sofridos, a angústia de não ter mais um lugar para voltar. As pessoas perderam bens materiais, documentos, uma parte de sua história, além de memórias, quando perderam as fotografias e objetos familiares. Muitos perderam a sua territorialidade, uma vez que não puderam mais voltar para seu lugar, para a sua história e para seu modo de vida. Na condição de funcionária, pude lidar com gerenciamento de abrigo, aluguel social, cestas básicas e doações, e constatou-se que todo apoio foi pouco diante de tantas perdas. Porém o maior problema enfrentado por essas famílias foi o pós-evento: a busca de um lugar para morar. Essa experiência levou-me a indagar se o desastre não poderia ter sido evitado ou se o poder público tinha um olhar para o cenário de risco que foi construído e para as outras áreas de vulnerabilidade em formação.

Nesse sentido, a escolha deste tema está ligada a um indissociável conjunto de motivações. Como funcionária pública municipal pude atuar em várias políticas públicas e Secretarias Municipais, trabalhando com questões urbanas, sociais, ambientais e de mobilidade urbana. Desta forma tive a oportunidade de conhecer as várias faces da política pública municipal, suas potencialidades, dificuldades, fragilidades, limitações, assim como a omissão em diversas situações que poderiam ter sido evitadas. Acompanhei os processos de urbanização da cidade e percebi que o planejamento urbano não acompanhou a velocidade da instalação de novas ocupações nas áreas de várzeas do município. Nesse contexto existe uma conta que não fecha: de um lado as famílias tentando prover suas necessidades mais básicas como alimentação

e moradias e de outro lado o poder público, definindo o que é prioridade na política pública, quando se trata de centro e periferia.

Dessa forma, acredita-se ser possível um planejamento por força de lei, da política pública, que reveja as áreas de várzeas como áreas a serem protegidas, que considere as famílias em situação de vulnerabilidades social para que não se instalem em áreas de erosão. É necessário, contudo, que se conheça o território por intermédio de diagnóstico e material cartográfico, com vistas a identificar no plano diretor o macrozoneamento com as áreas a serem preservadas e fomentar as áreas consolidadas com política de moradia e outras, com melhor mobilidade urbana e geração de renda para que as famílias possam viver sem ameaças de desastre, em um local digno e com qualidade de vida.

Considerando as áreas de potencial risco dos bairros que compõem a orla fluvial da cidade de Abaetetuba, será analisado o território de risco e proposto uma reordenamento para a orla nas suas fragilidades em áreas de urbanização consolidada e de expansão, que sofrem com pressão urbana e com processos naturais de erosão que deveriam ser áreas de proteção ambiental. Assim, a problemática deste estudo destaca: **Como reordenar os bairros da orla fluvial e centro englobador sujeitos a risco de desastre natural de modo a amenizar os impactos causados pela degradação ambiental e evitar que novos desastres aconteçam?**

Questionando sobre uma proposta de requalificação para a orla de Abaetetuba, considerando a área de risco e as territorialidades presentes, faz-se as seguintes indagações: Quais as transformações ocorridas na orla de Abaetetuba para formação de áreas de risco? Como reordenar a orla da cidade diante de áreas consolidadas e de risco ao mesmo tempo? Como reordenar a área comercial considerando as suas territorialidades, os aspectos econômicos, sociais e culturais da orla?

A partir da leitura da paisagem da área geográfica estudada, pôde-se observar que nos últimos dez anos essas ocupações que surgiram às margens do rio Maratauíra caracterizam-se por apresentar uma paisagem bem degradada, urbanizada, devido à destruição das matas ciliares e à poluição hídrica, que conseqüentemente poderão estar afetando e comprometendo a saúde e a qualidade de vida desta população.

Partindo da análise desta realidade, o gestor municipal deve considerar, para o seu planejamento e gestão, de um lado a legislação ambiental e legislação do ordenamento territorial brasileira, que lhe dará um suporte legal para preservação de determinados espaços,

com base nos problemas ambientais, e do outro lado os problemas oriundos da supervalorização do espaço, a partir da comercialização de produtos no local.

O objetivo geral é desenvolver uma proposta de reordenamento dos bairros da orla fluvial urbana e Centro Englobador sujeitos a risco de desastre natural e tecnológico de modo a amenizar os impactos causados pela degradação ambiental e evitar que novos desastres aconteçam, tendo como objetivos específicos:

1. Destacar o padrão ribeirinho de urbanização nas cidades da amazônicas e os riscos associados;
2. Identificar a formação de áreas de risco natural e tecnológico na orla de Abaetetuba;
3. Propor um reordenamento urbano para a orla comercial de Abaetetuba que considere os riscos e as territorialidades presentes.

Portanto, o presente estudo das áreas de risco, situadas na orla fluvial do município, pode ser entendida como *o locus* da análise ambiental, pois permite conhecer e avaliar seus diversos componentes e os processos de interações que nela ocorrem, a partir de uma visão sistêmica e integrada do ambiente e a estrutura ou falta de estrutura ofertada pelo poder público. Entende-se que grande parte dos danos ambientais que ocorrem nos espaços de vulnerabilidade social são resultado de vulnerabilidade somada à falta de estrutura adequada. Neste sentido, faz-se necessário conhecer a formação das áreas de potencial de risco, constituição e dinâmica, para que sejam executadas ações, programas e projetos que evitem os desastres ou minimizem seus potenciais riscos. Nesse sentido, as obras de proteção devem ser estruturantes, de modo que protejam o patrimônio público e os danos à população e não obras temporárias, como ocorrem na ocasião dos desastres, no restabelecimento da normalidade.

A pesquisa pressupõe que a falta de planejamento urbano e de um plano de gestão de risco são fatores que contribuem para que a orla se apresente como um cenário de risco, o que implica a necessidade de requalificação do espaço de proteção da obra do cais de arrimo que se encontrava com risco de desabamento. A gestão de riscos de desastres em Abaetetuba mostra-se insuficiente, especialmente no centro englobador, orla comercial, embora seja uma temática que se faça presente de forma incipiente nas ações da gestão municipal e se tenha percepção sobre os riscos existentes, inclusive os atores sociais territorializados no local.

Diante das problemáticas expostas e para que aconteça o planejamento eficiente e gestão urbana na administração pública deverá ser elaborado um trabalho na perspectiva de garantir a

proteção da orla do município, considerando a área de potencial de risco, como unidade de planejamento, fazendo um debate de seu uso múltiplo, não apenas como abastecimento alimentar que é prioritário, mas também conciliando com os diversos outros usos e políticas, de acordo com a legislação brasileira. No centro comercial há uma multiplicidade de usos, serviços, interesses e responsabilidades que devem ser pensados e planejados juntos com as políticas sociais, urbanas, econômicas e ambientais (preservação do meio ambiente) para que se possam fazer parte de um universo emblemático com segurança, respeitando os espaços e as funções sociais ofertadas em todas as suas dimensões.

É na orla comercial da cidade, chamada de “beira”, que está instalada umas maiores áreas da economia do município, a feira e comércio local, visto que o município não dispõe de indústrias nem de grandes empreendimentos. Em extremos diferentes estão instaladas as duas maiores feiras da cidade: a feira da farinha e a feira do açaí. A orla é também o centro de representações da história e da cultura, pois é o local onde iniciou a cidade de Abaetetuba. Além disso, é nesse cenário que se localiza o ponto de partida e chegada para os que querem comercializar seus produtos e entender a dinâmica das diversas vivências que compõem a identidade e territorialidade presentes no município de Abaetetuba. Desta forma o poder público precisa estar atento às territorialidades presentes nesse contexto de preservação da história e memória.

Quando se refere à cidade e ao urbano na Amazônia, via de regra, a maioria dessas urbes nascem às margens dos rios amazônicos e, em algumas situações, tem-se nesse nascimento um processo de ocupação nas margens e proximidades dos rios, um processo de vulnerabilidade social e risco. Nesse sentido, a orla fluvial, com todos os seus quatro bairros inseridos, é chamada de *vulnerabilidade*; a presença de moradias instaladas em áreas impróprias denomina-se *risco*; o local onde essas moradias estão instaladas, em *áreas de várzeas aterradas* ou *áreas de erosão*.

Desse modo, tendo em vista a complexidade dos processos de mudanças do reordenamento da feira (orla de Abaetetuba), a pesquisa pretende contribuir com o registro do processo de construção da orla para pesquisas acadêmicas sobre o município. Para a Coordenadoria de Defesa Civil fica o registro dessa obra importante, como arquivos do órgão responsável pela captação de recurso da obra do cais de arrimo. Para a gestão municipal tão carente de informações, fica o registro de mais uma obra pública e a proposta de ordenamento para ser viabilizada como contribuição para o planejamento urbano. Vale ressaltar que a proposta de qualificação para a orla do município é qualitativa, em escala geral, macroespacial.

Para uma escala micro espacial, este trabalho seria o ponto de partida como proposta inicial a ser discutida. A partir daí, então, faz-se necessário um diagnóstico mais aprofundado, técnico, participativo e compartimentado em políticas distintas, que levem em consideração as territorialidades existentes para agregar qualidade no resultado final e a função social para que cada projeto seja alcançado.

Foram realizados estudos de políticas públicas e suas relações históricas e culturais na identificação dos conflitos constitutivos das cidades e dos territórios. Inserem-se nesta linha os estudos dos fenômenos sociológicos, antropológicos e territoriais, as mudanças socioambientais e a relação destas com as políticas públicas com os discursos urbano-ambientais relacionados à paisagem e a sociobiodiversidade. Reflete-se sobre a paisagem em disputas através dos temas territorialidades nas categorias tempo e espaço e os sujeitos, tais como o modo e a vida das comunidades tradicionais.

Como contextualização do espaço e paisagem serão utilizadas abordagens dos conceitos de cidades a partir de cidades amazônicas, com suporte de leitura dos geógrafos como Milton Santos, Erika Ribeiro e outros. O conceito de feira e higienização urbana será abordado a partir das leituras de Dolzani e de Lefebvre. Por fim, para apreender sobre os aspectos históricos e de identidade do lugar reportar-se-á à memória e história, usando leituras de antropólogos e sociólogos como Peirano e Roberto DaMatta.

É importante destacar que, neste trabalho, o termo “*orla fluvial*” de Abaetetuba refere-se à frente urbana da cidade banhada pelo rio Maratauíra, que compreende os bairros São João, São José, Centro e Algodoal. Já o termo “*orla comercial*” compreende a área comercial de Abaetetuba localizada no espaço do calçadão. O termo “*cais de arrimo*” diz respeito à estrutura de concreto que protege a orla comercial, ou seja, a cortina de concreto. O termo “*Beira*” está associado ao espaço do calçadão em sua territorialidade, com as feiras, os feirantes e comerciantes, as pessoas e toda a movimentação de pessoas chegando e saindo, em meio à paisagem do rio e o movimento das embarcações.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa partiu de uma perspectiva qualitativa e quantitativa da realidade, possibilitando analisar os riscos existentes no centro englobador associados ao reordenamento do espaço urbano.

Os dados quantitativos não devem ser negligenciados por um pesquisador que adota o método dialético. Todavia, esses dados devem ser utilizados no desencadeamento

de análises qualitativas da realidade. Essa utilização, geralmente, ocorre em fases iniciais da pesquisa, sendo, desse modo, um “a priori”, devendo ser aprofundada por um processo de observação e análise detalhada do real (pesquisa de campo), o que, muitas vezes, pode colocar em xeque vários dos dados estatísticos coletados (SALVADOR, 2012, p. 101-102)¹.

Os procedimentos operacionais permitiram levantar informações, cruzar dados e fazer inferências necessárias ao alcance dos objetivos propostos, conforme quadro 1.

Quadro 1: Procedimentos operacionais da pesquisa

¹ SALVADOR, D. S. C. de O. Geografia e o método dialético, **Sociedade e Território**, Natal, v. 24, n. 1, p. 97 - 114, 2012.

OBJETIVO	CAPÍTULO	ESCALA ANALÍTICA	METODOLOGIA	FONTE
Destacar o padrão ribeirinho de urbanização nas cidades da amazônicas e os riscos associados.	Cap.1	Internacional e nacional e regional	- Pesquisa bibliográfica - Legislações	Lei 12.608; Saquet, 2011; Cruz, 2011; Santos, 2011; Ministério do Desenvolvimento Regional, 2017.
Identificar a formação de áreas de risco natural e tecnológico na orla de Abaetetuba.	Cap. 2	Nacional Regional municipal	- Pesquisa bibliográfica - Pesquisa de campo - Planos municipais - Relatórios - Documentos	Ribeiro, 2017; Plano Municipal de Saneamento Básico, 2017; CPRM, 2014; Mello, 2008; Cavalcante e Almeida, 2018.
Propor um reordenamento urbano para a orla comercial de Abaetetuba que considere os riscos e as territorialidades presentes.	Cap.3	Nacional; Regional; Municipal	- Pesquisa bibliográfica - Pesquisa de campo - Planos municipais - Relatórios - Pesquisa Documental - Aplicação de formulários	Rodrigues, 2008; Lefebvre, 1999; Souza <i>et al.</i> , 2014; Abaetetuba, 2022; Lima, 2008; Dolzani, 2008; Santos, 1999; Dallabrida, 2011.

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico e documental referente à temática proposta, com base em obras publicadas sobre planejamento urbano, gestão ambiental, degradação ambiental, legislação ambiental brasileira, Política de Proteção e Defesa Civil e aspectos histórico do lugar. A partir de uma revisão de conceitos e categorias foi possível

aprimorar os fundamentos teóricos e a descrição da paisagem dos bairros que compõem a orla, assim como o conhecimento da dinâmica da formação urbana, importantes no diagnóstico a partir da configuração da paisagem.

Dessa forma foram pesquisados documentos referentes aos diagnósticos e propostas dos planos municipais de Abaetetuba, sendo estes os planos de saneamento, plano de resíduos, planos municipais de meio ambiente e o plano diretor municipal, este faz referência à infraestrutura urbana e ao ordenamento territorial.

Depois do reconhecimento e caracterização da área de estudo, foram realizadas pesquisas referentes ao planejamento urbano, a fim de entender como essas áreas estão identificadas no Plano Diretor, plano municipal de meio ambiente e outras legislações complementares.

Sobre a vulnerabilidades social e ambiental dos bairros que compõem a orla foram pesquisados trabalhos científicos que fazem referência específicas aos bairros Algodoal, São João, São José e bairro Centro; neles foram verificados aspectos da paisagem, o tipo de solo e degradação ambiental, condições sociais das famílias que residem no local e o processo de ocupação dessas áreas que compõem o cenário de risco da orla fluvial.

O levantamento de dados sobre os aspectos conceituais da dissertação foi realizado por meio de *pesquisa bibliográfica*. Já o levantamento de dados sobre os aspectos históricos e dados do município será feito por meio de *pesquisa documental* e *entrevistas semiestruturadas*, que tomou como objeto de análise o processo de construção da obra do cais e seus impactos nas territorialidades presentes. Além disso, foram feitas pesquisas fotográficas e outros tipos de registros disponíveis nos arquivos da prefeitura sobre o município, bem como sites e acervos pessoais de moradores locais.

Para tanto, a pesquisa foi escrita por meio de uma abordagem qualitativa por entender que o conhecimento produzido pelos *Estudos Sociais e suas Humanidades* não pode ser reduzido a parâmetros e critérios puramente matemáticos, mas entendido em sua dimensão crítica e reflexiva, em que o ser humano é considerado a partir de “importantes aspectos relacionados com sua condição específica de sujeito” (SEVERINO, 2007, p. 118).

A pesquisa inicial para coleta dos dados primários foi prejudicada por conta do processo da pandemia que estava acontecendo a partir de 2020. Devido ao risco de contaminação por Covid-19, seguiu-se os protocolos de segurança, sendo que em algumas situações os entrevistados se mantiveram distantes e pouco à vontade para falar. No primeiro momento

houve uma conversa inicial, para que se pudesse perceber as problemáticas envolvidas no processo de construção do cais da feira, para posteriormente realizar uma estruturação instrumental com perguntas mais direcionadas e com resultados mais eficientes. Não foi possível fazer entrevistas com participação de grupos por categoria, em respeito aos decretos estaduais e municipais de enfrentamento ao Covid-19, ainda que a feira não estivesse fechada por pertencer à categoria de serviços essenciais, mas houveram restrições de dias e horários de funcionamento, além disso, o medo da contaminação pelo vírus pela população foi um fator crucial.

Assim, as entrevistas foram realizadas com agentes do poder público, governamentais e não governamentais, pessoas ligadas de algum modo à gestão de risco e ao processo de construção da orla. Ademais foram entrevistadas cinco pessoas não governamentais, sendo estes comerciantes, residentes e feirantes, pessoas representativas na ocupação dos espaços da feira. Para verificação da realidade *in loco* realizou-se aplicação de formulários com lideranças das categorias de feirantes presentes nas feiras, comerciantes locais, moradores residentes no local e ambulantes.

O perfil dos interlocutores do poder público desta pesquisa foi selecionado de acordo com a proposta e a necessidade da busca de informações para os dados necessários sobre gestão e risco. Assim, na COMDEC, procurou-se entrevistar a técnica responsável pelas operações durante as ocorrências de desastre em Abaetetuba e o comando do corpo de bombeiro militar, por participar ativamente das ações de socorro e emergência nas ocorrências. Procurou-se também os técnicos operacionais da COMDEC e SEMOB que estiveram presentes nas ações de defesa civil na orla de Abaetetuba e puderam acompanhar o processo para a construção da orla desde a captação de recursos. Também foi entrevistada a técnica da Secretaria de Assistência Social e a assistente social que acompanhou o desastre do bairro São João como Secretária Municipal de Assistência e hoje é responsável pelo planejamento da prefeitura. Todos acima citados são funcionários efetivos do município. Por fim, foi entrevistado o coordenador da feira, que é vinculado à Secretaria de Administração e se faz presente no dia-a-dia na organização do local.

É importante observar que, embora na pesquisa de campo o objeto de interesse seja “abordado em seu meio ambiente próprio”, em circunstâncias tais que “a coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem” (SEVERINO, 2007, p. 123). Nesta dissertação, entretanto, a pesquisa de campo aconteceu fora do contexto de normalidade em

função da pandemia, quando muitas pessoas não puderam receber visitas ou estar muito próximas por conta do risco da contaminação da Covid-19. Desse modo, no quadro endêmico pelo qual se passou, a pesquisa foi reorganizada para ser efetuada dentro das possibilidades dos acontecimentos e sempre respeitando os protocolos de higiene e saúde.

Partindo da prerrogativa de que o estudo se preocupa em refletir não apenas sobre a *proposta da requalificação territorial, mas o contexto atual em que foi feita a pesquisa* – no caso de uma obra em andamento –, os processos de mobilização e desmobilização são constantes. Da mesma forma a coordenação municipal das feiras e mercados também passa por constantes mudanças por se tratar de cargos políticos.

Em se tratando do processo de construção do cais de arrimo, talvez não seja possível considerar essa tríade (construção, realização e resultados) como um evento único, mas dividi-lo em etapas, pois até o fechamento da pesquisa a obra não foi concluída.

As histórias contadas pelos moradores, feirantes e comerciantes locais sobre as transformações ocorridas no decorrer do tempo até chegar à estrutura que se apresenta hoje foi realizada através das entrevistas e gravações de áudio, o que permitiu um tratamento mais dinâmico dos dados (uma vez que esse mecanismo prescinde de transcrição), possibilitando uma melhor compreensão de que forma esses moradores entendem a obra de cais de arrimo: como obra de proteção ou como obra de urbanismo. De acordo com Severino (2007), por meio dessa técnica, o pesquisador tem a oportunidade de estabelecer um contato mais próximo com a vida pessoal de um ou mais informantes, tendo acesso às trajetórias pessoais dos sujeitos objeto da pesquisa, fator crucial para os propósitos do presente projeto.

Ecléa Bosi, no ensaio “A pesquisa em memória social”, ressalta a necessidade de sistematização dos dados, da explicitação dos procedimentos interpretativos e, principalmente, de se construir um ambiente favorável à reconstrução das lembranças no contexto de uma entrevista sobre história de vida. Para ela,

Neste caso, ao pesquisador são fornecidas informações que lhe permitem entrar em contato com a “evolução” do depoente no tempo, naquele tempo transcorrido entre o evento, objeto da entrevista, e o seu tempo do agora, pois “quanto mais o pesquisador entra em contato com o contexto histórico preciso onde viveram seus depoentes, cotejando e cruzando informações e lembranças de várias pessoas, mais vai-se configurando a seus olhos a imagem do campo de significações já pré-formada nos depoimentos” (BOSI, 1994, p. 283).

Assim sendo, com o intuito de estabelecer um roteiro analítico-reflexivo do estudo, a presente dissertação teve sua organização estruturada em três capítulos, que serão discriminados a seguir.

O primeiro capítulo faz uma retórica conceitual ao analisar a ocupação da orla fluvial urbana e as transformações de áreas de risco natural e tecnológico nas cidades amazônicas e a infraestrutura existente. A importância de se definir a cidade e o urbano na Amazônia está relacionada ao fato de que essa ocupação do homem ao longo dos rios e a sua territorialidade em cada espaço definem a sua identidade. Aqui serão tratados ainda os conceitos principais da Política Nacional da Proteção e Defesa Civil sobre riscos, desastre e gestão de risco e proteção. Dar-se-á ênfase ao Plano de Gestão de Risco e ao Plano Diretor como instrumentos importantes do planejamento urbano, a fim de se direcionar para os territórios políticos urbanos diferenciadas, com instrumentos legais e de leis complementares capazes de desenvolver o espaço urbano de forma ambientalmente equilibrado. Como necessidade deve-se considerar a segurança social, os aparelhos institucionais e a mobilidade urbana nas Zonas de Interesses Social (ZEIS) já consolidadas e uma política de moradia para áreas de vulnerabilidade social e de risco.

O segundo capítulo descreve e caracteriza a orla fluvial de Abaetetuba e identifica as dinâmicas territoriais existentes nos bairros Centro, Algodual, São José e São João, apresenta o contexto do bairro Centro e o seu posicionamento dentro de uma área de risco. É destacado ainda o processo de aterramento dessas áreas, a urbanização irregular, a degradação e o que levou essa área a ter outros desabamentos. Esboça-se as bases para descrever os problemas estruturais para análise e identificar a ocupação do solo às margens do rio em áreas que deveriam ser de proteção. A pesquisa se fundamenta a partir das leituras dos diagnósticos do plano municipais de Abaetetuba e autores com pesquisa específicas nos bairros da orla, com destaque para Érika Ribeiro e Nahum Alves. Também nesse capítulo é abordado o processo de captação de recurso para a construção da obra do cais de arrimo.

O terceiro capítulo teve como destaque o Bairro Centro a partir do seu aspecto histórico, o processo de formação de área da beira do rio em área comercial, logradouro público (Rua Justo Chermont) e finalmente a orla comercial de Abaetetuba. A pesquisa se dá de forma a compreender os diversos usos e significados da “Beira” para os munícipes, refletindo sobre a necessidade de cuidar e preservar a obra do cais de arrimo, considerando as ameaças presentes que põem em risco o local que dá origem ao município de Abaetetuba. Nesse sentido, observa-se o encontro da diversidade por meio do diálogo existente na feira, área de grande entreposto comercial que abriga as feiras de maior expressão econômica para a região, como a feira da farinha e a feira do açáí.

Em nível macro objetiva-se a identificar as diversidades presentes na orla fluvial e os riscos e propor um planejamento que vise minimizar as áreas de potencial de risco de desabamento com medidas estruturantes que preservem a estrutura física da orla comercial. Nesse sentido sugerir uma proposta de ordenamento para orla com instrumentos das políticas públicas que monitore, fiscalize e que prepare a população para casos de sinistros também se faz necessário. Entende-se que a “Beira” deve ser requalificada para cumprir a sua função social, com a criação de um espaço compartilhado entre os moradores e a população geral, dentro do que se espera para um ambiente urbano seguro. Nesse sentido, as pessoas compreendem a obra do cais de arrimo como uma obra de urbanismo, mas também de segurança, que deve ser preservada, mantendo as características da paisagem do lugar e a janela para o rio.

2 URBANIZAÇÃO E RISCOS NA AMAZÔNIA

O processo de urbanização na Amazônia ocorreu de várias formas em decorrência dos acontecimentos econômicos em torno das cidades de Belém e Manaus, consideradas as metrópoles da Amazônia, e do ciclo da borracha. No início, os aglomerados deram-se pelos povos originários, quilombolas fugidos do trabalho escravo e também por mercadores navegantes, como portugueses, sírios e libaneses que aqui passaram. Somente depois surgiram as cidades mediadas pela abertura das rodovias, sendo a principal a Transamazônica, a partir da década de 60.

Neste trabalho, será priorizada a região da bacia Tocantina/Araguaia da qual Abaetetuba faz parte (margem direita da foz do rio Tocantins, baía do Marajó). Segundo Castro (2013 *apud* CARVALHO, 2017 on-line),

O espaço urbano Amazônico surge a partir da conquista da região pelos portugueses, sendo os núcleos urbanos coloniais, o resultado de estratégias de ocupação colonial”. Para o autor o surgimento da cidade, é fruto da própria ocupação que ocorreu principalmente através dos rios e da floresta que cortam o estado da Amazônia

Para Castro (2013 *apud* CARVALHO, 2017), “o espaço urbano Amazônia surge a partir da conquista da região pelos portugueses, sendo os núcleos urbanos coloniais, o resultado de estratégias de ocupação colonial”. Para o autor o surgimento da cidade, é fruto da própria ocupação que ocorreu principalmente através dos rios e da floresta que cortam o estado e a Amazônia.

Nos chamados povoados amazônicos, essas populações, que até então dependiam da floresta e do rio para se alimentar e para se locomover, possuíam seus modos de vida relacionados com o rio. Para eles o tempo dependia do rio, de sua subida ou descida, isto é, as marés cheias ou marés baixas. Por isso muitas vezes são chamados povos das águas ou povos da floresta.

Um das primeiras estratégias de colonização da Amazônia foi através dos rios que cortam a região, com a criação dos fortes em Belém e o surgimento de várias cidades que seriam pontos estratégicos de ocupação para evitar a invasão de outros povos. Nesse período foram fundados 62 pontos de colonização na Amazônia, fruto das missões que fundaram várias vilas. Segundo Tavares (2008 *apud* CARVALHO, 2017), com a política pombalina essas missões passam a ter condições de vilas com as denominações de cidades portuguesas. As vilas criadas foram: Abaetetuba (1750), Aveiro (1751), Macapá e Ourém (1752), Colares, Maracanã, Muaná, Salvaterra, Soure e Portel (1757), entre outros.

2.1 A TERRITORIALIDADE NAS CIDADES AMAZÔNICAS E O PADRÃO RIBEIRINHO DE OCUPAÇÃO

Inicialmente pensemos em território como um espaço geográfico delimitado por fronteiras, uma linha imaginária a definir uma área de pertencimento e de defesa por um determinado grupo afim. No dicionário Mini Aurélio da língua portuguesa² o termo é apresentado das seguintes formas: “1. Extensão considerável de terra. 2. Área dum país, província.” A etimologia (origem da palavra território) vem do latim *territorium*, que se refere à área delimitada, terra sobre jurisdição.

Esse termo é usado há muito tempo pelos geógrafos pra se referir ao espaço geográfico; hoje essa palavra é cheia de variações: territorialidades, territorialização, desterritorialização, multiterritorialização etc., e foi emprestado pelos agentes das ciências humanas e movimentos sociais para indicar o modo de uso e a relação social das pessoas com os espaços. Para Saquet, é importante compreender as diferentes abordagens e concepções dos conceitos de território e territorialidade a partir dos anos de 1970-80.

Era tarefa do geógrafo delimitar, descrever e explicar as parcelas do espaço, evidenciando as diversidades regionais, como fizera Manuel Correia de Andrade, no Brasil: para ele, principalmente durante os anos 1960-80, a região era uma realidade histórica e administrativa, com pólos de crescimento e determinados recursos naturais. Aos poucos, na França, no Brasil e noutros países, ganham centralidade os elementos humanos e históricos diante dos naturais compreendidos em determinadas áreas (SAQUET, 2011, p. 4).

Para o autor, o conceito de território foi ampliado quando houve a necessidade de se dividir os espaços para uma compreensão melhor das regiões, sendo considerados os aspectos econômicos, políticos, culturais e naturais de determinados espaços:

O conceito de organização espacial, juntamente com a noção de área, é central em sua argumentação. O território, desse modo, corresponde a uma área delimitada do espaço, caracterizado a partir da influência econômica dos polos e de um procedimento classificatório de regionalização para fins de planejamento (SAQUET, 2011, p. 8).

Os processos de territorialização da Amazônia começaram a partir da década de 80 com a criação de instituições de pesquisa e meio ambiente, e na década de 90 passou-se a ter um direcionamento mais efetivo com a criação de Unidade de Conservação.

Sendo assim, o que vem a ser território? Para Esterici e Schweickardtll (2010), território é a condição humana, o espaço de produção nas suas relações com a natureza. As autoras citam

² Mini Aurélio século XXI escolar: Aurelio Buarque de Holanda Ferreira (1910-1989). 4. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

dois eventos que aconteceram no Brasil paralelamente, na Amazônia³, os quais receberam muitas críticas pelo fato de ter se falado de terra sem incluir o conceito de direitos territoriais, adotando uma visão muito restrita de reforma agrária, segundo Maria Emília Lisboa Pacheco, que acrescentou:

(...) é preciso conjugar na análise da questão agrária o sentido de território, que é muito mais amplo.

(...) Falar de território significa falar de modos de vida. O Falar de território significa falar de modos de vida. O território é condição de existência, de sobrevivência física para as populações que compartilham da mesma origem e elaboram uma unidade. É espaço de produção, de relação com a natureza (matas e florestas, rios, animais), e um lugar também de simbologia, incluindo o sentido sagrado da terra para várias populações (ESTERCI e SCHWEICKARDTLL, 2010, p. 60).

De fato, no Brasil, especialmente na Amazônia, a evocação do conceito de território, seja como instrumento de políticas públicas acionadas por planejadores e legisladores, seja como objeto de reivindicação de direitos por parte de povos e grupos sociais tem sido tão frequente que a região se tornou um complexo mosaico de muitos territórios regidos por diferentes estatutos, muitas vezes em disputa ou mesmo sobrepostos. Já fora do Brasil esse conceito aparece como uma forma particular de demarcação do espaço, mais ou menos institucionalizada (*idem*, 2010).

Para Cruz (2011), com referência à etnográfica do trabalho de campo, o território é o conjunto, o mundo e seu entorno, a terra, o meio de trabalho, onde se pode evidenciar não só relações econômicas, mas também papéis sociais, relações sociais, laços de parentesco e certos rituais que implicam em, como eles dizem, “amansar” o domesticar. Para a autora o território não é o mesmo que nos referirmos à terra e, portanto, não se pode medir nem contar, é uma significação e por ele chamamos e vivemos, como rua, avenida, edifício, casa, entre outras formas.

A territorialidade por sua vez é a produção prática e discursiva do território através da economia, da religião, do jogo, dos processos políticos etc. Nesse sentido, a territorialidade propicia o sentido de posse e pertença territorial. Este sentimento se constrói tanto desde a representação física propriamente dita, como desde uma representação mais intelectual e espiritual.

³ Em março de 2006 realizou-se, no Brasil, a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR). Paralelamente, transcorreu o foro “Terra, Território e Dignidade”. A conferência, segundo Maria Emília Lisboa Pacheco (2005-2006, p. 100-105), adotou uma visão por ela avaliada como muito restrita de reforma agrária, ao “falar apenas de terra sem incluir o conceito de direitos territoriais” (p. 101).

A autora considera a realidade geográfica apenas uma maneira como se registra a ação humana e se transforma por seus efeitos. Na psicologia individual, o território se identifica em parte com uma relação a priori, emocional e pré-social do homem com a terra e, por último, o território participa da ordem das representações coletivas, sociais e culturais. A territorialização do tipo zonal, que se refere à demarcação que se estabelece em diversos âmbitos da vida social e a marcação de espaços interiores, de grupos sociais nas cidades e também dentro das instituições.

A territorialidade, por outro lado, é a produção prática ou discursiva do território por meio da economia, religião, lazer, processos políticos etc. A territorialidade fomenta o sentido de posse e pertencimento territorial. Esse sentimento é construído tanto a partir da própria representação física, quanto de uma representação mais intelectual e espiritual. Para os Yanacunas, esse sentimento se expressa por meio da agricultura, atividade a partir da qual a terra é concebida como contexto de ação e vínculo afetivo, e a partir da qual se define o processo de posse e pertencimento ao território (CRUZ, 2001, p. 214, [Tradução Nossa])

A territorialização a partir da demarcação dos espaços para afirmações das relações sociais e econômicas nas cidades amazônicas são sinais de resistência e de luta pelo espaço produzido, por isso guarda lembranças de um lugar de origem que se liga à sua própria identidade.

Na Amazônia as espacialidades urbanas [...] guardam resíduos de relações pretéritas como sinais de resistência. Na verdade, essas espacialidades revelam as diferenças estratégicas dos diversos agentes produtores do espaço urbano que buscam, a partir das condições concreta, defender seus interesses, o que leva a compreender a paisagem como resultado das determinações da política do estado, das relações sociais de produção e, mais que isso, como depositária de vida, sentimentos e emoções traduzidas no cotidiano das pessoas. Tais relações concretizam-se em espacialidades real ou imaginária, quer as cidades estejam na beira do rio, na várzea, quer na terra firme (OLIVEIRA, 2006, p. 28).

Compreender a formação das cidades amazônicas e sua territorialidade é compreender a formação de povo, a múltiplas identidades e seus modos de vida, a resistência social e ambiental, pelas lutas de direito a moradias, garantia de direitos e sua urbanidade.

2.2 ORLA FLUVIAL AMAZÔNICA: ESPAÇO DE RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS (DESASTRE)

A orla fluvial é um espaço de transição entre o rio e a terra, um espaço que margeia um rio, lago ou costa marítima. Na Amazônia brasileira, a morfologia fluvial característica (geografia física) das terras margeantes aos corpos hídricos integra as chamadas planícies e terras baixas amazônica.

Denomina-se várzeas ou planícies de inundação as áreas mais baixas, constantemente inundadas pelas cheias do rio Amazonas. As várzeas altas possuem altitudes sempre inferiores a 30 metros, sendo inundados pelas cheias mais fortes. Já a chamada Terra firme, ou tabuleiros, são muitas vezes íngremes em forma de barrancos e atingem altitudes de até 350 metros, estando, portanto, livre das inundações. Ao contrário das várzeas e dos terraços fluviais, formados predominantemente pelos sedimentos que os rios depositam, a terra firme é constituída basicamente por arenitos.

O processo de ocupação irregular do solo se dá por famílias de baixa renda que se instalam em áreas de várzeas e planícies de inundação em decorrência de suas condições econômicas e podem estar sujeitas a processos erosivos e colapsos de aterro, caracterizando os desastres naturais.

Ao se fazer uma reflexão sobre os desastres naturais no Brasil e no mundo, sabe-se que hoje bilhões de pessoas, quase metade da população mundial, vivem em centros urbanos em busca de melhores oportunidade de empregos, perto de locais que disponibilizam acesso à saúde de qualidade ou simplesmente para fugir de sua área rural por conta dos conflitos de terras, das secas ou enchentes ou simplesmente fugir da fome. Muitos são os motivos de migração das pessoas que saem de suas propriedades rurais para enfrentar os desafios de morar na cidade.

Desse modo, as discussões acerca da problemática dos desastres naturais ou tecnológicos são cada vez mais necessárias. Isso vem acenando para o poder público a responsabilidade no que diz respeito ao planejamento que leve em consideração as áreas de risco e as vulnerabilidades presentes nos locais. As ações deverão contar com planejamento de gestão de risco e proteção de prevenção no período de normalidade. É importante destacar que essa tendência de se investir na prevenção de desastres acontece principalmente por pressão externa, a nível internacional, como a Conferência de Hyogo em 2005, que discutiu as intervenções das organizações nacionais e internacionais para redução dos desastres e das vulnerabilidades envolvidas.

No Brasil e no mundo as ameaças por desastres naturais deveriam ser tratadas com mais seriedade por gestores públicos, pois colocam em risco populações em situação de vulnerabilidade social, onde os prejuízos econômicos e sociais são cada vez mais altos. Na primeira década do século XXI, terremotos contabilizaram cerca de 60% das mortes por desastres, segundo o Centro de Pesquisa em Epidemiologia dos Desastres (Centre Research on the Epidemiology of Disasters – CRED).

As mudanças climáticas têm-se acelerado e o derretimento de geleiras tem consequências graves. De acordo o IPCC, o aumento do nível do mar transformará centenas de cidades localizadas em zonas costeiras e ilhas baixas em áreas de risco de desastres, com tensões de suas orlas marítimas e fluviais serem destruídas ou submersas. A UH-HABITAT⁴, calcula que existam 3.351 cidades em todo o mundo localizadas em zonas costeiras. Das 30 cidades no topo da lista, 19 estão em delta de rios. As dez mais, em termos de população exposta a inundação costeira, são Mumbai, Guangzhou, Shanghai, Miami, Ho Chi Minh City, Kolkat, Gratear, New York, Osaka, Kobe Alexandria e New Orleans⁵.

2.3 DESASTRES E A POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Nos países onde os desastres naturais são mais recorrentes e catastróficos às populações, a gestão pública tem uma boa base jurídica e apoio da população para absorver uma cultura de prevenção, para garantir o acesso aos serviços socioassistenciais e apoio para dar respostas rápidas aos desastres em situações de emergência ou calamidade pública, quer o desastre seja de origem natural ou tecnológica.

Esses países desenvolvidos e em desenvolvimento atuam em rede para que possam obter intervenções internas e externas de instituições ligadas a ações de emergências em casos de efeitos catastróficos de desastres. Esse apoio acontece de diversas formas e de diversas instituições, clubes de serviços e até mesmo de organizações não governamentais nacionais e internacionais, como a ONU, com o intuito maior de salvar vidas.

No Brasil, a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, através de sua lei 12.608/12, coaduna com marcos da política internacional de Defesa Civil e com as causas ambientais para apoio aos municípios e as famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de desastres.

A ocorrência de graves desastres no Brasil, sobretudo na década de 2010, levou a uma crescente conscientização acerca da importância de se aperfeiçoar a gestão dos riscos de desastres, o que resultou na edição da Lei Federal nº 12.608, de 2012, que dispõe sobre as diretrizes e os objetivos da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. A redução dos riscos de desastres é o principal objetivo da Política Nacional, ou seja, trata-se de valorizar as medidas de prevenção dos riscos e não apenas aquelas com foco na resposta e recuperação dos desastres (BRASIL, 2018, p. 18).

Com intuito de dar respostas rápidas aos efeitos do desastre, foi sancionada e regulamentada a Lei 12.608/12 que estabelece critérios da decretação de Situação de

⁴ Planning Sustainable Cities: Global Report on Human Settlements, Earthscan, London and Sterling, VA, 2009.

⁵ Construindo cidades resilientes: minha cidade está se preparando. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/defesa-civil-no-brasil-e-no-mundo-1/cidades_resilientes_campanha_anterior_material.pdf. Acesso em ab. 2022.

Emergência ou Calamidade Pública, quando os entes federados, estados e municípios atuam quando há necessidade de ação jurídica para facilitar as ações de socorro, assistência e reestabelecimento nas áreas atingidas pelo desastre, além de ações voltadas para a proteção e prevenção de riscos de desastres.

Avança-se, então, à compreensão do conceito de desastre, que está relacionado a situações em que eventos adversos ocorrem em áreas que não possuem estrutura suficiente para resistir aos seus impactos. O desastre é, portanto, o resultado da combinação de um efeito adverso (ameaça) sobre um cenário de risco. Um maremoto ou um tornado serão classificados como desastre se causarem danos humanos, materiais ou ambientais e prejuízo sociais, público e privado, ou seja, se houver vulnerabilidades quando a estrutura existente não suportou os efeitos do desastre, quer sejam naturais, tecnológicos ou antrópicos. Nesse sentido, os riscos + ameaça + vulnerabilidade = desastre.

A ameaça, por sua vez, refere-se:

ao fenômeno ou processo natural, tecnológico ou de origem antrópica, com possibilidade de causar danos humanos, materiais e ambientais e perdas socioeconômicas públicas e privadas. As ameaças naturais compreendem às ameaças de natureza hidrometeorológica, climatológica, biológica, geológica. As ameaças, portanto, estão relacionadas a tipos de eventos adversos que podem ocorrer, como uma inundação, uma seca, uma epidemia, um terremoto ou um deslizamento (BRASIL, 2018, p. 31).

Já a vulnerabilidade é a exposição socioeconômica ou ambiental de cenário sujeito à ameaça natural, tecnológica ou de origem antrópica. Ela indica como as condições preexistentes fazem com que os elementos expostos sejam mais ou menos propensos a ser afetados.

Então o que seria o risco? O risco é um processo de construção social, uma vez que as áreas de risco surgem por meio de influências históricas, políticas, sociais e ambientais. É, portanto, uma questão ligada ao planejamento do território, que pode ser concebido de forma a reverter as situações que levam ao surgimento dessas áreas. Nas pequenas cidades delta estuarinas, e em outros centros urbanos, fatores como migração e dificuldade de acesso à moradia são precursores das áreas de risco. Entretanto, os instrumentos de política pública podem definir procedimentos que impeçam a sua formação (ESPÍRITO-SANTO; SZLAFSZTEIN, 2016; MI, 2017 *apud* CAVALCANTE; ALMEIDA, 2018).

Como ainda não se tem um padrão de classificação de desastre nos países afora, no Brasil adotou-se a seguinte configuração: os desastres são classificados quanto à evolução, quanto à intensidade e quanto à origem, conforme a Lei 12.608/12 da política Nacional de Proteção e Defesa Civil. A instrução normativa do MDR de 04 de dezembro 2020, estabelece critérios e

procedimentos para o reconhecimento federal do desastre e para a declaração de situação de emergência ou calamidade pública. Essa instrução normativa orienta os gestores para solicitação de recursos em caso de desastre, no que diz respeito à Lei 12.608, de 10 de abril de 2012. Para o reconhecimento do desastre deve-se observar a sua classificação quanto à origem, evolução e intensidade.

A) Quanto à evolução: os desastres podem ser súbitos, quando evoluem rapidamente pela natureza e violência do fenômeno, como enxurrada e deslizamento. Podem ser de evolução gradual, quando evoluem lentamente, podendo, contudo, retornar à normalidade, como no caso de secas e estiagens, e pode se caracterizar pela soma de efeitos parciais por somar grandes perdas e prejuízos, como por exemplo um engavetamento.

B) Quanto à intensidade: dependendo dos efeitos destrutivos e intensidade dos desastres, os estados e municípios podem requerer a declaração de Situação de Emergência (SE) ou a declaração de Estado de Calamidade Pública (ECP) como medida administrativa para acelerar o processo de apoio às vítimas do desastre e o retorno à normalidade. A Situação de Emergência é declarada nos desastres de nível I, quando há somente danos humanos consideráveis e quando a situação pode ser restabelecida com os recursos mobilizados em nível local. Já os desastres de nível II são aqueles em que os danos e prejuízos são suportáveis e superáveis pelos governos locais e a situação de normalidade pode ser restabelecida com os recursos mobilizados em nível local ou complementados com o aporte de recursos estaduais e federais, portando decreta-se Situação de Emergência. Estado de Calamidade Pública se refere a desastres de nível III, aqueles em que os danos e prejuízos não são superáveis e suportáveis pelos governos locais e o restabelecimento da situação de normalidade depende da mobilização e da ação coordenada das três esferas de atuação do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e, em alguns casos, de ajuda internacional. São caracterizados pela concomitância na existência de óbitos, isolamento de população, interrupção de serviços essenciais, interdição ou destruição de unidades habitacionais, danificação ou destruição de instalações públicas prestadoras de serviços essenciais e obras de infraestrutura pública.

C) Quanto à origem, na instrução normativa do MDR de 04 de dezembro 2020, o evento adverso pode ser de origem natural, tecnológica ou de origem antrópica. Desastre Natural é considerado acima da normalidade em relação à vulnerabilidade da área

atingida, que podem implicar em perdas humanas, socioeconômica e ambientais. Já Evento adverso tecnológico é um desastre originado por condições tecnológicas decorrentes de falhas na infraestrutura ou nas atividades humanas específicas consideradas acima da normalidade, que podem implicar em perdas humanas, socioeconômicas e ambientais. Por fim, Evento adverso antrópico se refere a desastre decorrente de atividades humanas predatórias ou consideradas acima da normalidade, que podem implicar em perdas humanas, socioeconômicas e ambientais;

Diferente dos desastres naturais, os desastres tecnológicos têm origem nas ações antrópicas, que são modificações resultantes da ação humana, como acidentes nucleares, poluição por indústria química, contaminação de corpos hídricos por produtos químicos etc.; no entanto, os danos podem ser tanto relacionados ao equilíbrio do meio ambiente como ao desenvolvimento socioeconômico.

Além disso, no processo de reconhecimento do desastre e na gestão de riscos, é importante tipificar o desastre pelo COBRADE (Classificação e Codificação Brasileira de Desastres).

Quadro 2: COBRADE

CATEGORIA	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	COBRADE
I. NATURAL	1. GEOLÓGICO	1. Terremoto	1. Tremor de terra	0	1.1.1.1.0
			2. Tsunami	0	1.1.1.2.0
		2. Emissão tóxica	0	0	1.1.2.0.0
			3. Movimento de massa	1. Queda, Tombamentos e rochamentos	1. Blocos
		2. Laçadas			1.1.3.1.2
		3. Mutações			1.1.3.1.3
		4. Lajes			1.1.3.1.4
		2. Deslizamentos	1. Deslizamentos de solo e ou rocha	1.1.3.2.1	
			3. Corralas de Massa	1. Solo/Lama	1.1.3.3.1
			2. Rocha/Detrito	1.1.3.3.2	
			4. Subslônticos e colapsos	0	1.1.3.4.0
		4. Erosão	1. Erosão Costeira/Marina	0	1.1.4.1.0
			2. Erosão de Margem Fluvial	0	1.1.4.2.0
	3. Erosão Continental		1. Lustrar	1.1.4.3.1	
			2. Ravinas	1.1.4.3.2	
			3. Boçanços	1.1.4.3.3	
	2. HIDROLÓGICO	1. Inundações	0	0	1.2.1.0.0
		2. Enxurradas	0	0	1.2.2.0.0
		3. Alagamentos	0	0	1.2.3.0.0
	3. METEOROLÓGICO	1. Sistema de Grande Escala/Escala Regional	1. Ciclones	1. Ventos Costeiros (Mobilidade de Dunas)	1.3.1.1.1
				2. Marés de Tempestade (Ressacas)	1.3.1.1.2
		2. Frentes Frias/Zonas de Convergência	0	0	1.3.1.2.0
			2. Tempestades	1. Tempestade Local/Convectiva	1. Tornado
		2. Tempestade de Raios			1.3.2.1.2
		3. Granizo			1.3.2.1.3
		4. Chuvas Intensas			1.3.2.1.4
		5. Vendaval			1.3.2.1.5
		3. Temperaturas Extremas	1. Onda de Calor	0	1.3.3.1.0
			2. Onda de Frio	1. Friagem	1.3.3.2.1
	2. Geadas		1.3.3.2.2		
	4. CLIMATOLÓGICO	1. Estiagem	1. Estiagem	0	1.4.1.1.0
			2. Seca	0	1.4.1.2.0
		1. Seca	3. Incêndio Florestal	1. Incêndios em Parques, Áreas de Proteção Ambiental e Áreas de Preservação Permanente Nacionais, Estaduais ou Municipais	1.4.1.3.1
2. Incêndios em áreas não protegidas, com reflexo na qualidade do ar				1.4.1.3.2	
4. Baixa Humidade do Ar				0	1.4.1.4.0
1. Epidemias				1. Doenças infecciosas virais	0
	2. Doenças infecciosas bacterianas	0	1.5.1.2.0		
	3. Doenças infecciosas parasitárias	0	1.5.1.3.0		
	4. Doenças infecciosas fúngicas	0	1.5.1.4.0		
2. Infestações/Pragas	1. Infestações de animais	0	1.5.2.1.0		
	2. Infestações de algas	1. Marés vermelhas	1.5.2.2.1		
		2. Censo bacterias em reservatórios	1.5.2.2.2		
	5. BIOLÓGICO	1. Epidemias	1. Doenças infecciosas virais	0	1.5.1.1.0
2. Doenças infecciosas bacterianas			0	1.5.1.2.0	
3. Doenças infecciosas parasitárias	0		1.5.1.3.0		
4. Doenças infecciosas fúngicas	0		1.5.1.4.0		
2. Infestações/Pragas	1. Infestações de animais	0	1.5.2.1.0		
	2. Infestações de algas	1. Marés vermelhas	1.5.2.2.1		
2. Censo bacterias em reservatórios	1.5.2.2.2				

CATEGORIA	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	COBRADE
2. TECNOLÓGICO	1. Desastres Relacionados a Substâncias radioativas	1. Desastres siderais com riscos radioativos	1. Queda de satélite (radionuclídeos)	0	2.1.1.0
		2. Desastres com substâncias e equipamentos radioativos de uso em pesquisas, indústrias e usinas nucleares	1. Fontes radioativas em processos de produção	0	2.1.2.0
		3. Desastres relacionados com riscos de intensa poluição ambiental provocada por resíduos radioativos	1. Outras fontes de liberação de radionuclídeos para o meio ambiente	0	2.1.3.0
	2. Desastres Relacionados a Produtos Perigosos	1. Desastres em plantas e distritos industriais, parques e armazenamentos com extravasamento de produtos perigosos	1. Liberação de produtos químicos para a atmosfera causada por explosão ou incêndio	0	2.2.1.0
			1. Liberação de produtos químicos nos sistemas de água potável	0	2.2.2.0
		2. Desastres relacionados à contaminação da água	2. Derramamento de produtos químicos em ambiente lacustre, fluvial, marinho e aquíferos	0	2.2.2.0
			3. Desastres Relacionados a Conflitos Bélicos	1. Liberação produtos químicos e contaminação como consequência de ações militares.	0
		4. Desastres relacionados a transporte de produtos perigosos	1. Transporte rodoviário	0	2.2.4.1.0
			2. Transporte ferroviário	0	2.2.4.2.0
			3. Transporte aéreo	0	2.2.4.3.0
			4. Transporte dutoviário	0	2.2.4.4.0
			5. Transporte marítimo	0	2.2.4.5.0
			6. Transporte aquaviário	0	2.2.4.6.0
	3. Desastres Relacionados a Incêndios Urbanos	1. Incêndios urbanos	1. Incêndios em plantas e distritos industriais, parques e depósitos.	0	2.3.1.0
			2. Incêndios em aglomerados residenciais	0	2.3.1.2.0
	4. Desastres relacionados a obras civis	1. Colapso de edificações	0	0	2.4.1.0.0
		2. Rompimento/colapso de barragens	0	0	2.4.2.0.0
	5. Desastres relacionados a transporte de passageiros e cargas não perigosas	1. Transporte rodoviário	0	0	2.5.1.0.0
		2. Transporte ferroviário	0	0	2.5.2.0.0
		3. Transporte aéreo	0	0	2.5.3.0.0
4. Transporte marítimo		0	0	2.5.4.0.0	
5. Transporte aquaviário		0	0	2.5.5.0.0	

2.3.1 Gestão de Risco, Gerenciamento de Desastres e Planejamento urbano

Durante muito tempo se convencionou tratar as ações Defesa Civil somente nas tragédias, quando os desastres aconteciam e estes se apresentavam cada vez mais catastróficos, com danos humanos, sociais e ambientais, com prejuízos econômicos irreversíveis. E voltar à situação de normalidade era cada vez mais difícil, pois os traumas causados, a recuperação e o processo de reconstrução traziam consequências cada vez maiores para o poder público e para a população. Desta forma, percebeu-se que investir em ações de prevenção era muito mais compensatório do que bancar os custos dos danos e prejuízos do desastre. Assim, a incorporação das ações de proteção surgiu nesse contexto de reduzir custos e minimizar os efeitos dos impactos do desastre.

Atualmente na escala mundial, cada R\$ 1 investido em prevenção equivale, em média, entre R\$ 25 e R\$30 de obras de reconstrução pós evento. Os desastres têm magnitudes amplas e variadas, fundamentalmente pela falta de alocação de recursos e pela escassez de textos que orientem para a fase de prevenção. Isso é um fato, que preocupa órgãos nacionais e internacionais e que prega por visar formação, treinamento e preparação pré-evento (MENDIONDO, 2006 *apud* KOBİYAMA *et al.*, 2006, p. 7).

A palavra proteção foi incorporada à Política Nacional de Defesa Civil através de normativas partindo da necessidade de se estabelecer ações articuladas com todos os entes federados que dessem conta das ações antes, durante e no pós-desastre. Desse modo, dividiu-se essas ações em Gestão de Risco, que atua no planejamento e ações durante a normalidade para evitar ou minimizar risco, e Gerenciamento de Desastres, que são ações planejadas de como agir e atuar no momento de o sinistro acontecer; são duas coisas aparentemente parecidas, mas bem diferentes na ação. Entende-se que as ações de proteção se tornaram tão importantes quanto gerenciar um desastre quando acontece. Vale destacar que ações referentes à temática desastres acontecem antes, durante e pós desastre (Figura 1).

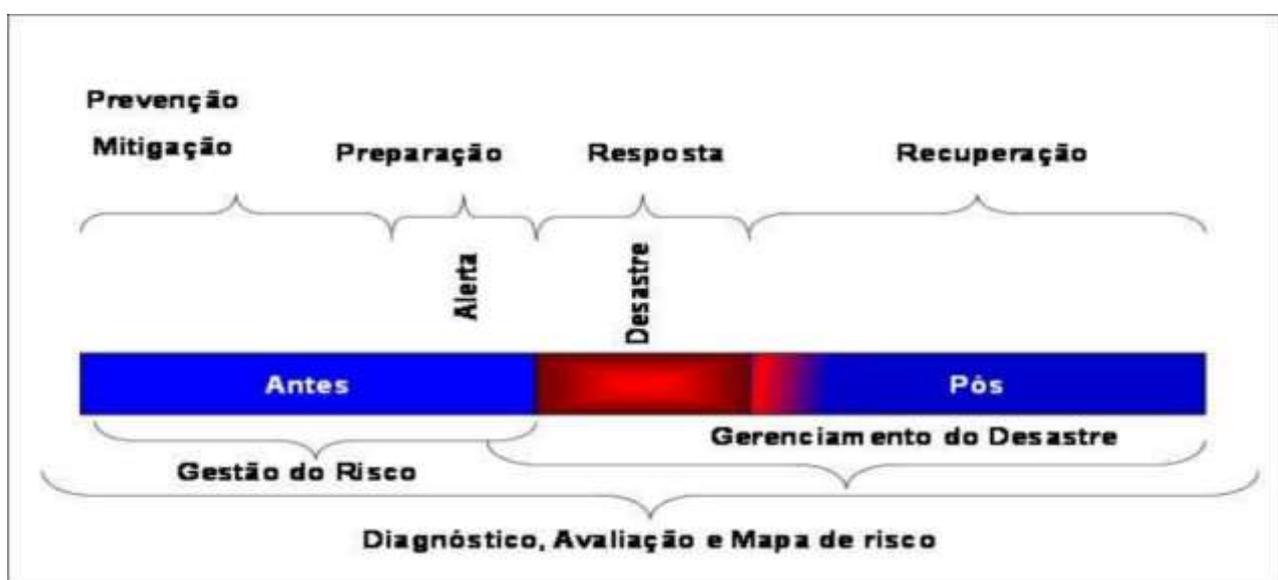
Antes do evento adverso, trabalha-se a proteção, que nada mais é do que prevenção e a mitigação dos riscos, denominado de Gestão de Risco. Na prevenção estão, ente outras ações, o mapeamento, fiscalização das áreas de risco, cadastro das famílias em áreas de vulnerabilidades, capacitação, elaboração do Plano de Contingência, preparação para o sistema de alerta e alarme e simulados. A mitigação, por sua vez, é a elaboração para redução dos efeitos do desastre, como limpeza dos canais, recobrimento das encostas, reforço de estruturas de pontes, contenções de encostas, entre outros.

Já durante o evento adverso, as ações são de Gerenciamento do Desastre, isto é, ações imediatas e emergenciais para dar resposta ao desastre, como: identificar e isolar a área de

riscos, identificar as vítimas e em que situação elas se encontram, prestar socorro e assistência, alojamento, abrigo, entrega de cestas básicas e água a essas vítimas, além de identificar se há desaparecidos e óbitos. Outras ações dizem respeito ao restabelecimento dos serviços essenciais, como segurança, retirada de entulho, restabelecimento da energia elétrica e telefônica e internet, abastecimento de água e drenagem.

Nos pós desastre tem-se as ações reconstrução para o retorno da normalidade, e dizem respeito à reconstrução de pontes, de vias públicas, obras de artes e outros. Essas ações estão incluídas no conceito de gerenciamento de desastre junto com as ações de resposta ao desastre, conforme o quadro esquemático abaixo.

Figura 1 – Gestão de risco e gerenciamento de desastre



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2018).

Conforme exposto, o Ciclo de Gestão de desastre se inicia na prevenção e mitigação, quando as ações de prevenção incorporam outros entes, como sociedade civil e empresariado, assim como outras políticas que vão somar tecnicamente com a preparação. Desse modo, primeiro as ações são de planejamento e depois de preparação. Assim, o sistema de alerta e alarme, por exemplo, deverá ser acionado quando a comunidade já está preparada para identificar uma situação de risco e de anormalidade, ou seja, um sinistro em iminência de acontecer.

Vale destacar que a gestão de risco atua no período da normalidade, em um planejamento que busca minimizar os efeitos de um desastre ou até mesmo evitar risco coletivos e a ocorrência de acidentes graves, impedindo que vidas sejam perdidas, bem como prejuízos

econômicos e grandes catástrofes ambientais. Desta forma, entende-se que a gestão de risco deve planejar suas ações a partir de um diagnóstico do território, com levantamento das áreas e com a construção de mapas que identifiquem não só as áreas de maior vulnerabilidade, mas também a hierarquização dessas áreas, identificando-as entre menor ou maior risco.

Os elementos cartográficos devem incluir as referências cartográficas susceptíveis de serem utilizadas quer em fase de emergência quer em fase de reabilitação, incluindo cartas especializadas, como cartas geológicas, agrícolas, hidrológicas, zonas de risco de cheia, entre outras (SANTOS, 2011, p. 26).

Assim, a caracterização do risco é um fator fundamental no âmbito das atividades da Gestão de Riscos para Desastre, contribuindo para os objetivos do planejamento de emergência, ao prevenir ou minimizar situações de risco e atenuar os seus efeitos.

Os instrumentos de gestão e planejamento devem trabalhar aspectos estruturais, ligados à infraestrutura pública, e não estruturais, como a percepção de risco e a participação da população. Além disso, a gestão de risco deve estar integrada às demais políticas de planejamento urbano e regional, o que possibilitaria compreender os motivos que levam ao estabelecimento de áreas de risco e determinar ações que previnam seu surgimento. Evitar o risco é mais interessante social e economicamente do que lidar com os desastres (CAVALCANTE; ALMEIDA, 2018, p. 86).

A estrutura a ser utilizada no gerenciamento do desastre depende de sua magnitude. Na imagem abaixo vê-se algumas máquinas, equipamentos de grande porte, suportes utilizados quando o município sozinho não consegue dar conta dos efeitos de um desastre ou quando essa ameaça necessita de ações efetivas de mapeamento, monitoramento das situações climáticas e do território; nesse caso essa estrutura é garantida por intervenção externa, dos estados ou do governo federal, quando há necessidade maior de monitoramento de desastre. Em situações graves de desastre súbito que acomete grande parte da população de uma cidade, requer-se o monitoramento acompanhado pelo CEMADEN - Centro de Monitoramento de Alerta de Desastre Naturais. Na figura 2, abaixo, representa-se mais um ciclo de gestão de risco, em que a prevenção é representada com as máquinas pesadas que significam obras físicas estruturantes capazes de evitar que desastres aconteçam ou que busquem minimizar os seus efeitos por meio de construção de encostas, pontes, muros de arrimo e outros. A imagem apresenta ainda o mapeamento, identificado mediante ações de prevenção com conhecimento do território de risco para monitoramento e alerta.

Figura 2 – Gestão de risco e monitoramento



Os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento trabalham a retaguarda de situações de desastre de forma ainda tímida, tanto em rede de proteção, para dar resposta ao desastre com serviços de socorro e assistência às vítimas, quanto em estudos em centro de pesquisa meteorológica.

A parcela dos centros urbanos que trabalham em redes de proteção é razoável. No caso de países pobres, as autoridades locais permanecem incapazes de prover infraestrutura, serviços essenciais ou segurança. Nesse cenário o que se vê são recursos locais mal administrados que deixam de lado o planejamento urbano estratégico e a atenção aos territórios de periferia e às áreas de vulnerabilidade social. Lamentavelmente, nas pequenas e médias cidades, os governos locais ainda não absorveram a política de Proteção e Defesa Civil como investimento e sim como custos, por isso não articulam com as demais políticas que visem reduzir a pobreza e investir em ZEIS e áreas de risco. São omissos quando não articulam com políticas que atuam na proteção ao meio ambiente, infraestrutura urbana e políticas de garantia de direito a população como de assistência social, moradia e mobilidade urbana.

Na prática, os avanços de ocupações em áreas irregulares são mais rápidos que os serviços de planejamento de infraestrutura urbana e a instalação dos equipamentos urbanos nos territórios. Casas e barracos são construídos em fins de semana, longe dos olhos da fiscalização do poder público, e muitas vezes com o aval de lideranças comunitárias ou apoiadas solidariamente por parentes e vizinhos já instalados no local. Inicialmente famílias de baixa renda se instalam em locais periféricos das cidades por não terem condições financeiras de se

alojar em locais mais estruturados nos centros urbanos, na esperança de os governos reestruturarem esses locais.

Em suma, o debate implica o uso e ocupação desses espaços em suas múltiplas territorialidades, onde a questão ambiental subjaz enquanto problemática. Nesse sentido, Mello (2008, p. 26) fala das funções ambientais e urbanas desempenhadas especificamente pelas margens dos rios.

Estampa-se, assim, o primeiro paradoxo subjacente ao tema: de um lado as múltiplas funções urbanísticas, e o efeito de atração que os corpos d'água exercem sobre as pessoas e de outro, o dispositivo legal que impede a ocupação formal das margens dos corpos d'água visando à preservação das suas funções ambientais.

Desta forma, as famílias em condições de extrema pobreza geralmente se instalam em locais onde os lotes de terras têm pouco ou nenhum valor de mercado ou em áreas públicas preservadas, que são áreas de proteção ou áreas de riscos. Nesses lugares a infraestrutura urbana ainda não chegou porque é mais lenta que a velocidade das construções das casas. No entanto essas habitações são frágeis por conta dos materiais e da forma como são construídas, e no período de chuvas intensas, nas cheias, enxurradas ou enchentes acabam por desabar, o que vitima várias famílias todos os anos.

Diante desse conhecimento, no pré-desastre ou no chamado período normalidade, o governo deve se manifestar com ações de proteção e monitoramento de áreas de riscos e no atendimento às famílias em situações de vulnerabilidade social e habitacional. Essas instituições governamentais devem atuar de maneira integrada, realizando monitoramento e visitas técnicas para avaliações dos imóveis nas suas condições de moradia. Os monitoramentos nas áreas de riscos são de cunho estrutural e ambiental; neles serão verificadas rachaduras no solo, manchas de inundação, sistema de drenagem e a perda de massa no caso de erosões. Dependendo da gravidade da situação da família são acionados Bombeiros, Secretaria Municipal de Obras-SEMOB, Secretaria Municipal de Assistência Social-SEMAS, Secretaria Municipal de Meio Ambiente- SEMEIA e Coordenação Municipal de Defesa Civil-COMDEC.

No gerenciamento do desastre, quando o desastre acontece, as ações são de socorro e assistência às vítimas e o restabelecimento da área. No caso de situação de Emergência ou Calamidade Pública deve ser acionado o Plano Municipal de Contingência-PLACON (lei 12.608/12, artigo 8º). Este Plano funciona como um planejamento das ações a serem tomadas na ocorrência de um desastre e envolve instituições governamentais e não governamentais

apontando as ações que devem ser feitas, quem e como fazer. Assim, o plano de gestão de risco atribui responsabilidades no controle de suprimentos, abrigos, voluntariados, entre outros.

Nesse sentido, as ações de resposta têm como objetivo dar os primeiros atendimentos às famílias vítimas do desastre, devendo atuar na acolhida e assistência de tal forma que essas famílias não sofram tanto pela situação que vivenciaram. Outra ação, dependendo da magnitude do desastre, é acionar o governo Federal por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional para dar início ao processo de reconhecimento do desastre, através do envio do decreto de situação de Emergência ou Calamidade Pública, o Plano de Resposta ao desastre com todas as informações necessárias para dar socorro, assistência às vítimas, assim como o restabelecimento dos serviços essenciais do município, quando o este não der conta de enfrentar os efeitos do desastre. Daí a importância do zoneamento urbano nas cidades da Amazônia, do Plano Diretor como instrumento importante do Planejamento urbano e o ordenamento territorial

Falar em zoneamento em área de orla urbana fluvial amazônica é falar de gestão de risco de desastre, onde se faz necessário traçar a problematização sobre a moradia, mobilidade urbana e o modo de viver amazônico. São políticas relativamente novas e que a gestão pública manteve na invisibilidade por um longo período, como um esboço a ser desenhado futuramente, visto se tratar de políticas que afetam a população instalada nas periferias, na beira de rios. Desta forma fala-se também em periferia e de como e de que forma os equipamentos institucionais estão distribuídos nessas áreas. Vale lembrar que a dicotomia centro-periferia faz parte da realidade da maioria das cidades brasileiras.

Essa dificuldade raramente seria sentida se fosse uma problemática do centro comercial urbano, pois esse tipo de espaço é supervalorizado e com constantes ações de manutenção por parte dos aparelhos urbanos.

Em um país em que a massa da classe trabalhadora não tem condições de se beneficiar de financiamentos do Estado para a compra ou a construção da moradia, o tripé loteamento clandestino/casa própria/autoconstrução aparece como política social que, para Mautner (2002), representa uma política inconfessa por se apoiar em ocupação irregular de apoio ao processo de periferização, em que a aquisição do lote (ocupação) se constitui numa possibilidade (COSTA e FERREIRA, 2010, p. 171).

Diante disso, o planejamento urbano em áreas costeiras, marítimas ou fluviais tem-se apresentado como um desafio na pauta do ordenamento territorial onde os espaços já estão consolidados como áreas de ocupações urbanas.

3 ORLA FLUVIAL: URBANIZAÇÃO NO CONTEXTO DE RISCO

O município de Abaetetuba (Figura 3) pertence à região de integração Tocantins, à mesorregião nordeste do Pará e à microrregião de Cametá. A cidade está localizada à margem direita do rio Maratauíra, um dos afluentes do estuário do rio Tocantins.

Figura 3 – Mapa do município de Abaetetuba/PA



Fonte: Google Imagens

O referido município possui uma extensão territorial de 1.610,65 km² (IBGE 2021), divididos em zona rural e urbana, sendo que a zona rural se divide em zonas de ilhas e zona rural estradas que se subdividem em comunidades rurais e um distrito, o distrito de Vila de Beja.

Figura 4 – Imagem aérea da zona urbana de Abaetetuba



Fonte: Google Imagens

O município possui uma população estimada de 160 439 habitantes, com densidade demográfica de 87,61 hab/km² (IBGE, 2010), sendo que a zona urbana do município é composta aproximadamente de 26 km² (SEMOB, 2021).

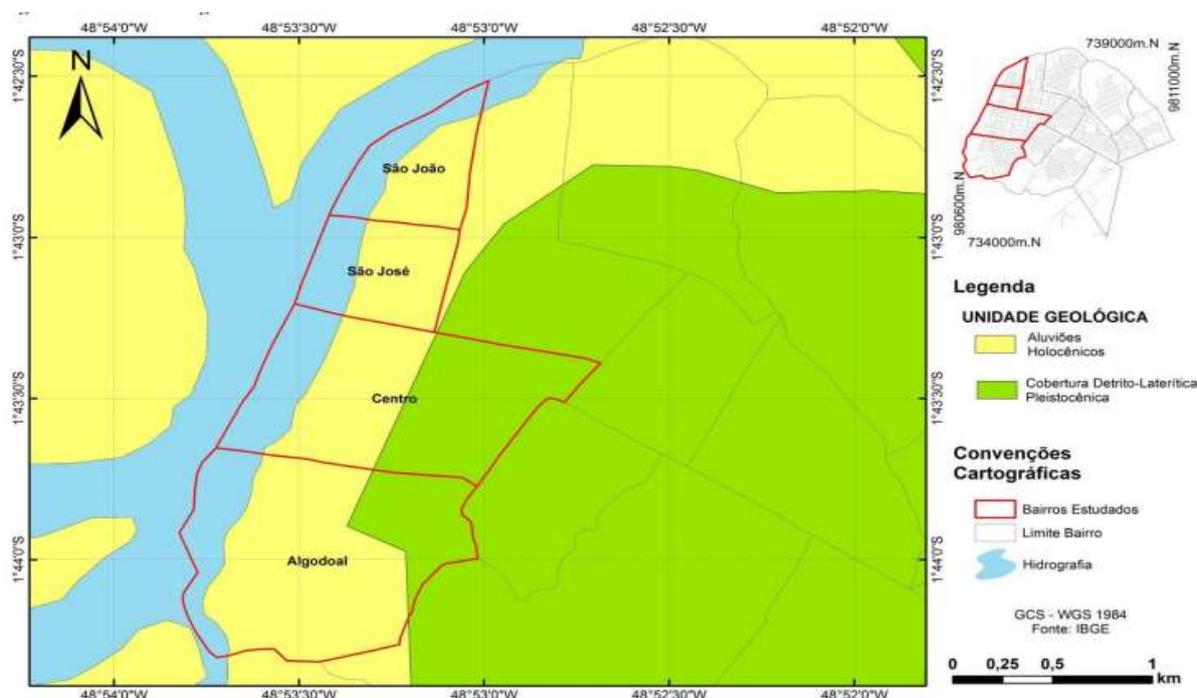
A zona urbana (figura 4) é dividida em 16 bairros, sendo estes bairros: Centro, São João, São José, Algodual, São Lourenço, Santa Rosa, São Sebastião, Francilândia, Aviação, Cristo Redentor, Mutirão, Angélica, Santa Clara, Castanhal, Bosque e bairro Jarumã (ABAETETUBA, 2017, p. 90).

Já a zona rural ilhas de Abaetetuba possui 22 (vinte e duas) ilhas e é composta de 72 comunidades ribeirinhas distribuídas na região. A zona rural estradas é dividida em 49 comunidades rurais.

É importante destacar ainda os aspectos geológicos do município, principalmente nos bairros que compõe a orla (Figura 5), que são constituídos por solo sedimentares pertencentes ao período terciário e aos quaternários antigo e recente. Essa estrutura é proeminente tanto na sua porção continental como na sua porção insular e com especial simplicidade nas suas formas

de relevo, onde são formados tabuleiros pediplanados com inserção na unidade morfoestrutural do planalto do Baixo Amazonas.

Figura 5 – Unidade geológica



Fonte: Ribeiro (2017).

Os acidentes topográficos do município são inexpressivos, pois seus terrenos localizados na margem direita do trecho baixo do rio Tocantins apresentam cotas que oscilam entre 5 a 20 metros⁶.

O Município de Abaetetuba abrange em seu percurso a zona urbana (nascente) e a rural (foz). Nessas áreas há muitas famílias de baixa renda que migraram em grande parte da região das ilhas do município para a cidade e foram se estabelecendo nessas áreas. Assim, as transformações da paisagem ao longo da orla município, à frente da cidade, reconhecem que este local é uma planície tecnogênica devido ao aterramento (RIBEIRO, 2017), porém deveria ser área de preservação ambiental.

Nesse local, a mata ciliar foi retirada e no lugar das áreas de várzeas surgiram as ocupações que respeitaram as manchas de inundação e o movimento das marés. Tudo foi acontecendo em um movimento acelerado que não acompanhou o desenvolvimento urbano, ou seja, essas áreas crescerem, foram-se espraiando sem a devida atenção estrutural. Somente depois que essas áreas foram consolidadas como áreas de vulnerabilidades social, a gestão

⁶ Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará, 2013.

municipal entrou tentando minimizar os impactos da degradação ambiental, com ações tanto de infraestrutura como social.

No bairro Centro, hoje caracterizado por uma paisagem antropizada, pode-se encontrar problemas como a poluição dos corpos hídricos, sobretudo na área da feira que pode ser afetada pelos processos erosivos recorrentes nessa região proveniente da natureza do solo, podendo vir a colapsar e causar danos humanos, materiais e ambientais para o município e para as famílias que ainda residem nessa área, mesmo se tratando de uma área comercial.

Nesse contexto, as causas do processo erosivo estão relacionadas ao solo de aluvião que passou por inúmeras e diferentes camadas de aterro podendo vir a colapsar se não fosse iniciado a construção de obra de cais de arrimo, uma obra de proteção articulada pela Coordenação Municipal de Defesa Civil e gestão municipal junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional (antes Ministério da Integração). Observou-se que a orla do município vivenciou o mesmo processo de ocupação e, conseqüentemente, os mesmos riscos que o bairro São João (bairro localizado às margens do rio Maratauíra que colapsou em 2014); ao bairro Centro, soma-se outros bairros como Algodal e São José.

O sistema de drenagem pluvial urbana apresentado na figura 6, é um elemento muito importante para evitar desastre hidrológicos, tendo em vista que esse sistema visa garantir a prevenção e o controle de enchentes e alagamentos em áreas sujeitas a inundações que causam riscos à população local. Desse modo, esse sistema realiza o remanejamento da água para locais adequados, garantindo a proteção e o controle ambiental dos cursos d'água nessa região caracterizada por tantas áreas de várzeas e um volume significativo de chuvas.

Assim, a água da chuva é captada pelas sarjetas, também chamada de guia e meio fio, e desce até os bueiros através de uma tubulação chamada espinha, encontrando o poço de visita, que também é utilizado para limpeza e inspeção, até que chega à galeria, uma tubulação maior, que pode ser executada em concreto armado, para assim chegar à sua destinação final: no caso de Abaetetuba esta finalização são os corpos hídricos.

Figura 6 – Esquema computadorizado de sistema de drenagem seccionado e em perspectiva



Fonte: Google Imagens

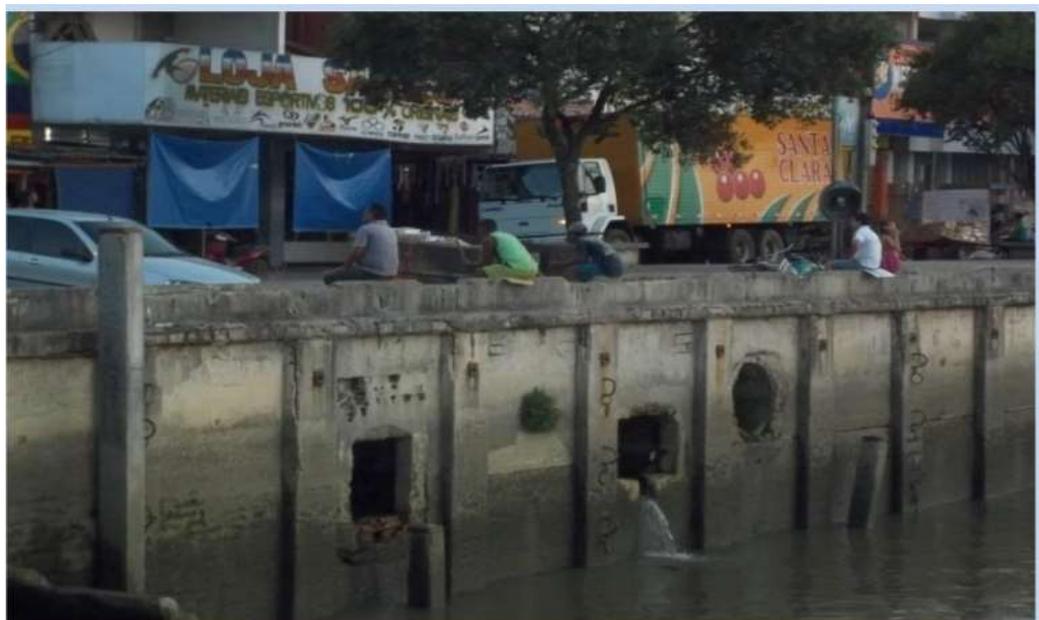
A zona urbana do município não possui sistema de esgotamento sanitário com destinação final passando pela estação de tratamento e limpeza, mas possui apenas um sistema de drenagem pluvial que não abrange todos os bairros, o que contribui muito para o aumento das áreas alagadas no período de chuva intensa e de cheias dos rios. Nesses locais encontra-se famílias de baixa renda residindo e que sofrem com o inverno amazônico.

O município possui atualmente implantados 35% das vias com meio fio e 40% de cobertura de pavimentação em vias públicas e que fazem parte da estrutura operacional de manejo de águas pluviais, com a cota topográfica do terreno favorável por escoamento gravitacional água pluvial por rede de drenagem e escoamento superficial em relação a cota do rio (Maratauíra e Jarumã) e igarapés (Fazendinha e Jaquarequara) porém vale ressaltar que, nos horários de alta das marés em momentos de chuva, ocorre alagamentos em alguns trechos de vias da cidade, devido a obstrução ocasionada pela forte massa de água do rio que avança e sobe sobre as tubulações de saída de água pluvial as margens dos leito do rio e igarapés (ABAETETUBA, 2019, p. 51).

O Plano Municipal de Saneamento do município prevê a ampliação da rede de drenagem pluvial, porém vale ressaltar que “nos períodos de alta das marés em momentos de chuva, ocorrem alagamentos em muitos trechos de vias da cidade, devido a obstrução ocasionada pela forte massa de água do rio que avança e sobe sobre as tubulações de saída de água pluvial as margens dos leitos do rio e igarapés” (ABAETETUBA, 2019, p. 51).

Na figura 7, vê-se a destinação final da principal galeria da rede pluvial de drenagem, chegando ao até o rio Maratauíra, na orla comercial.

Figura 7 – Destino final do sistema de drenagem pluvial na orla de Abaetetuba



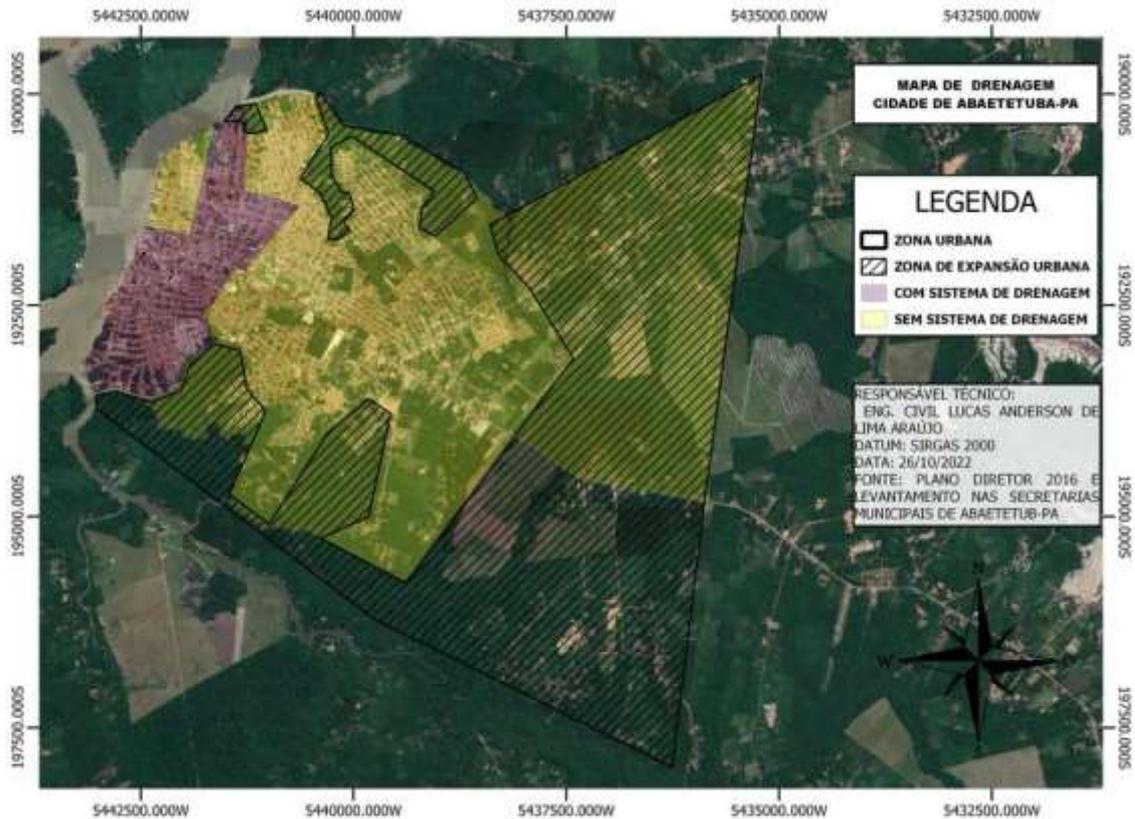
Fonte: Google Imagens

Os elementos dos sistemas de infraestrutura urbana, como pavimentação e drenagem e em alguns casos construção de pontes e muros de arrimo, é fundamental em áreas entrecortadas por igarapés e sujeitas a chuvas e alagamentos, como as áreas existentes nos bairros que compõem a orla. Porém no Município de Abaetetuba a drenagem contempla uma cobertura de apenas 10% da estrutura total urbana, compreendida por 16 (dezesesseis) bairros legalmente constituídos, segundo Plano Municipal de Saneamento de Abaetetuba 2017.

Abaetetuba possui um sistema de drenagem de águas pluviais que foi implantado no ano de 2003 no qual entre os 14 bairros, somente quatro foram beneficiados: Centro, São Lourenço, Algodual e Santa Rosa. O sistema de drenagem do município é composto de meio fio, boca de lobo, canaletas, espinhas, galerias e poços de visita e conta com duas galerias de 2 m de profundidade e as demais com 1 m de profundidade. As galerias de 2 m estão situadas na Avenida Dom Pedro II e na Avenida São Paulo. O sistema possui 10 bocas de lobo em cada rua, um total de 231 canaletas (ABAETETUBA, 2017, p. 88).

Pode-se perceber através da figura 8 o mapa que apresenta a área atendida pelo sistema de drenagem na área urbana do município, na cor roxo, ou seja apenas quatro bairros possuem sistema de drenagem.

Figura 8 – Área atendida pelo sistema de drenagem na área urbana do município



Fonte: Plano Diretor Municipal (2016).

3.1 ORLA FLUVIAL, INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO

A orla de Abaetetuba é o *locus* de entendimento da dinâmica das diversas vivências que compõem a identidade e territorialidade presentes no município, que por motivos parecidos ocuparam este espaço, como a dinâmica da paisagem, mobilidade urbana, acessibilidade, escoamento da produção, comercialização de produtos e identificação com o modo de viver ribeirinho. Porém uma linha tênue separou os moradores do centro e periferia, local de convergência de luxos e lugar de divergência de fluxos, ou seja, lugar de concentração de equipamentos urbanos do lugar de dispersão de equipamentos urbanos, do lugar onde a política urbana é imperativa do lugar onde a política urbana é esquecida, isto é, centro e periferia.

Nesse movimento histórico de produção do urbano no Brasil – calcada na forte migração campo-cidade e na expansão das periferias sobre terras impróprias para moradia –, emerge o risco, aqui tratado como uma construção sociopolítica, quando prevalece, negligentemente, a naturalização dos eventos trágicos que redundam na perda de milhares de vidas em nossas cidades. Apesar de os instrumentos municipais de ordenamento do território urbano (planos, relatórios técnicos, zoneamento etc.) traçarem diretrizes para a regularização da situação fundiária de assentamentos situados em áreas de risco (COSTA e FERREIRA, 2010, p. 171).

E o que é urbano? Para a gestão municipal, o urbano é o espaço que possui elementos que garantem urbanidade ao cidadão, onde ele é servido pelo poder público com o mínimo de

infraestrutura que lhe dê conforto, praticidade e mobilidade. Na prefeitura, o caráter urbano é representado por um registro, um cadastro que informa os serviços básicos ofertados pelo município e é capaz de indicar quais os elementos urbanísticos presente no local do imóvel são considerados serviços essenciais. Para a sobrevivência do ser humano nas zonas urbanas é necessário que exista um sistema de infraestrutura mínima, capaz de garantir o suprimento de suas necessidades básicas.

Nesse sentido, o Cadastro Imobiliário existe como uma espécie de registro que possui um grupo de infraestrutura necessária, representado pela sigla PACIGUSTE, que trata de elementos utilizados pela prefeitura para registro do imóvel no Boletim de Informações Cadastrais (BIC).

P- Pavimento

A- Água

C- Coleta de lixo

I- Iluminação pública

G- Galeria Pluviais

U-Limpeza **U**rbana

S-Guias e **S**arjetas

T- Telefone

E- Esgoto.

Desse modo, pode-se saber o tipo de serviço que a prefeitura garantiu ou não garantiu para o cidadão. A partir da obtenção desses dados é sugerido quem está em território de periferia e quem está nos centros urbanos, que bairros possuem infraestrutura e quais não possuem. Geralmente quem está nas áreas de risco estão desassistidos por esses elementos urbanísticos. Então PACIGUSTE revela a infraestrutura existente em cada lugar.

Por conseguinte, esses elementos considerados essenciais estão presentes nos centros urbanos, mas ausentes nas periferias, onde essas ausências corroboram para uma paisagem vil e com aspectos de abandono e precariedade, a mesma paisagem que, dependendo da localização, potencializa o cenário de risco. A área da Chicolândia é um exemplo, onde não existe pavimentação nem abastecimento de água pelo sistema de Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), a iluminação pública, em grande parte, é feita precariamente pelos próprios moradores, não existe galerias pluviais, a limpeza urbana é irregular, não existem guias e sarjetas nem rede de telefonia e muito menos rede de esgoto (ABAETETUBA, 2017).

O cenário de risco se apresenta, portanto, numa conjuntura de infraestrutura incompleta e ineficiente onde à carência de grande parte desses elementos urbanísticos necessários, chamados de serviços essenciais, somam-se os processos de degradação, de aterramento irregular e de instalações de imóveis em áreas de solo erosivo.

Em Abaetetuba esse cenário de risco se apresenta em áreas de diferentes usos e ocupações do solo. Os territórios de riscos apresentam uma multiplicidade de usos, porém tem em comum o fato de estarem próximos do rio e ligadas ao modo de viver ribeirinho, constituindo-se em áreas de vulnerabilidade social e de fragilidade ambiental. No caso do bairro Centro, o cenário de risco está assentado em área de supervalorização comercial, com grande aglomeração, fluxo comercial e área de memória histórica. E, apesar de possuir todos os elementos urbanístico essenciais, a orla comercial foi construída sobre solo erosivo e que invariavelmente precisaria de uma estrutura protegida por cais de arrimo.

Na década de 80, houve outros desastres naturais na orla comercial, como o desabamento da Praça do Engenho e do Trapiche Municipal. Ambos caracterizados como desastres naturais geológicos causados por processos erosivos, concomitantes com fatores amazônicos. Tanto a estrutura da Praça do Engenho, construída ao lado mercado de peixe, como o do Trapiche Municipal sumiram no rio sem deixar vestígios, um caso que impressionou toda a população de Abaetetuba. Já na década de 90, um trecho da orla desabou e em 2010 outro trecho da orla veio abaixo, ou seja, são fatos que deixam a população receosa, uma vez que esse tipo de desastre já vem ocorrendo na orla ao longo do tempo.

Na pesquisa, ao questionar os entrevistados se eles tinham conhecimento de quais desabamentos já aconteceram no local, 80% disseram que sabiam do desabamento da Ponte Grande (trapiche municipal, um trecho da orla antiga), da Praça do Engenho e, mais recente, de um trecho da obra em construção, enquanto 20% dos entrevistados responderam que não tinham conhecimento de tais eventos, mas apenas do desabamento do trecho do bairro São João (fato que contribui para a percepção de risco no local). Acredita-se que, a partir do acontecimento dos desastres anteriores, todo e qualquer planejamento urbano deveria ter levado em consideração a proteção da orla, o que reforça a hipótese de que a gestão de risco fora insuficiente e as obras de infraestrutura urbana não foram capazes de evitar que outros desastres acontecessem no local.

3.2 DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E VULNERABILIDADE SOCIAL DO BAIRRO ALGODOAL

Olhando para o rio, o bairro Algodual se localiza à extrema direita, sendo em grande parte abraçado pelo rio Maratauíra e dando prosseguimento pelo rio Jacarequara (braço desse mesmo rio), local alternativo de embarque de passageiros e cargas, como produtos das olarias (local de fabricação de produtos cerâmicos), como tijolo e telhas, e hoje embarque da produção de açaí. Vale lembrar que o início da consolidação do Algodual como bairro se constituiu em grande parte pela construção do Matadouro Municipal, e a vida da população local girava em torno do funcionamento desse matadouro (local de abate do gado).

A área se constituiu em bairro nos anos 80, no advento da construção do polo industrial de Barcarena. Com o sonho de melhores condições de vida, muitas famílias deixaram a sua propriedade rural das ilhas e estradas e migraram para a cidade para facilitar mobilidade ao polo industrial. Vários motivos levaram essa população a se instalar no bairro, entre eles pode-se destacar o baixo valor das terras, visto que a maioria dos terrenos eram provenientes de títulos de aforamento cedidos pela prefeitura.

O aforamento é um direito real, constituído por meio de um contrato, em que o Senhorio (prefeitura) é o titular do domínio direto e o foreiro (Posseiro/ “proprietário do imóvel”) do domínio útil. Somados, os Domínios Direto e Útil constituem o Domínio Pleno, em que o seu detentor possui todos os atributos inerentes à propriedade: Uso, Gozo, Disposição e o Direito de Sequela (reaver) (MELO, 2019, on-line)⁷.

O bairro Algodual possui uma constituição de solo frágil, sedimentar, baixo platô e com planícies sujeitas a inundações.

Do ponto de vista morfológico, o sítio urbano que compreende ao bairro Algodual é subdividido em duas unidades fisiográficas; os baixos platôs constituídos de material sedimentar datados do Mioceno ao Plio-Pleistoceno, com topografia de 5 a 20 metros de altimetria, os baixos platôs não são alcançados pela inundação. Já as planícies, sujeitas à dinâmica fluvial e inundações, foram constituídas no Holoceno possuindo superfície de baixa cota topográfica (0 a 4m), trata-se das várzeas influenciadas por marés. Quanto à litologia das planícies/várzeas foco de estudo, são unidades formadas por aluviões inconsolidados de argila, areia e silte do período Quaternário e fazem parte da unidade geomorfológica Planície Amazônica (RIBEIRO e FRANÇA, 2014, p. 273).

Esse bairro está distribuído em duas áreas: uma mais consolidada, com infraestrutura, urbanizada e instalação de equipamentos urbanos que foram respondendo à demanda da população, e uma outra área, que seria de expansão, localizada nas margens do rio Maratauíra, chamada Chicolândia. As áreas consolidadas e bem servidas de equipamentos urbanos possuem

⁷ MELO, Everton. **Aforamento**: como evitar a dor de cabeça na venda de um imóvel, 2019. Disponível em: <https://evertonmeloadv.jusbrasil.com.br/noticias/691865805/aforamento>. Acesso ago. 2022

escolas de nível fundamental e médio, unidades de saúde, duas praças, matadouro municipal, CRAS, Centro do idoso, duas igrejas católicas e várias igrejas protestantes.

A parte consolidada ocupa uma área de 735.342m² e se caracteriza pelo adensamento urbano, disposto em quadras, com poucas áreas verdes, quase todos os serviços urbanos do bairro encontram-se aí. A parte não consolidada com área de 520,145m², tem estrutura urbana formada por eixos de expansão de configuração alongada. Esses eixos são definidos por ruas aterradas e estivas de acesso às casas, ambas sobre áreas de várzea. A disposição desses eixos é predominantemente norte e sul, ou seja, partem da área consolidada e se estendem na direção do rio Jacarequara (RIBEIRO E FRANÇA, 2014, p. 272).

3.2.1. A Área da Chicolândia

A área menos consolidada do bairro do Algodal ocupa uma área de 735,34 m² e é chamada de “Área de ocupação da Chicolândia”. Trata-se de um local afastado do bairro Algodal, configurando-se em uma área de expansão dentro de um bairro consolidado. É circundado pelo rio Maratauíra, logo é um território construído em áreas de várzea frequentemente alagadas e sob influência de marés (fenômeno de elevação e subida e descida do nível das águas de uma região por causa dos efeitos gravitacionais criados pela lua e pelo sol). No plano diretor (revisão 2016), essa área está identificada no mapa do macrozoneamento como macrozona urbana.

Art. 32 A Zona Urbana Consolidada é composta pelas áreas urbanizadas ou em processo de urbanização, servidas de infraestrutura equipamentos comunitários, com média e baixa densidade populacional, e enclaves de alta densidade.

- Art. 34 A Zona Urbana de Expansão e Qualificação é composta por áreas propensas à ocupação urbana e que possuem relação direta com áreas já implantadas, sendo também integrada por assentamentos informais que necessitam de qualificação. Está formada ao longo da zona urbana consolidada e Zona Urbana de Uso Controlado. Art. 35 Esta Zona deve ser planejada e ordenada para o desenvolvimento equilibrado das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, de acordo com as seguintes diretrizes: I - estruturar e articular a malha urbana de forma a integrar e conectar as localidades existentes;

II - aplicar o conjunto de instrumentos de política urbana adequado para qualificação, ocupação e regularização do solo; III - qualificar as áreas ocupadas para reversão dos danos ambientais e recuperação das áreas degradadas; IV - constituir áreas para atender às novas demandas habitacionais; V - priorizar a ocupação dos vazios urbanos nas Áreas de Regularização (ABAETETUBA, 2016, p. 22).

A ocupação desse local se deu de forma espontânea, sem qualquer planejamento de tal forma que a paisagem se modificou para atender às necessidades mais urgentes da população, como o acesso à água, construção das moradias, acesso às residências (já que muitas alagam eventualmente), iluminação e dispersão do esgoto. Em suma, a velocidade com que essa estrutura urbana informal foi-se constituindo não acompanhou o planejamento urbano da prefeitura.

Mecanismos como planejamento urbano, levantamento topográfico dessas áreas, definição da via pública com padrão de lotes, definição da largura das ruas, passeio público e alinhamento urbano não aconteceram. Pelo contrário, as moradias foram construídas de forma independente do ordenamento da prefeitura, no caso o Código de Posturas. Na sua maioria, essas residências são em madeiras, palafitas construídas sobre áreas de várzeas, coladas umas às outras, sem espaço para ventilação, iluminação ou conforto térmico.

O abastecimento de água também não chegou a tempo de um novo planejamento de ampliação da rede de abastecimento pela COSANPA, o que em tempos atuais ainda é a uma grande problemática do bairro Algodal (área da Chicolândia). Sendo assim, o abastecimento de água ainda é feito através poços comunitários, perfurados para atender à comunidade. Esses poços são construídos em parcerias com empresários, políticos e comunitários, principalmente em época de eleições. No entanto são construídos poços e elevação de caixa d'água, mas não é garantida a distribuição dos pontos de água. Além disso, a água é ruim, de péssima qualidade, sem tratamento, com grande índice de ferro, além de ser insuficiente, o que ocasiona a visibilidade nas ruas de moradores carregando baldes de água para o abastecimento doméstico.

Na área da Chicolândia não existe pavimentação, nem abastecimento de água pela COSANPA, nem existem galerias pluviais. Além disso, a iluminação pública, tem grande parte de sua expansão feita precariamente pelos moradores, a limpeza urbana é irregular, não existem guias e sarjetas, rede de telefonia e muito menos rede de esgoto (Plano de Saneamento Municipal de Abaetetuba, 2017).

É importante destacar ainda que a degradação ambiental e o desmatamento foram acontecendo com a finalidade de abertura de ruas, construção das moradias e casas comerciais. Dessa forma, a mata ciliar foi sendo escasseada, prejudicando o meio ambiente e causando desequilíbrio ao ecossistema, sendo as matas ciliares são consideradas áreas de preservação permanente segundo o Código Florestal (Lei 12.651/2012), por desempenharem importantes funções ambientais e sociais. Para Ribeiro

Acerca da vegetação típica desse ecossistema, esta em maioria fora suprimida quando da ocupação e preposição ao relevo e condição ambiental alterado. Muitas planícies foram acrescidas com aterros indiscriminados e canais tamponados para a construção de unidades residenciais e mistas e pontes e estivas para a locomoção. Nesse processo, nascentes foram destruídas, curso d'água interrompido e igarapés tiveram a sua dinâmica hídrica perturbada pela canalização que não comportava o fluxo das águas além da própria morfologia (RIBEIRO; FRANÇA, 2014, p. 273).

À medida em que a população foi se instalando no local, ruas foram abertas para dar lugar a mais lotes de terra prontos para serem construídos. Essa instalação se iniciou nas partes mais

altas e, com o passar dos anos e o aumento do número de moradores, as partes mais baixas também foram ocupadas.

Com essa ocupação as áreas passaram por transformações na paisagem urbanística, isto é, as áreas de várzeas, igapós, baixas de igarapé. Nesse contexto as pessoas vão-se firmando em suas áreas, fazendo obras como de aterramento sem nenhuma orientação. Assim acabam desencadeando uma situação de ameaça ao meio em que estão inseridos.

No período das chuvas e marés cheias, essas áreas tornam-se uma problemática para o modo de vida de sua população, pois as ruas e casas alagadas impossibilitam as pessoas de saírem. Além disso, nesse período há manifestação de insetos e a população também é acometida de doenças de veiculação hídrica e decorrentes do ambiente úmido em que se encontram.

Na maioria das localidades, ocorre um período chuvoso de dezembro a julho, quando há chuvas com grandes volumes, que totalizam cerca de 90% da precipitação anual. Estas são devidas à influência da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), associada à confluência de ventos alísios do Atlântico, baixa pressão atmosférica, temperatura máxima da superfície do mar e máxima convergência de umidade em baixos níveis atmosféricos (CAVALCANTE; ALMEIDA, 2018, p. 33).

Para Corrêa (2015), essas mudanças climáticas vêm aumentando muito, como é possível acompanhar pelos noticiários as catástrofes ambientais que causam muitas vezes danos humanos e ambientais além de grandes prejuízos públicos e privados.

Os prejuízos materiais e a perda de vidas humanas acompanham o aumento desses desastres. O número de feridos, desabrigados, mortos e desaparecidos em uma enchente provocada pelas chuvas constantes tem tomado os noticiários a cada dia. Em muitos casos, comunidades inteiras são atingidas por estes desastres naturais (CORRÊA, 2015, p. 25).

No Brasil, e sobretudo no Pará, os desastres naturais que causam maiores danos e prejuízos são: os de movimento de massa, voçorocas, colapsos de aterros e erosões. Os movimentos de massa são provenientes de diversos fatores, como intensidade e duração da chuva, o tipo de solo e as formas de uso destes fatores como inclinação de terreno, características geotécnicas das rochas e solos, cortes e aterros para construção de moradias, lançamentos de água servida, disposição dos resíduos domésticos, falta de drenagem, desmatamento, entre outros.

O desastre ocorrido em Abaetetuba no bairro São João foi um movimento de massa, tipificado como um colapso de aterro, também chamado de subsidência, devido à ruptura do solo saturado pelas chuvas do período e ao aumento do nível das marés, onde não havia um

sistema de drenagem adequado que desse conta de escoar as águas acumuladas no local, ou seja, a água ficou represada e solo se rompeu.

Na Chicolândia, porém, a paisagem de risco vem se construindo no processo de ocupação em aterros não consolidados e sem infraestrutura, com uma população em número considerável. São famílias oriundas da zona rural, atraídas pelos baixos valores dos terrenos e pela oportunidade de ter uma propriedade nas proximidades do centro urbano, o que reduziria o problema da mobilidade urbana, além da identificação com a paisagem rural, visto que muitas áreas ainda são afetadas pelo fator amazônico na ocasião das cheias dos rios quando a água adentra parte do espaço.

Nesse contexto, fica o questionamento: será que os moradores dessa da área percebem a evolução desse cenário de risco? Sobre a percepção de risco, para Ribeiro (2017), no bairro Algodual, a percepção da população diferencia-se dos demais, pois mesmo esse bairro não tendo sofrido um evento relacionado ao colapso, os moradores consideram o local como sendo uma área de risco. Eles ressaltam que o material utilizado para aterramento da área é o mesmo que foi utilizado no bairro São João. Além disso, lembram sua percepção sobre o abalo no solo durante a passagem de veículos pesados.

Dada todas essas situações, o que se percebe não é uma estagnação na dinâmica da ocupação, pelo contrário, há um aumento no número de moradias, ampliação da rede provisória de energia, mais áreas aterradas, mais casas sendo reformadas e ampliadas, passando de imóvel de madeira para alvenaria. Essa realidade aumenta a degradação, contribui para a disposição inadequada de entulhos e resíduos, acresce a demanda da rede de abastecimento de água na mesma proporção em que aumentam os problemas com esse abastecimento e a saúde dessas pessoas.

Com o passar dos anos, essas localidades assistem a mudanças no cenário urbanístico: onde antes era uma área de várzea, com casas suspensas de madeira em terrenos alagadiços, agora novas residências são construídas em alvenaria nos terrenos aterrados de forma precária e improvisada. As mudanças climáticas, em consequência da própria ação do homem, têm ocasionado desastres naturais, como as fortes chuvas que, por sua vez, provocam enchentes, deslizamentos de encostas, secas nos rios que arruinam comunidades inteiras (CORREA., 2015, p. 37).

Para Ribeiro (2017, p. 144), a condição socioeconômica não influencia negativamente a percepção de risco; de certo que isso ocorre, porém não é determinante. O desastre ocorrido no bairro São João se deu na parte da frente da cidade, e, para a população, os desastres só ocorrem na beira do rio, como o desastre do Trapiche Municipal e da Praça do Engenho, na década de 80, ambos localizados na orla comercial da cidade, e mais recentemente o colapso

de aterro bairro de São, em 2014. Em suma, para esta população não estar na beira do rio, significa ausência de risco.

Essas observações devem ser consideradas pela gestão, pois de acordo com Kuhnen (2009) o risco faz parte da percepção ambiental, conforme relato de alguns moradores deste lugar. Porém, a sua permanência no local pode ser justificada pelos laços afetivos, sejam eles familiares ou vizinhança, e por questões socioeconômicas, demonstrando uma exposição voluntária ao risco [...]. A partir da análise dos dados do bairro Algodoal, constatou-se que a pobreza não afetou a percepção de risco da população.

É importante destacar que as moradias concentradas mais ao centro da ocupação são acessadas através de áreas aterradas. Por outro lado, as moradias instaladas na “Beira”, de frente para o rio, não foram aterradas porque ainda permanecem no padrão de ocupação das áreas de ilhas e preservaram a arborização nativa; o acesso a essas moradias se dá através de pontes e estivas. Para Ribeiro (2017), a identidade com o lugar em que se habita tem influência na decisão de permanecer nessas áreas, convivendo com o risco de maneira mais aceitável.

Nesse caso, a hipótese da pesquisa foi confirmada ao considerar a identidade da população com o local, sendo demonstrado nos questionários aplicados e durante a realização das entrevistas. A partir desse contexto, Braga (2012) ressalta que a paisagem possui uma capacidade evocativa, conduzindo o sujeito a emoções íntimas, particulares ou coletivas, tendo em vistas dois conceitos: o lugar e o território. Isso se dá a partir de relações estabelecidas que se constroem entre o homem com seu espaço apropriado (RIBEIRO, 2017, p. 145).

Não se pode ignorar o fato de que os moradores não atuam sozinhos como agentes de degradação do espaço, pois o poder público atua ou deixa de atuar consorciado da problemática ambiental, quando não disponibiliza um sistema de saneamento eficiente, que leve em consideração as famílias de baixa renda que já sofrem com a falta de água potável, a preservação do meio ambiente, onde deveria ser uma área de preservação permanente, segundo o código florestal.

3.3 ORLA DOS BAIRROS SÃO JOSÉ E SÃO JOÃO: O QUINTAL É O RIO

Os Bairros São José e São João, são bairros pequenos, localizados na orla fluvial, sem grandes infraestruturas e pouco dotados de equipamentos urbanos, logo são considerados bairros periféricos ao lado do Centro, este mais urbanizado e de maior valor imobiliário da cidade.

O bairro São José é o menor bairro do município, com área de 31,654 ha e população de 4 506 habitantes. Esse lugar já foi conhecido como Cafezal, devido aos pés de café comuns no local, sendo que em alguns documentos oficiais ainda consta registrado por esse nome. O nome do bairro se deu por conta da festividade católica do santo padroeiro: São José. Devido ao seu tamanho ou proximidade com o centro urbano possui apenas um equipamento

institucional, que é uma escola estadual, localizada no limite do bairro. Desta forma o bairro não possui praças, posto de saúde, Centro de Referência da Assistência Social ou quaisquer outros equipamentos públicos de atendimento à população. Assim, população acessa esses serviços nos bairros vizinhos, como o São Lourenço e, principalmente, no bairro Centro.

O bairro São João, onde comemora-se a festividade católica de São João, santo padroeiro do bairro, compreende uma população de 4 459 habitantes e uma extensão de 24, 2160 ha. Possui como aparelho institucional um posto de saúde e duas escolas, uma municipal e outra estadual, esta última localizada no limite do bairro e, como o bairro São José, também não possui praça ou outros serviços de atendimento à população.

Esses bairros são em sua totalidade atendidos pelo serviço de fornecimento de energia, possuem todas as ruas asfaltadas (embora haja necessidade de manutenção em algumas ruas), porém apresentam problemas no abastecimento de água, problemas de drenagem e nos serviços de limpeza urbana.

Com exceção do bairro Centro, os bairros que compõe a orla fluvial não possuem janela para o rio, ou seja, não têm acesso público por meio logradouros (ruas), o quintal é o rio. Esses bairros possuem poucas travessas que chegam até o rio, pois como as ocupações se deram ao longo do rio, quando a cidade foi sendo urbanizada, o espaço que deveria ser rua já estava ocupado por construções, e não houve planejamento para que essas áreas fossem reorganizadas a fim de que ruas com toda estrutura de pavimentação e drenagem chegassem até o rio.

No bairro São José apenas três travessas chegam até o rio, sendo estas as travessas Evandro Chagas, Santos Dumont e a travessa D. Pedro I, como mostra a figura 9:

Figura 9 – Imagem do bairro São José



Fonte: Google Imagens

Essas travessas que chegam até o rio são muito importantes para o acesso das pessoas à cidade e servem também como suporte para o embarque e desembarque de produtos e mercadorias. Os alunos das ilhas que estudam nas escolas das proximidades também acessam esses locais.

No bairro São João, porém, não existia acesso ao rio por logradouros públicos (figura 10), os acessos se davam por dentro dos imóveis ou pelo *chagão*⁸ de um espaço lateral entre duas casas. Entretanto, depois do sinistro ocorrido no bairro, que desabou um trecho da orla, abriu-se um espaço para o rio (figura 11).

Na imagem à esquerda tem-se uma foto do bairro São João antes do desabamento, e apresenta o bairro sem nenhuma rua que se lance até o rio. Já a imagem à direita mostra o bairro depois do desastre, onde se abre uma janela para o rio.

⁸ Uma variação da palavra saguão, que significa área externa da casa (Dicionário informal - SP, 2005).

Figura 10 – Mapa do bairro São João

Fonte: Google Imagens

Figura 11 – Imagem aérea do desastre no bairro São João

Fonte: CPRM-2014

O solo desse local é erosivo, comprometido pelo aterramento irregular de várias camadas de materiais orgânicos e argilosos e pela falta de uma infraestrutura adequada. Esses aterramentos foram se constituindo com o passar dos anos com lançamento de entulhos (muitas vezes jogados pela própria prefeitura e a pedido dos moradores), depositadas em camadas de materiais que foram se sobrepondo umas às outras. Essas camadas eram compostas de entulhos de árvores, resíduos de materiais de construção, caroços de açaí (fruto da região), serragens (resíduos provenientes do beneficiamento da madeira) e barro (argila), o aterro propriamente dito.

Ao longo do bairro, em sua extensão, acompanhando o desenho da orla, verifica-se a presença de áreas particulares, onde as pessoas possuem atividades voltadas para a dinâmica da vida do ribeirinho no rio. São áreas de embarque e desembarque de passageiros, cargas e estâncias (locais de comercialização de materiais de construção civil, como madeira, tijolos e telhas). Apesar de serem locais de moradia, são instalados espaços de fabricação e retífica de balsas flutuantes, estaleiros (local de fabricações e conserto de embarcações), oficinas de retífica de motores marítimos, assim como espaços de fabricação de produtos da pesca artesanal, como redes de pesca, matapis (utensílio de pesca, armadilha para camarões) e algumas fábricas de gelo que abastecem os barcos pesqueiros também estão instaladas nesses locais.

Em geral, o padrão urbanístico da cidade revela que a mesma se estruturou espontaneamente sem algum tipo de intervenções planejada e de forma “desordenada” principalmente a partir da influência do complexo minero –industrial de Barcarena década de 80 (ALVES, 2007, p. 89).

Não se pode desconsiderar que essas áreas próximas ao rio eram de várzeas, com entrada e saída das marés. Eram espaços de pontes e estivas, chamados vila Sarará (espécie de pequeno crustáceo) e vila Saracura (uma ave própria da região com pernas alongadas), ou seja, as pessoas moravam sobre pontes, tinham duplo modo de vida, o ribeirinho e o urbano.

A tradição, com frequência evocada na definição dessas identidades, aparecerá, porém, como uma maneira de ser no próprio presente. Tradicional, afirma-se é o modo de ocupação do território e não o tempo dessa ocupação. Esta afirmação, ao mesmo tempo indenitária e territorializada, dar-se-á em contexto de conflito e de dinâmicas da natureza (ALVES, 2007, p. 89).

Com o passar do tempo a área de várzea sobre pontes passou a ser rua, todavia inicialmente o processo de aterramento se deu com materiais orgânicos, como serragem, caroços de açaí e galhos de árvores, até que se chegasse ao material argiloso, como piçarra e barro.

Nesse contexto, as contenções desse aterramento por tais materiais eram compactadas nas beiras dos rios e comprimidos por estruturas em madeira, onde cada proprietário realizava sua própria contenção dentro do espaço de sua propriedade. As imagens abaixo (figuras 12 e 13) apresentam uma foto aérea e outra de perfil do mesmo ponto, a saber, o início da Av. D. Pedro I, aterrada e contida com materiais em madeira, apresentando um “embarrigamento” em 2014 pela pressão exercida nesse tipo de contenção e pela influência das marés. Por outro lado, as figuras 14 e 15 mostram o mesmo ponto da rua em 2022, quando foi construída uma rampa de acesso em concreto, porém aquela contenção continua a mesma: em madeira e sem qualquer infraestrutura que suporte as camadas de aterramento.

Por esses e outros motivos, tais locais, além de não estarem estruturados para o acesso, acabam se tornando locais de risco para a CPRM, pelas diversas camadas de diferentes materiais depositados.

A área para monitoramento na orla da cidade, localizada próxima à Rua Siqueira Mendes. Ao longo da orla verifica-se diversos pontos, nos quais são construídos taludes artificiais, composto por materiais de diferentes naturezas, como aterro lançado, lixo e matéria orgânica (semente de açaí, serragem e resto de madeira). Estes materiais são escorados por muros de madeira, facilmente deterioráveis e de baixa resistência à contenção, evidenciado pelo “embarrigamento” e tombamento do talude (BRASIL, 2014, p. 9).

Figura 12 – Vista frontal da Trav. D. Pedro I

Fonte: CPRM (2014).

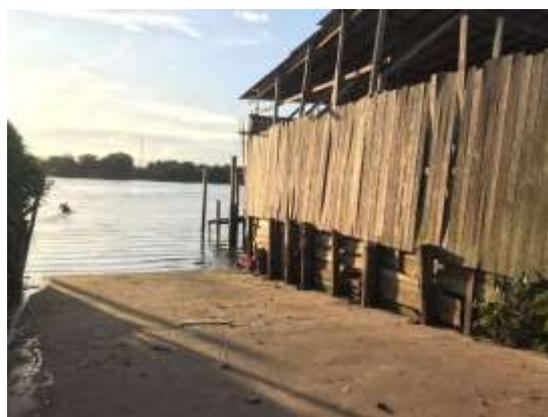
Figura 13 – Vista superior da Trav. D. Pedro I

Fonte: CPRM (2014).

Em 2019 foi construído, pela SEMOB, uma rampa de concreto na Trav. D. Pedro I, entre os bairros São João e São José, possibilitando às pessoas chegarem até o rio. Muito embora se tenha melhorias no acesso das pessoas à cidade, em se tratando de segurança o local deixa a desejar, pois não existe um muro de contenção em concreto; a contenção foi executada com estrutura de madeira que pode vir a romper e colapsar, conforme figuras 14 e 15.

Figura 14 – Lado esquerdo da Trav. D. Pedro I

Fonte: Autora (2022)

Figura 15 – Lado direito da Trav. D. Pedro I

Fonte: Autora (2022)

Os riscos estruturais presentes no bairro São José e São João dizem respeito à ausência de uma obra de contenção que proteja a orla de desabamentos, além da falta de drenagem das águas pluviais para o rio. As ameaças se evidenciam pelas fissuras e rachaduras no solo, no embarrigamento dos taludes, evidenciadas nos fundos da igreja de São José (figura 16), instalada na beira do rio, e nas áreas dos quintais onde há mais contenções de madeira (figura 17).

Figura 16 – Fundos da Igreja de São José**Figura 17** – Áreas particulares com contenção em madeira

Fonte: Autora (2022).

No desastre de 2014, no bairro São João, 13 casas foram engolidas por uma cratera que se formou no local, 13 imóveis tiveram com perda total e 38 famílias tiveram perdas parciais (figura 18). O sinistro foi tipificado como colapso de aterro pelo COBRADE: Desastre natural, hidrológico, subsidências e colapsos 1.1.3.4.0, como um desastre natural (1), geológico (1), movimento de massa (3) subsidências e colapsos (3), subtipo 0, ocorrido pelo solo fragilizado.

Figura 18 – Área colapsada no bairro São João em 2014

Fonte: PMA (2014).

Fatores que contribuíram para o desastre:

- 1- O aterramento corrido ao longo dos anos por camadas de materiais argilosos e orgânicos e sem estrutura de contenção adequada;
- 2- Falta de um muro de arrimo capaz de conter e suportar o peso de áreas aterradas e urbanizadas;
- 3- O solo fragilizado pela sua própria constituição;
- 4- O peso das estruturas localizadas: moradias e casas comerciais, que antes eram de madeira, foram substituídas por construções de alvenaria, muitas vezes com mais de um pavimento, conforme figura 19.

Figura 19 – Imóvel de 2 pavimentos em área de solo fragilizado



Fonte: PMA (2014).

- 5- A falta de drenagem pluvial eficiente para o local;
- 6- O período do desastre (mês de janeiro) foi um período muito chuvoso e de maré alta. Assim vários trechos da orla de outros bairros também foram comprometidos pelas fortes chuvas do período, o que chamamos de inverno amazônico. Sem drenagem, a água ficou represada e o solo saturou, o que o deixou ainda mais fragilizado, como se pode observar pelas rachaduras e trincas no solo, conforme figuras 20 e 21.

Figura 20 – Rachaduras no solo na área do desastre

Fonte: PMA (2014).

Figura 21 – Fissuras no solo na área do desastre

Fonte: PMA (2014).

O laudo da CPRM indicou que as rachaduras e trincas no solo foram decorrentes da variedade de material utilizado no processo de aterramento.

Esta região caracteriza-se por um relevo plano sustentado por material argiloarenoso coberto por aterro lançado, composto de areia, argila, lixo, material orgânico (semente de açaí, serragem, e resto de madeira). O colapso de aterro resultou e aproximadamente 13 casas destruídas e 49 interditadas. Ocorreu diversas trincas no solo, as quais variam de 5m a 20 m de extensão e de 0,5 de largura em menos de 24h e em 48 h atingiram 10 cm (BRASIL, 2014, p. 1).

As edificações e instalações na beira dos rios são diretamente afetados pelo fator amazônico: a subida e descida dos rios, as intensas chuvas, as cheias dos rios. Além disso o movimento de grandes embarcações que passam e movimentam as margens dos rios subtraem o material que protege a orla fluvial.

Segundo a COMDEC, o desastre afetou diretamente cerca de 230 pessoas, entre as que tiveram perda parcial e total do seu imóvel. As pessoas que tiveram perda total, tiveram extravio de pertences como documentos, móveis, roupas, eletrodomésticos e principalmente o seu lugar, a sua territorialidade. A estas restou o medo de passar pela mesma dor, ao mesmo tempo em que ficou a vontade de permanecer no mesmo bairro, porém mais afastado da orla.

Naquela ocasião houve uma indenização amigável às famílias concedida pela prefeitura a fim de que pudessem se instalar em outro local. Embora a maioria dessas famílias tenha realmente procurado outro local, uma delas arriscou-se a comprar um imóvel nas proximidades do desabamento.

Essas localidades ficam suscetíveis a desastre hidrológico, como alagamento, inundações e colapso do solo. Segundo o Ministério da Integração Nacional, só em 2012, 4,6 milhões de pessoas foram afetadas por inundações e alagamentos na Região Norte (Brasil, 2014). E, a cada dia, novas áreas de risco surgem devido ao

adensamento urbano das cidades. As intempéries que atingem a região são cada vez mais fortes (CORRÊA, 2015, p. 16).

É importante lembrar que esses bairros são povoados por famílias oriundas das ilhas, famílias de baixa renda e que preferem estar perto do centro urbano. Desse modo, foram comerciantes que se instalaram nesses locais, pois precisavam estar perto do rio e ao mesmo tempo próximo da zona urbana a fim de comercializar seus produtos como oleiros, produtores rurais e produtores de açaí.

Ocasionalmente pessoas compõem a cidade e a identificam a partir de seus locais de vivência, com o vínculo de pertencimento ao local que escolheram ficar. E essa escolha se dá por vários motivos, mas principalmente por revelar a sua condição econômica, social e o seu modo de vida. Os bairros que compõe a orla de Abaetetuba foram ocupados inicialmente por pessoas que vinham das ilhas em busca de uma vida melhor, pessoas que tinham ligações diretas com rio e se instalaram nesse território que é terra ao mesmo tempo é rio.

Essas comunidades, muitas vezes despercebidas, são estruturadas para dar suporte aos que vêm em busca de uma vida uma melhor sem, contudo, romper com o vínculo de pertencimento à sua comunidade anterior. Assim, essas pessoas se instalam nas várzeas e beiras de rios, em áreas alagadas, nas planícies de inundação. A tabela 1 mostra a quantidade considerável de áreas alagadas em relação ao bairro.

Tabela 1 – Relação quantitativa (%) de área atingida por inundação em cada bairro

Bairros	Área do bairro (ha)	Área alagável (há)	%
São José	31,654567	2,51	8,11
São João	24,216073	5,45	22,72
Centro	102,305759	9,12	18,62
Algoal	125,311718	58,84	52
Total	283,48	75,92	32,15

Fonte: Ribeiro (2016).

As cidades no contexto da Amazônia devem considerar o rio, a floresta e o seu modo de vida, porém isso não as isenta de realizarem um planejamento adequado a fim de que não ocorram alagamentos, pontos de inundações, enchentes e os colapsos de aterro. Além disso o direito à moradia segura deve ser respeitado.

As regiões mais seguras da cidade normalmente são alvo do mercado imobiliário, sendo mais valorizadas e pouco acessíveis às pessoas mais pobres. Neste sentido, o poder público tem o dever de fazer prevalecer o interesse coletivo, garantindo o direito à moradia digna de todo o cidadão. Não deve ser aceitável que comunidades inteiras residam em regiões com alto nível de exposição, pois além do risco de desastre, estas

regiões normalmente são importantes do ponto de vista ambiental (CAVALCANTE; ALMEIDA, 2018, p. 44).

As áreas de risco não se constituem por fato isolado nem um sinistro acontece repentinamente ou por um motivo isolado. Nos bairros São José e São João, as áreas que foram se constituindo em áreas de várzeas sobre pontes apresentam dinâmica diferenciada no que diz respeito aos serviços e empreendimento; há um movimento que caminha em paralelo: rua e rio. Na rua muitas vezes o que se vê são galpões fechados, casas muito próximas umas das outras e algumas pequenas vendas, porém há uma dinâmica invisível acontecendo ali por trás das fachadas das casas e dos galpões, isto é, nos quintais. Nos quintais, junto ao rio, existe uma grande movimentação nos portos, com serviços de comércio que atendem aos moradores das ilhas, o transporte de embarcações, o serviço de pesca artesanal, a escoação da produção, entre outros. Desse modo, a paisagem do rio, que deveria ser incorporada à área urbana, só é vista por quem participa da rua e do rio pelos seus quintais.

A proposta de preservação e ao mesmo tempo da urbanização das áreas às margens dos rios, apresentam-se como um princípio de urbanidade e valorização dos corpos d'água, permitindo diferentes tipos de configuração espacial. Melo (2008) avalia que garantir os parâmetros de familiaridade e relações de identidade nesses espaços representa um grande desafio da gestão ambiental urbana. A regularização fundiária das famílias que se encontram em áreas de ocupação às margens de rios deve ser realizada, para serem incorporadas à paisagem urbana de modo sustentável (RIBEIRO, 2018, p. 12).

As dinâmicas econômicas do rio e da rua se constituem em área de supervalorização comercial, fluxo comercial intenso e alta ocupação e valorização do espaço urbano, com dinâmica à revelia do poder público. Na rua, essa estrutura de ordem privada é de difícil acesso, monitoramento e fiscalização por parte do poder público. Esses empreendimentos estão de costas para os problemas estruturais e sociais do bairro, protegidos por paredes que impossibilitam se levar estruturas públicas, importantes para se evitar riscos de desabamento, por exemplo. Em caso de desastre, os afetados são as famílias do entorno em situação de vulnerabilidade, no contexto da pobreza mesmo.

Em suma, a paisagem ribeirinha e a contemplação do rio ficam restritas a quem mora ou empreende no rio. Nesse sentido, abrir uma janela para o rio daria a função social das “beiras de rio” na sua existência: a de contemplação da natureza por todos democraticamente.

3.4 O BAIRRO CENTRO: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CAIS DE ARRIMO

Os elementos que culminaram no desastre de 2014 no bairro de São João também afetaram outras áreas da orla de Abaetetuba, como a orla do bairro São José e a orla comercial da “Beira” que já estava danificada, ou seja, a situação do cais de arrimo foi agravada com as

chuvas do período e o aumento do nível das marés. Nesse episódio várias placas de concreto do cais ruíram, o que serviu de alerta para o risco de desabamento e fez-se necessário acionar os órgãos competentes do Estado e do Governo Federal para constatar o ocorrido e dar as devidas orientações. Assim, a gestão municipal acionou a Companhia de Pesquisa de recursos Minerais-CPRM e Coordenadoria Estadual de Defesa Civil-CEDEC para uma análise da situação apresentada.

Conforme solicitação, no dia 08 de abril de 2016 foi realizada visita técnica *in loco* na orla (Figura 22). Na ocasião estiveram presentes representantes da CPRM, Corpo de Bombeiros de Abaetetuba- 15º GBM, COMDEC e SEMOB, e constatou-se o risco iminente de desastre (Figura 23). Em reunião com os Secretários Municipais, os técnicos alertaram à gestão municipal sobre as ameaças, os riscos e a necessidade de uma intervenção para que o desastre fosse evitado ou minimizado.

Figura 22 – Área de risco da orla, visita técnica da CPRM, SEMOB, Bombeiros e COMDEC



Fonte: COMDEC (2017).

Figura 23 – Drenagem danificada da orla



Fonte: COMDEC (2017).

O relatório que foi apresentado pela Defesa Civil do Estado (Relatório de visita/nº2016 /DIVOP/CEDEC/ CBM-PA, em anexo), orientou:

- A) Impedir urgentemente por meio de agentes públicos fluxos, bem como carga e descarga de veículos pesados no local no local afetado.
- B) Fazer prévio cadastro das pessoas ocupantes do local como feirantes, moradores e ambulantes.
- C) Notificar em 3(três) vias, as pessoas afetadas, sobre áreas de risco, de acordo com o polígono da CPRM.
- D) Realocação de feirantes e ambulantes para local seguro.
- E) Solicitar da CPRM atualização de relatório setorizado de risco, quanto ao local afetado, o qual encontra-se com status de monitoramento

- F) Monitoramento constante da área.
- G) Auxílio do Ministério público para possíveis casos de resistência de realocação
- H) Verificar junto ao Gestor do Estado, o projeto orla o estado do Pará, o andamento das ações do projeto no município.

Apesar disso, nem todas as ações foram executadas, e em 2017, na mudança de governo municipal, mais um episódio aconteceu: um trecho da orla caiu novamente. Foi registrado um Boletim de Ocorrência no dia 09/03/2017 (B.O nº 00123/2017.001007-5, em anexo), onde se descreve que houve um processo de erosão na orla que atingiu 50 m de calçadão e afetou cerca de 25 comerciantes, 40 ambulantes e 40 feirantes, ou seja, afetou o espaço e não as pessoas.

Esse fato impulsionou a gestão a tomar providências no sentido de uma intervenção externa de recursos e, com o auxílio da Coordenação Municipal de Defesa Civil, das Secretarias Municipais e órgãos estaduais iniciou-se o processo de busca de captação de recursos via Ministério da Integração para a construção da obra do cais de arrimo.

Em março de 2017, na presença do gestor municipal, foi realizada outra visita técnica na orla devido ao risco que se apresentava no local. Essa verificação contou com a representação da Defesa Civil Municipal, Instituto Médico legal, SEMOB, Corpo dos Bombeiros 15º GBM e gestores da feira (figura 25) nas primeiras horas da manhã, para uma melhor compreensão das dificuldades sentidas pelas pessoas que chegavam nesse horário. A paisagem era de escombros, pois alguns trechos do calçadão tinham desabado. Na figura 24, tem-se a vista de baixo do calçadão, fragmentado.

Figura 24 – Vista de baixo do calçadão



Fonte: Gabinete da prefeitura de Abaetetuba (2017)

Figura 25 – visita técnica na orla (IML, Defesa Civil, Bombeiros e gestão pública)



Fonte: Gabinete da prefeitura de Abaetetuba (2017)

A gestão municipal entrou em contato com o Ministério da Integração (hoje Ministério do Desenvolvimento Regional), que fez as devidas orientações para o processo de Transferência Obrigatória de Recursos, modalidade de recurso para obras de proteção em lugares onde existe ameaça de um iminente de desastre que coloca em risco a população. Da visita técnica suscitou relatório técnico dos Bombeiros e IML (Instituto Médico Legal) e, posteriormente, das demais Secretarias Municipais, o que ajudou a compor a justificativa para solicitação dos recursos.

Após várias reuniões e visitas de Bombeiros, Secretarias Municipais, Coordenação de Defesa Civil de Estado e de técnicos do Ministério da Integração, foi possível a elaboração de um Plano de Trabalho capaz de substanciar o projeto base, que seria a obra de proteção da orla da cidade de Abaetetuba, com o objetivo de construção de 700 m de cais de arrimo.

Dessa maneira, todas as metas previstas no Plano referiam-se à proteção e à segurança, de modo a evitar que um novo desastre causasse prejuízos econômicos e sociais. Os riscos a que a orla estava exposta eram muitos: a pista de rolamento cedeu, a laje de concreto quebrou em vários trechos, a drenagem ficou exposta, os pilares de suporte da estrutura estavam oxidados com a ferrugem exposta, os postes de iluminação quebraram, conforme laudos do Bombeiros, IML e SEMOB. Além disso, a orla comercial de Abaetetuba, do bairro Centro, na área da feira, também sofreu com a precipitação e o aumento do nível dos rios do período.

A obra de construção do cais de arrimo foi uma obra de proteção solicitada ao Ministério da Integração (hoje Ministério do Desenvolvimento Regional), e após a liberação de recursos em um montante de 24 (vinte e quatro) milhões de reais⁹, o processo foi autorizado e, conforme Plano de trabalho da COMDEC, feita a confecção de 3 (três) balsas flutuantes de acesso ao cais, drenagem pluvial da área, pavimentação asfáltica em bloquetes (pequenos blocos de cimento), iluminação e guarda-corpo.

Já no processo de licitação foi-se preparando a população para as mudanças que iriam ocorrer com o início da obra, isto é, vendedores e feirantes, proprietários das casas e de postos flutuantes instalados no local. Para isso, foram realizadas reuniões de gestão para informar a importância da desocupação do local para dar início às obras. Vários transtornos aconteceram nesse processo de desmobilização e todas as categorias de vendedores e feirantes foram transferidos para as ruas transversais ou para outros trechos da orla, de modo a possibilitar o acesso e a saída de veículos pesados e materiais de construção no canteiro da obra da orla.

⁹ Portaria Nº 660 de 14 de dezembro de 2017.

A obra do cais de arrimo é considerada uma obra de grande porte que o município sozinho não teria condições de arcar com os custos da construção devido ao montante de recurso envolvido. Diante disso, a intervenção do Ministério de Integração foi fundamental para que os recursos viabilizassem essa construção.

É importante citar que no processo da construção do cais de arrimo aconteceram diversos contratemplos, como a solicitação de vários aditivos de prazo, em função das chuvas e maré alta no início da obra. Paralelamente, o processo de desmobilização da feira foi um momento difícil para os feirantes pela alta complexidade social e econômica em reordenar uma feira para outro local. Outro fator do atraso da obra foi a pandemia de Covid-19, pois a empresa responsável pela obra e empresas terceirizadas foram prejudicadas por terem que reduzir o quadro operacional e o fornecimento de materiais.

Nesse período, destaca-se também o desabamento da ponte da Alça Viária que prejudicou o acesso de máquinas e equipamento para a obra, obrigando uma mudança no cronograma. Ademais, aconteceu o desabamento de 35 (trinta e cinco) metros do cais de arrimo já pronto, conforme Boletim de Ocorrência 00123/2020.103948-0 de 3 de dezembro de 2020 (Documento anexo). Esse último episódio fez com que a obra paralisasse para que a empresa responsável, SEMOB e o Centro de Perícias Técnicas do Estado do Pará Renato Chaves analisassem as causas do desabamento. Desta forma a empresa se propôs a realizar um plano para conter um novo sinistro e elaborar um projeto de reforço da estrutura no local. Fica registrado aqui os percalços da construção dessa grande obra em meio a uma pandemia.

4 PROPOSTA DE REORDENAMENTO URBANO PARA ORLA DE ABAETETUBA

Ali a Praia de Beja.
Ali desinocências. Ali a Ponte Grande.
Ali o Velho Camões, a igreja, o lobisomem.
Ali a Joaceli, Brígida, as Maninhas. Ali
O tempo a mergulhar no rio, o boto arisco.
Ali prazeres, bubuiar nas águas, sonhos.

João de Jesus Paes Loureiro (2000)

4.1 O RIO, A “BEIRA” E A FEIRA: REFERÊNCIAS HISTÓRICAS NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÕES DA ORLA COMERCIAL

O processo de formação da cidade de Abaetetuba se apresenta com todos os elementos urbanísticos de uma cidade que nasce às margens dos rios amazônicos e que se vai espraiando pelas margens até surgirem os bairros. Suas histórias são contadas de um ponto de vista religioso, importante elemento de afirmação da religião católica que se instaurava no período, quando o fundador de um povoado, em homenagem a sua santa de devoção, construía a primeira capela, depois a escola, um centro de atendimento médico, um cemitério e, claro, as casas comerciais.

Todos esses elementos estão presentes no bairro Centro, que é o berço da cidade de Abaetetuba, às margens do rio Maratauíra, com a história da promessa feita a Nossa Senhora da Conceição pelo fundador da cidade, Francisco de Azevedo Monteiro, que ergueria uma capela em homenagem à santa, caso se salvasse de uma tempestade que ameaçava a sua família. Essa história sem comprovação legal está no imaginário dos abaetetubense e tem relacionado a história do município com a história de bênçãos de Nossa Senhora da Conceição, constituindo assim a imagem da religiosidade e da cultura que formam a identidade e a territorialidade desta terra de gentílicos amazônicos.

No lugar da chegada desse navegador, foi elevada a primeira capela do município, mas na necessidade de se constituírem as primeiras ruas ela foi demolida e no lugar foi construído o Cruzeiro, um monumento composto por uma cruz, construída de alvenaria no início da Av. Pedro Rodrigues e de frente para o rio que banha a cidade, como símbolo da religiosidade e da história do município. Depois de várias reformas, hoje o Cruzeiro (figura 26) é uma cruz protegida por grades com a imagem de Nossa Senhora da Conceição.

Figura 26 – O Cruzeiro, símbolo da história e religiosidade



Fonte: Acervo do Prof. Ademir Rocha

O cruzeiro representa não somente a memória de recordação da formação da cidade, mas também uma referência de pertencimento, de ligação do povoado com rio, afinal as águas do rio Maratauíra e de seus afluentes foram, durante muito tempo, as únicas vias de acesso ao lugar. Nesse sentido, parar diante do Cruzeiro, para muitos, significa uma referência ao povo e às suas representações simbólicas. Para Silva (*et al.*, 2009, p. 3), “rituais envolvem consciência e promovem consciência; mas, como tudo que se refere à consciência, dependem da memória e contribuem para a memória”. Por outro lado, a imagem de Nossa Senhora da Conceição permanece no campo do sagrado, uma vez que pessoas chegadas das ilhas param no cruzeiro para fazer uma prece e tomar as bênçãos.

Quando o navegador Francisco de Azevedo Monteiro aportou, já encontrou os nativos do lugar devidamente catequizados, e para ele não foi difícil construir a capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição, sendo que os próprios nativos ajudaram nessa construção. Francisco de Azevedo Monteiro já trouxe consigo a devoção à santa, pois o seu culto já existia em Portugal, quando em 25 de março de 1646 o El-Rei D. João IV declarou a Virgem N. S. da Conceição padroeira do Reino de Portugal. Era tão forte a devoção dos portugueses à santa que no início da Colonização do Brasil e, especificamente do Pará, dos 74 topônimos religiosos dados às localidades paraenses, antes da expulsão dos jesuítas e outras ordens religiosas do Pará, 22 deles eram dedicados à N. S. da Conceição.

No dia 08 de dezembro, o município comemora a festividade da padroeira que, por tradição, é organizada por todas as paróquias da diocese, com destaque para a noite dos

moradores das ilhas e a noite dos marítimos. Por trás desta festa encontra-se a cultura do brinquedo de miriti, o folclore e a festa profana organizada pelos grupos culturais do município. São várias procissões realizadas durante essa festividade, com rituais e cerimônias e diversos grupos tomam conta e participam. Para Peirano (2003), essas cerimônias são realizadas como construções de laços duradouros. Para Roberto DaMatta nesse jogo de transformação que uma sociedade se revela como um jogo diferenciado como um grupo que se pode reconhecer como único e diferente dos outros, “daí por que, penso, o ritual é um dos elementos mais importantes não só para transmitir e reproduzir valores, mas como instrumento de parto e acabamento desses valores, do que é prova a tremenda associação – ainda não devidamente estudada – entre ritual e poder” (DAMATTA, 1997, p. 31).

Figura 27 – Praça de N. Sra. N. da Conceição



Fonte: Arquivo do Prof. Ademir Rocha

Figura 28 – Cartaz da festividade da padroeira de 1939



Fonte: Arquivo do Prof. Ademir Rocha

Até os anos 70, a frente da cidade tinha um aspecto bem diferente do que é hoje. A “Beira” era composta de pontes (estivas) e em toda essa área havia pequenos pontos comerciais, onde se vendia de tudo. Os produtos eram pendurados nas portas, como peles de animais, como onça, veado, jacaré e outros animais silvestres; não existiam leis ambientais que proibissem a comercialização desses produtos.

Assim, as atividades do município que aconteciam no entorno da “Beira” foram-se ampliando para uma área maior, até se tornar um bairro, o primeiro bairro de Abaetetuba, o bairro Centro. Desse modo, o que antes era um povoado se transformou em um bairro que ocupa

o espaço onde se encontram todos os principais elementos e equipamentos urbanos de uma cidade: uma área comercial, com prédios que se aproximam dos cem anos, mercados, casas comerciais, feiras, as duas principais praças, o cemitério, as escolas centenárias, a igreja da padroeira e a prefeitura. Esses elementos tratam-se não só de elementos urbanísticos como também simbólicos, pois dão suporte aos rituais que constroem o modo de vida e a identidade como seres amazônicos.

Nesse espaço se instalaram as agências bancárias, as agências de serviços e outros. O local onde moravam muitas famílias foi dando lugar aos empreendimentos, o que acabou por mudar o cenário de típica cidade tradicional, onde as famílias sentavam-se à frente de suas casas para conversar. Para Machado (1986), os moradores se deslocaram dali para outro bairro com custo de vida menor onde se tem uma vizinhança onde se tem uma possibilidade de interação social mais fraterna, menos árida e ainda escapar de problemas como dificuldade de estacionar.

A Praça da Bandeira era cercada de residências, e todos se conheciam por apelidos: “as pessoas eram conhecidas por apelidos ou por algo que identificava o seu imóvel, como o casarão de fulano de tal, a casa da esquina, a casa com a mangueira na frente, o bar de fulano de tal, o canto do cinema”, acrescenta o entrevistado, que analisa que tudo isso marcava uma certa personalidade, uma certa relação de pertencimento ao ambiente pequeno, um ambiente que chegou a ser conhecido como a Pérola do Tocantins. Admitir esse novo aspecto de novas territorialidades deixa um certo saudosismo na fala, porém essas mudanças são imprescindíveis de acontecer em um local para onde convergem todas as complexidades da vida urbana. Para Rodrigues (2008):

Enquanto *locus* de reprodução de múltiplas de formas de vida, de processos sociais e práticas culturais que misturam o global e o local, o moderno e o tradicional, o urbano e o rural, a cidade expressa, através de signos e símbolos espaciais, sonoros ou visuais, as inúmeras interseções e ambiguidades da experiência cotidiana (RODRIGUES, 2008, p. 15).

Desta forma as casas foram sendo substituídas por prédios e as ruas ficaram cada vez mais movimentadas. Nas ruas o que se via antes era o movimento das carroças, bicicletas e do batalhador (espécies de transporte individual de bicicleta). Hoje o trânsito é caótico, intenso, de muitas motos, caminhões, carretas e pouco espaço para pedestres. Daquela vivência provinciana restaram apenas alguns casarões, a escola Basílio de Carvalho (antes Grupo Escolar), o colégio Instituto Nossa Senhora dos Anjos, o prédio do cinema, a farmácia Indiana e o mercado de carne, tantas vezes reformado.

Esse crescimento se intensificou a partir da década de 80, quando Abaetetuba tornou-se cidade dormitório da vizinha, Barcarena, polo industrial, pelo processo de instalação do complexo industrial Albrás/Alunorte. Esse evento se estabelece como relevante processo de crescimento territorial e populacional para o município, pois trouxe para a região um grande número de pessoas que vieram trabalhar na construção e depois na operação. O sonho de uma vida melhor e de um emprego estável no mercado formal de trabalho motivou não só a vinda de trabalhadores do estado, como também das regiões Nordeste e Sul do país. Nesse contexto, trabalhadores ribeirinhos deixaram de praticar uma economia de subsistência para se inserir no mercado formal de trabalho mediante o referido polo industrial.

Essa população volante de outras regiões e trabalhadores locais se instalaram nas áreas periféricas, ampliando o perímetro urbanizado consideravelmente. Assim, o município passou de 4 (quatro) bairros para 10 (dez) bairros ao longo de 10 anos. Muitos desses trabalhadores não retornaram mais para suas cidades de origem, mas permaneceram no município, pela falta de recursos para voltar ou por terem formado novas famílias em Abaetetuba.

É importante destacar que, quando a fase de operação da fábrica terminou, iniciou-se os impactos sociais causados pela demissão desses trabalhadores. O desemprego colaborou para a expansão da zona urbana e a ocupação desordenada, mas também para o aumento do mercado informal de trabalho. Nesse contexto, ambulantes e feirantes convergiram para o bairro Centro, aumentando ainda mais a área do comércio e da feira.

Como já mencionado, a “Beira”, no início, era composta de pontes (figura 29), sendo muitas vezes insuficientes para atender a grande quantidade de embarcações. Basicamente todo grande comércio tinha a sua própria ponte de acesso.

Figura 29 – A frente da cidade de Abaetetuba, comércio sobre estivas



Fonte: Acervo blog Ademir Rocha

Com o crescimento da cidade, depois das pontes veio o aterro, e o que era um trecho de pontes de acesso às casas comerciais virou rua, a Rua Justo Chermont. Nos anos 80 foi construído um trecho de cais, e só no início dos anos 90 foi concluída toda a orla da área comercial com uma obra de cais de arrimo.

Quando foi perguntado aos pesquisados se tinham conhecimento de como era a frente da cidade antes e como ela se transformou em uma área urbanizada, 80% disseram que sim e apenas 20% disseram que não sabiam. Dos que disseram que sim, apenas um entrevistado não fez menção à precariedade da estrutura inicial da frente da cidade.

O quadro 3 faz uma síntese das entrevistas semiestruturadas realizadas neste estudo. A pergunta foi: Você tem conhecimento de como era a frente da cidade e como se transformou em área urbanizada?

Quadro 3 – Estruturação das entrevistas

Entrevistado	Resposta do entrevistado
Entrevistado 1	“Uma área de várzea que se assemelha a mangue, com igarapé.”
Entrevistado 2	“Era menor, mais estreita, não muito bagunçado, tinha porto de miritizeiro (palmeira da região) e depois ponte de madeira.”
Entrevistado 3	“Era só uma rua, com um bocado de baiuca (pequena barraca de madeira)”.
Entrevistado 4	“Era tudo ponte de madeira, que foram aterrando, colocaram pedra, depois barro.”
Entrevistado 5	“Sempre foi uma área urbanizada.”
Entrevistado 6	“Era bastante precário e com aspecto de sujeira.”
Entrevistado 7	“A cidade cresceu a partir da ‘Beira’, tudo a mesma estrutura precária.”
Entrevistado 8	“Não.”
Entrevistado 9	“Não, tenho conhecimento.”
Entrevistado 10	“Era um espaço pequeno, sem condições de abrigar o público que transitava na orla, a orla ampliou esse espaço”.

Percebeu-se que a memória, recordação que se tem, é de um lugar de várzea, estreito, com pouco espaço, que precisou ser aterrado e que o aumento o espaço, ou seja, a ampliação da estrutura foi avançando para dentro do rio, para uma área de fragilidade do solo e com a necessidade de uma estrutura cada vez maior. Apesar disso, não houve um planejamento que protegesse essas áreas, o que culminou em vários desabamentos posteriores.

A área da “Beira” foi pavimentada em bloquetes e, com a demanda de movimento no local, o cais de arrimo foi sendo comprometido pelo movimento de cargas e descargas de produtos no local. No extremo da rua, onde se localiza o mercado de peixe próximo, a Rua 15 de agosto concentrava o movimento de caminhões-baús com gelo para o abastecimento de embarcações com o pescado. Ao longo da orla comercial também era grande o movimento de carretas para o abastecimento das casas comerciais, sendo que no outro extremo da rua o espaço era dividido entre o desembarque de material cerâmico, como telhas e tijolos. Hoje esse embarque de produtos cerâmicos é bem tímido, pelo fato desse material não poder permanecer mais no calçadão.

Vale destacar ainda que o movimento de carretas que entram para buscar o açai é muito expressiva. Desta forma, o cais começou a sucumbir diante de tanta carga, visto que ele não foi projetado para fins de movimento de cargas pesadas, mas somente para o embarque e desembarque de pessoas e de pequenas cargas. Esse problema ainda permanece, pois não há um consenso no local sobre onde esse tipo de desembarque deve acontecer, de modo a evitar um grande movimento de carretas carregadas de açai.

Para uma parte da população que aposta nos princípios da segurança, da ordem, higiene e controle e querem uma janela para o rio, a feira não acompanhou o ritmo frenético da modernização, ficando com sua estrutura atrasada no tempo corrido do progresso, sem organização alguma, perdendo espaço para os supermercados que ficaram cada vez maiores, mais sortidos, higiênicos e confortáveis. Em uma nova proposta de reordenamento da orla é importante um planejamento que proteja a orla dos impactos da grande movimentação de carga e que, ao mesmo tempo, proporcione uma paisagem aberta ao rio. Para Lefebvre (1991), modernidade se impõe como atmosfera portadora não apenas de todo um conjunto de novas expectativas e práticas sociais, mas também de decisivas transformações na espacialidade urbana, destruindo velhas urbanidades.

Em Abaetetuba, a paisagem às margens dos rios apresenta uma beleza cênica que poderia ser mais valorizada e utilizada para fins turísticos, possibilitando a sua preservação. A cidade não dispõe de espaços desta natureza na sua área central. Portanto, a paisagem do rio enquanto amenidade física poderia ser apropriada como um recurso natural de uso indireto (RIBEIRO, 2018, p. 12).

Talvez com essa inserção a “Beira” perca o significado de cenário tradicional para se tornar um espaço de estruturas padronizadas, com espaços definidos para cada categoria, com barracas de estruturas que montam e desmontam, sem personalidade. Porém deverá continuar um lugar de vivências coletivas onde o passado e o presente sempre interajam, na possibilidade

de se garantir espaços sociais de vivências e encontro. Nesse sentido, um espaço para trocas simbólicas é fundamental na perspectiva do reencontro, da reafirmação dos laços de parentesco, compadrio e de amizade, valores que as relações sociais obrigam. É um fato social que pode ser considerado como um “fenômeno social total” no sentido do que descreve Mauss (2003), pois consiste na integração de diferentes aspectos “econômico, histórico, jurídico, religioso, estético”, constitutivos de uma realidade social local.

4.2 TERRITORIALIDADES EM QUESTÃO E REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO ENGLOBADOR

Neste tópico será feita uma análise importante do mercado informal no território, assim como uma reflexão sobre os feirantes, comerciantes, enquanto sujeitos representantes da resistência, face às tantas situações e mudanças ocorridas na feira com o passar dos anos, como situações de desastre e de riscos. É importante garantir para este cenário tão representativo para o município mais segurança e infraestrutura e uma urbanização que seja agradável a todos. Para a região, a “Beira”, representa um importante entreposto comercial, para os feirantes representa a vida, a geração de renda, e para os munícipes o centro englobador.

Sem indústria de expressão, a economia do município se sustenta a partir do funcionalismo público e do comércio local. O funcionalismo público se dá através do municipalismo, instituições do estado e o governo federal, setor este que representa uma contribuição importante para o fomento do comércio local.

As feiras livres se constituem como espaços onde se desenvolvem relações comerciais e sociais que compreendem a negociação de produtos oriundos da produção de vocação da região, consumidas a partir da cultura e necessidades elementares, como o alimentar-se. Nesse sentido, a população consome produtos que possam dar conta das necessidades básicas do cotidiano com possibilidade de produtos acessíveis dentro do seu contexto socioeconômico.

Desse modo, na feira também se estabelecem relações sociais a partir da tradição, modo de vida e tipos de produtos a serem consumidos, que vão caracterizar a identidade e a cultura daquele lugar. Nelas também se estabelecem relações sociais e “de sociabilidade bem como são encontradas representações da cultura popular evidenciadas através de valores, expressões, tradições, transformações que ressignificam a todo instante a memória dos que as frequentam, representando as suas identidades, mesmo que de caráter múltiplo” (ARAÚJO, 2013 *apud* SOUZA *et al.*, 2014, p. 1).

A origem das feiras livres está relacionada à formação dos *burgos*¹⁰, quando há necessidade de um lugar de encontro, onde mercadores e viajantes possam negociar suas mercadorias. Com o passar do tempo e a expansão comercial, esses locais se desenvolveram, com construção de igrejas, casas comerciais, hospedarias; surge então a necessidade de proteger as fronteiras com construção de fortes, e nascem então as vilas, povoados, vilarejos e depois as cidades.

Com o decorrer do tempo, o avanço das técnicas produtivas ocasionou um aumento significativo da produção agrícola e o conseqüente no surgimento de excedentes no campo que proporcionou a reativação e a expansão comercial, responsável pelo desenvolvimento e crescimento das cidades europeias (SOUZA *et al.*, 2014, p. 2).

No entanto, no Brasil, as formações das feiras livres se dão com a colonização dos portugueses, onde se comercializavam produtos e insumos para atender as fazendas de cacau e a casa grande. Esses locais também eram cenário para comercialização de escravos negros.

Na Amazônia era comum o comércio de regatão. Eram comerciantes que se aventuravam pelos rios da Amazônia, furos e igarapés, ora fugindo das altas taxas cobradas pelos governos pela comercialização de seus produtos, ora fazendo relação social com quilombolas, ribeirinhos e povos da floresta de modo geral. Em muitas situações os regatões eram considerados os culpados pela desobediência e insubordinação dos indígenas, quando passavam com suas canoas. Para os padres jesuítas, responsáveis em catequizar esses povos, os regatões iludiam-nos com falsas falácias.

Mas quem seriam esses tão temidos regatões? Uma definição desse personagem está presente na resolução nº 182, que proibiu a atividade na província do Pará: São canoas de regatão as que navegam fora dos portos das cidades, vilas, freguesias e povoados da província, contendo secos e molhados, como verdadeiras lojas ou tabernas flutuantes, vendendo e comprando ou permutando gêneros e objetos de comércio pelos sítios, fazendas, fábricas, engenhos e feitorias (HENRIQUE E MORAIS, 2014, p. 53).

Em Abaetetuba dá-se a devida importância ao comércio de regatão para a formação do núcleo comercial onde hoje é a Rua Justo Chermont, nas proximidades do Cruzeiro, local onde foi instalada a primeira capela. O local era de encontro, ponto de partida e chegada, para quem vendia e consumia produtos através dos rios, e hoje representa a maior feira a céu aberto da região Tocantina.

Atualmente a “Beira” se constitui como um grande polo agregador de fluxo de pessoas e produtos vindo das ilhas, da zona rural e de outros municípios que abastecem e que compram

¹⁰ Um **burgo** designa geralmente uma cidade comercial, que se desenvolvia fora das muralhas do núcleo urbano primitivo, senhorial, na Idade Média.

no mercado central, transformando esse local num grande entreposto comercial. Ainda pelas primeiras horas da madrugada aportam embarcações com finalidades diversas; são barcos de grandes a pequenos portes, rabetas, rabudos, canoas que trazem consigo estudantes, vendedores, consumidores e produtores, principalmente o açaí, segundo o Plano Plurianual de Abaetetuba.

Especificamente sobre o açaí, vale mencionar que sua produção também é levantada pela Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, pesquisa também do IBGE. Nessa modalidade extrativa, a quantidade produzida do açaí em 2019 foi de 160 toneladas. Por sinal, a quantidade produzida do item na pesquisa de extração vegetal vem apresentando redução ano após anos. Em 2010, por exemplo, a extração de açaí foi de 680 toneladas (ABAETETUBA, 2022).

Esse grande movimento traduz o que temos em termos de economia, por exemplo. O valor da produção de culturas das lavouras temporárias e permanentes, segundo o Plano Plurianual de 2020-2024, teve destaque a produção do açaí, que apresentou valor de quase R\$ 270 milhões, seguido de longe pela mandioca, com R\$ 12 milhões (ABAETETUBA, 2022).

Sobre o mercado informal, vale destacar alguns dados socioeconômicos que proporcionam uma leitura do município de Abaetetuba. Esses dados apresentados são do Plano Plurianual-PPA do município 2022-2026 que apresenta uma interpretação dos dados do IBGE. Tais estatísticas contribuem para o conhecimento de indicadores que darão base para os gestores nos estudos, pesquisas e decisões de intervenção. Para a pesquisa servirá de subsídio na compreensão do mercado informal do território.

Em 2019, o salário médio mensal populacional era de 1,6 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 7.5%. Em comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 129 de 144 e 62 de 144, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, havia 52,6% da população nessas condições, o que colocava o município na posição 48 de 144 dentre as cidades do estado e na posição 878 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE/2019). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), de acordo com o IBGE/2019, foi de 0,628. Ainda de acordo com o IBGE/2019, o Produto Interno Bruto per capita era de R\$ 9.480,05.

Conforme observado no quadro a seguir dos censos demográficos do IBGE, a população abaetetubense é em sua maioria urbana, porém não foi observada ampliação do percentual da

população urbana de um censo para o outro, pelo contrário, o que ocorreu foi um leve aumento da participação da população rural (Tabela 2).

Tabela 2 – População residente (pessoas) por situação do domicílio - Abaetetuba (PA), 2000 e 2010.

Situação do domicílio	Qtde.		%	
	2000	2010	2000	2010
Urbana	70.843	82.998	59,5	58,8
Rural	48.309	58.102	40,5	41,2
Total	119.152	141.100	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Elaboração PPA

No eixo agricultura, os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE indicam um crescimento expressivo de *área plantada* das culturas temporárias e permanentes onde quem lidera as áreas plantadas são justamente os produtos da maior economia do município presentes na feira de forma mais territorializada, as feiras do açaí e a feira a farinha.

No ano de 2010 a área total plantada foi de quase 2,3 mil hectares, onde o principal produto foi a mandioca ocupando 1,4 mil hectares de área. Já quando se observa o dado mais recente, que é de 2019, tem-se que a área plantada é de praticamente 26 mil hectares, e a lavoura que mais ocupa espaço é outra: o açaí, com 20 mil hectares, ou 77% da área total plantada. Essa diferença grande na área plantada entre os anos de 2010 e 2019 é porque o açaí só entrou na apuração da PAM a partir de 2015 (ABAETETUBA, 2022, p. 33).

Tabela 3 – Área plantada ou destinada à colheita (Hectares) de produtos das lavouras temporárias e permanentes - Abaetetuba (PA), 2010-2019

Produto	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Açaí	19.500	19.500	19.500	19.500	20.000
Dendê (cacho de coco)	-	-	-	2.000	2.000	2.000	2.000	2.500	2.000	2.500
Mandioca	1.400	2.100	2.500	2.500	2.550	2.550	2.050	2.050	2.050	2.500
Coco-da-baía	320	320	350	350	355	355	355	385	355	355
Cana-de-açúcar	100	100	100	100	100	100	100	250	100	100
Milho (em grão)	80	100	150	150	120	120	90	50	90	90
Cacau (em amêndoa)	35	35	35	80	80	80	80	80	80	80
Feijão (em grão)	50	100	100	100	80	80	80	80	80	80
Arroz (em casca)	20	20	20	20	20	20	50	-	50	50
Banana (cacho)	50	50	50	60	50	50	50	100	50	50
Laranja	20	20	20	20	20	20	30	50	30	35
Café (em grão) Total	30	30	30	30	30	30	30	40	30	30
Pimenta-do-reino	150	50	30	30	20	20	20	20	20	20
Abacaxi	5	5	5	5	5	5	15	15	15	15
Limão	20	20	20	10	10	10	10	30	10	15
Maracujá	10	10	10	10	10	10	10	30	10	10
Melancia	5	5	5	5	5	5	5	15	5	5
Urucum (semente)	-	-	10	10	10	10	5	5	5	5
TOTAL	2.295	2.965	3.435	5.480	5.465	24.965	24.480	25.200	24.480	25.940

Fonte: IBGE

Observa-se que o açaí é destaque na quantidade produzida. Dados do PAM 2019 registram a produção de 111 mil toneladas de açaí, seguida do dendê, que produz para

multinacionais, e 20 mil toneladas de mandioca, que é consumida regionalmente, seguidas de outras culturas de menor expressão. A produção de açaí também é levantada na modalidade extração vegetal e silvicultura pelo IBGE, sendo que em 2019 a produção foi de 160 toneladas, e também em termos de valor de produção das lavouras temporárias e permanentes: “Já em termos de valor da produção de culturas das lavouras temporárias e permanentes, o destaque ficou por conta do açaí, que apresentou valor de quase R\$ 270 milhões, seguido de longe por mandioca, com R\$ 12 milhões” (ABAETETUBA, 2022, p. 32).

Sobre a pesquisa da pecuária no município, segundo o IBGE, há uma diversidade de rebanho, como bovino, suíno, equino, ovino, dentre outros. O destaque se dá para o rebanho bovino que tem o seu quantitativo estável no período entre 2010-2019. Os dados apontam que o município não apresenta aptidão para o rebanho bovino, pois a produção de 33 mil litros de leite ao ano foram referentes a 46 (quarenta e seis) vacas ordenhadas em 2019. É importante lembrar que Abaetetuba possui um matadouro que recebe gado da região, principalmente do Marajó, o que facilita a comercialização de carne no município. Uma parte dessa carne é comercializada no mercado de carne municipal, localizado em das transversais da orla, e outra parte é comercializada na feira de forma irregular como mostram as figuras 30 e 31.

Figura 30 – Mercado de carne



Fonte: Autora (2022)

Figura 31 – Venda irregular de carne na rua



Fonte: Autora (2022)

Quanto à atividade pesqueira no município, pode-se destacar o fato de esta categoria não apresentar um critério de regulação. Assim, tudo é feito de forma doméstica e informal, o que compromete o acompanhamento da produção.

Informações trazidas em levantamento recente da Secretaria Municipal de Agricultura do município (SEMAGRI) demandam atenção: i) não há acompanhamento rotineiro no município sobre a movimentação (produção, quantidade de pessoas envolvidas, dificuldades/fragilidades) da atividade; ii) não se tem até o momento banco de dados que permite fazer estudo evolutivo no campo da pesca em Abaetetuba; iii) não se tem mapeamento dos elos (produtores, distribuidores, prestadores de serviços, consumidores) da cadeia produtiva do pescado; iv) foi constatada a presença intermediários, ou seja, nem todo produtor vende diretamente ao consumidor, o que tende a reduzir a renda que o produtor poderia receber (PPA, 2022, p. 33).

O pescado de Abaetetuba é comercializado principalmente no mercado de peixe (figura 32), em um prédio antigo que já sofreu várias reformas. É um lugar de muita movimentação e visitação por pessoas vindas de fora, de outras cidades devido à variedade de pescado da região.

Figura 32 – Mercado de Peixe Municipal



Fonte: Autora (2022).

Nesse sentido, a falta de informação dificulta o diagnóstico da produção, capaz de conhecer a sua dinâmica e mapear toda a cadeia produtiva, além de subsidiar um planejamento que potencialize e impulse a economia nesse setor.

De forma geral, os dados do IBGE colocam o município de Abaetetuba 18º lugar no ranking da economia Produto interno bruto em relação ao estado.

A economia abaetetubense, que é 18ª maior do estado, tem crescido em relação a outras economias, especialmente quando se observa os dados dos últimos três anos disponibilizados pelo IBGE (2016-2018). A publicação mais recente (2018) mostra que o PIB de Abaetetuba alcançou a maior participação dentro da microrregião a qual faz parte, atingindo mais de 32%. Esse número, por sinal, é o maior do período analisado (2010-2018) (ABAETETUBA, 2022, p. 28).

O município de Abaetetuba vem aumentando a sua participação no PIB da mesorregião que faz parte. Em 2018, representou crescimentos sucessivos e passou representar 7,54%, o maior valor considerado do período. O desempenho regional reflete positivamente o quadro estadual onde no PIB do Pará a participação foi de 0,71% em 2010, atingindo 0,88% em 2018.

Quanto à assistência social, o município de Abetetuba possui 91.721 pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), dentre estes estão os beneficiários do benefício de transferência de renda superação de extrema pobreza (BSP).

Dentro do PBF há o benefício de superação da extrema pobreza (BSP), que considera pessoas com rendimento mensal de até R\$ 89,00. Os contemplados com tal benefício tem aumentado consecutivamente nos últimos anos, alcançando 22.312 em dez/2020 (ABAETETUBA, 2022, p. 41).

O Cadastro dos programas socioassistencias, o CADÚnico, é um instrumento de coleta de informações do Governo Federal que permite identificar as famílias de baixa renda no país; funciona como um banco de dados de informações da famílias de baixa renda. A coleta desses dados é realizada nas Secretarias Municipais de Assistência Social ou através dos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), porém só se torna beneficiário do programa quem está dentro dos critérios.

Os indicadores de desenvolvimento humano municipal, o IDHM, disponíveis atualmente no Brasil consideram três dimensões básicas em seu cálculo: saúde, educação e renda. O ponto aqui é que os dados utilizados para a consecução do índice são provenientes dos censos demográficos do IBGE. Assim, tem-se IDH para os anos 1991, 2000 e 2010, justamente referentes aos anos do censo.

Diante do exposto, a área da feira constitui-se em importante local de subsistência à população local, pois boa parte do comércio da região se concentra nesse contexto e garante uma parte significativa da movimentação financeira do município.

A grande maioria dos feirantes, porém é constituída de uma população que não conseguiu se inserir no mercado formal de trabalho e transformou-se em atravessadores comerciais (comprador de produtos da agricultura e do artesanato para revenda na feira), ou são pequenos produtores agrícolas que buscam a feira para comercializar diretamente com o consumidor os produtos do seu trabalho (SOUZA *et al.*, 2014, p. 7).

Sendo assim, no setor comercial do mercado informal de Abaetetuba, a feira é um local de grande movimentação de pessoas e se constitui de um polígono com oito quadras, com casas comerciais, mercados públicos, prédios que se aproximam dos cem anos, como a imagem abaixo, a Farmácia Indiana com cerca de 100 anos (figura 33). Em uma área onde se realizam

importantes trocas sociais, em um verdadeiro centro de produção e reprodução de aspectos importantes da tradição cultural da região, a feira livre de Abaetetuba se destaca, não só por ser um local de centralidades em meio a região tocantina, mas pela variedade de produtos e bons preços.

Figura 33 – Farmácia Indiana



Fonte: Autora (2022).

Trata-se a partir daqui como “Centro englobador” a área comercial do município, onde se apresenta com todas as características de uma área comercial, de referência histórica, religiosa, da maior concentração de casas comerciais, feiras desmontáveis, feiras ordenadas e desordenadas e vendas de diversas categorias de produtos. Esse espaço é, sobretudo, a janela para rio, pois é o único bairro da orla fluvial que apresenta a possibilidade de acesso público das pessoas ao rio. É local de encontros do urbano e do rural, do municipal ao regional, para onde convergem pessoas vindas da região das ilhas, zona rural, cidades do entorno e da região do Marajó. Vale destacar que além da produção do próprio município parte dos produtos comercializados, sobretudo o hortifrúti, são provenientes desses lugares.

Na “Beira”, enquanto território comercial e social, estão posicionadas variedades de representações comerciais e sociais nesse espaço que passa por uma grande obra de construção, a saber, o cais de arrimo, por conta de um processo de erosão que colocou em risco todo esse patrimônio.

Em se tratando de localização, a rua da orla, onde a obra cais de arrimo está sendo construída, é chamada de Rua Justo Chermont. Lá se apresenta o maior número de barracas

concentradas, por ser tratar do maior espaço em linha reta: são cerca de 800 metros de orla comercial, que ultrapassam um pouco mais da área de construção do cais de arrimo, que são de 700 metros de calçadão. No dia a dia, cada espaço da “Beira”, onde fazem parte o calçadão da orla e vias de passeio público, é milimetricamente disputado, e nesse espaço se consolidam parte da economia do município (dados PNUD/2009). No espaço dos extremos do calçadão funcionam a feira da farinha (figura 36), em um extremo, e a feira do açaí do outro, assim como o mercado de peixe, comerciantes locais, supermercados regionais e variedade de categorias de vendas de varejo. Nesse sentido, o bairro Centro, e mais especificamente a “Beira”, é o maior ponto de convergência do município, com dinâmica intensa de fluxos de pessoas e produtos diversos.

Nessa dinâmica, o acesso à zona urbana do município se dá por via terrestre, mas também pelo rio, com mobilizações temporais, ou seja, pela manhã. As pessoas vão ao bairro Centro em busca dos serviços públicos e privados instalados e ofertados nessa área, como a prefeitura, agências regionais de serviços, bancos e Secretarias Municipais.

O comércio, as feiras e os mercados estão localizados num polígono onde um dos lados é o rio Maratauíra. Na figura 34, a movimentação das embarcações na orla ilustra esse movimento da manhã na chegada e na venda de açaí, que se inicia ainda na madrugada escura, a partir das 4h e se encerra por volta das 11h, hora de retorno das pessoas às suas comunidades rurais, sejam ilhas ou estradas. Uma parte dessas pessoas retornam de ônibus, o que gera aglomeração na última transversal da feira, e outra parte retorna de transportes fluviais para as suas localidades, em pequenas embarcações e principalmente nas “freteiras” (embarcações particulares que fazem frete).

Vale ressaltar que esse público de moradores da zona rural ilhas e estradas movimentam-se pela zona comercial e feiras somente pela parte da manhã, onde o cenário é de intensa movimentação. Assim, o movimento das embarcações começa nas primeiras horas da madrugada, onde estas se atrelam à orla em qualquer espaço que seja possível, inclusive nos postos de combustíveis flutuantes, também atrelados à orla.

Somando-se à circulação desses moradores, estão também os moradores da zona urbana e moradores das cidades vizinhas que vêm em busca dos serviços institucionais instalados na região. Desse modo, a movimentação nesse período é grande, incluindo desde estudantes a vendedores, consumidores e produtores com suas produções, principalmente o açaí.

Figura 34 – Movimento de pessoas e embarcações na orla



Fonte: Autora (2018).

Os produtos comercializados na feira são desde produtos importados a comidas *in natura* salgadas, como carnes e peixes, como pirarucu (peixe da Amazônia), camarão, caranguejo, bem como a venda de frango congelado, entre outros. Pode-se encontrar ainda produtos da floresta e da roça como hortifrúti, plantas ornamentais, ervas medicinais, cascas de árvores medicinais e frutas regionais. Há também vendas de confecções e acessórios, peças de fogão, produtos cerâmicos, lanches, refeições e produtos de panificação. Nesse ambiente ainda resistem casas comerciais de variedades que vendem desde a rede de pesca a lampião (figura 35). Nas ruas transversais a maior parte são de casas comerciais e lojas de comercialização de roupas e confecções, sapatarias, lojas de eletroeletrônicos e importados. Essa realidade gera um grande fluxo de pessoas que somam as centenas que trafegam por ali todos os dias.

Figura 35 – Comércio de variedades



Fonte: Autora (2022).

Figura 36 – Área da Feira da Farinha



Fonte: Autora (2022).

Nesse cenário cada espaço é disputado. Desse modo os ambulantes se instalam no meio da rua; outros vendedores alugam “portinhas” (espaços pequenos com largura de aproximadamente 2,0 m), bancas (espécie de mesa para suporte de produtos) e alguns alugam até mesmo calçadas das casas comerciais. As figuras abaixo representam bem o espaço e a variedade de produtos que são vendidos em barracas desmontáveis na feira, sem qualquer critério para definição de espaços, isto é, em um mesmo espaço vê-se as vendas de redes e de relógios em um cenário desordenado. Com a construção da orla, questões como organização, higiene e estética aparecem como uma preocupação para os cidadãos.

Figura 37 – Venda de redes de dormir



Fonte: Autora (2022).

Figura 38 – Venda de relógios



Fonte: Autora (2022).

Diante do exposto da dinâmica da feira, apresenta-se o desafio de conciliar a construção do cais de arrimo, e posteriormente a proteção do próprio cais de arrimo, considerando o patrimônio histórico e privado, a população em circulação diária, os aspectos de riscos, a grande movimentação de cargas pesadas, além dos postos de combustíveis e as centenas de embarcações atreladas à orla, considerados como potenciais de riscos.

O Urbano e a cidade se colocam distintos onde “A cidade, portanto, é o concreto, o visível por meio das estruturas. O urbano é o subjetivo, visível apenas por meio das práticas típicas da cidade, ou de áreas a ela diretamente ligadas” (LIMA, 2008, p. 108).

O município foi contemplado com a obra do cais de arrimo por estar localizada em área de risco de desabamento. O cais de arrimo, também chamado de muro de arrimo ou muro de contenção, tem como objetivo conter os aterros ou barrancos. O muro de arrimo apresentava rachaduras, indicando o risco do calçadão e de toda a estrutura de contenção, bem como a economia do município, o patrimônio histórico e a vida de centenas de pessoas que se utilizam desse espaço diariamente.

Outras situações de desastre já aconteceram na orla, além dos já mencionados no Bairro São João, o desabamento do Trapiche Municipal, que sumiu por completo a Praça do Engenho no início da orla, e um trecho da orla durante a construção da orla. Um episódio que vale lembrar foi um desastre de origem tecnológica: o incêndio de duas embarcações e uma explosão em balsa flutuante durante a realização de um serviço de retífica com maçarico (Figura 39).

Figura 39 – Destroços causados pela explosão da balsa de combustível durante serviço de retífica



Fonte: COMDEC (2017).

O acidente aconteceu por conta da utilização de maçarico no interior da balsa com gases ainda em dispersão. Na ocasião houve uma explosão que reverberou por vários quilômetros, assustando os moradores dos bairros do entorno. A ação dos bombeiros foi imediata, mas não o suficiente para impedir que uma pessoa fosse a óbito e algumas pessoas ficassem feridas, conforme registro de ocorrência nº B.O. 00123/2017.003442-4, do dia 10 de agosto de 2017 (anexo).

Os postos de combustíveis flutuantes atrelados à orla são um perigo constante. Em 750m de cais de arrimo somam-se 7 (sete) postos flutuantes, e pode-se citar como desastre tecnológico a ocorrência de outro incêndio em duas embarcações na ocasião do abastecimento de combustíveis em um desses postos.

Em pesquisa realizada sobre a presença dos postos de combustíveis nesse local, 80% dos entrevistados são contra por conta dos riscos a que estão sujeitos. Apenas 20 % concordam com os postos no local. Porém a fala do Sr. Matusalém Barreto, comerciante, 31 anos de trabalho no local, chama atenção para a necessidade dos postos flutuantes atrelados a orla: “Eu concordo, por que não tem como subir na orla. Acho que não tem riscos, porque nunca houve

nenhum acidente nos postos, é sinal que tem segurança. A cidade depende do interior, e é uma humilhação a subida das pessoas, para chegar à ‘Beira’”.

Para esse comerciante a falta de acessibilidade à orla é muito grande, justificando que não há espaços suficientes para o desembarque de centenas de moradores das ilhas, que chegam pela manhã nessas embarcações. Ele continua dizendo o quão difícil é passar por cerca de 6 (seis) embarcações, canoas, rabudos (pequenas embarcações com motores) para chegar até a orla. De fato, o número de pontos de acesso a orla é insuficiente e quem sofre as maiores dificuldades, são as pessoas com mobilidade reduzida, como idosos, grávidas e doentes.

Com o processo da construção do calçadão e muro de arrimo, a estrutura de amarração (pilares e vigas) já foi concluída, porém a existência de riscos permanece; desta vez os riscos existentes no processo são referentes à mobilização de carga pesada no local ou simplesmente carga concentrada. Quando os caminhões de frigoríficos ficam parados à espera da chegada das embarcações, eles se configuram como carga concentrada, o que sobrecarrega a estrutura em um determinado ponto, assim como os caminhões que circulam na área da feira para serem abastecidos de açaí e peixe, que, por sua vez, também abastecem o comércio local.

Na entrevista houve um questionamento sobre a movimentação de caminhões de carga no local. Foi perguntado se concordavam com o abastecimento de produtos na área comercial. Dentre os entrevistados, 10% responderam que sim e 90% responderam que não. Eles apontam que os caminhões foram os responsáveis por danificarem o calçadão com o peso. Sugeriram que como a permanência destes poderia ocasionar o desabamento do calçadão, os caminhões poderiam descarregar nas ruas que cortam, isto é, nas transversais. Os entrevistados disseram ainda que entendem que a orla não foi concebida para esta finalidade, e que não deveria ser permitido passar nenhum veículo no local, nem mesmo as motocicletas que estão por todos os lados (figura 40).

Figura 40 – Motocicletas presentes na área comercial



Fonte: Autora (2022).

É importante observar que há uma regulamentação vigente sobre o horário de circulação de caminhões de cargas no local, porém acredita-se que o tráfego de carga pesada nos espaços da área comercial deveria ser proibido. Os caminhões circulam pelo local nos períodos de menor movimento, no caso à tarde, entretanto, esse fato não deixa de causar um grande “esforço”, peso, na estrutura do cais de arrimo, que não foi construído para ser utilizado como pier de movimentação de carga, mas apenas de contenção de aterro.

A organização do espaço da orla é uma necessidade como qualquer espaço público. Assim, a partir da construção do cais de arrimo, a gestão pública vê esse momento de desmobilização da feira como uma grande oportunidade de organizar o espaço por categorias de vendas, deixando para os mercados fechados os produtos *in natura* e na extensão da orla produtos não alimentícios, com exceção dos lanches, deixando a orla mais bonita e organizada.

Mesmo sabendo que o objetivo da obra é a proteção para evitar riscos de desabamento, a obra do cais de arrimo não deixa de ser uma obra urbanística que traz mais harmonia e estética para o espaço, além de uma sensação de higiene e bem-estar. Para Rita Abreu, planejadora da prefeitura, a orla deve ter uma apresentação melhor: “Que seja planejada a organização da feira por setores, com barracas padronizadas móveis, primando pelo visual, como é feito em outros municípios”.

Na pesquisa realizada foi questionado como gestores e comerciantes compreendiam a obra do cais de arrimo: como uma obra de segurança ou de urbanismo. Verificou-se que 40% responderam que compreendiam como uma obra de urbanismo, 30% compreendiam como uma obra de segurança e 30% como de urbanismo e de segurança. Ou seja, a maior parte compreende a obra como um elemento de urbanismo, que está sendo construída para que a orla fique mais bonita, ao mesmo tempo que compreendem a importância desta para a segurança do local.

Fora de seus espaços usuais, por conta da desmobilização necessária para a construção, a preocupação da população, tanto dos feirantes como da gestão municipal, é com “o depois”. Nesse sentido, cada um defende seu ponto de vista, questionando a ocupação da “nossa orla” ou da “nova orla”, carinhosamente assim chamada. Um questionamento feito pelos usuários é se a feira vai voltar para o mesmo local. Com isso surgem outros questionamentos: Vai voltar a bagunça, a desorganização, a sujeira? São questionamentos que dificilmente terão resposta até todos os envolvidos possam discutir os novos direcionamentos para o reordenamento do novo espaço da feira.

Para Dolzani, manter esses espaços abertos de feira é uma questão de cidadania.

Trata-se não apenas de garantir aos pobres uma forma de geração de emprego e renda, ou de oferecer ao consumidor urbano uma alternativa a mais para aquisição de uma gama de produtos. Trata-se de preservar a rua como lugar de encontro. De preservar uma tradição popular urbana. Uma questão de cidadania (DOLZANI, 2008, p. 79).

Há um estado de tensão entre os feirantes e comerciantes sobre a intencionalidade do poder público que afirma que haverá espaço para todos os cadastrados. Daí surgem outros questionamentos: E os ribeirinhos não cadastrados que se utilizam do espaço eventualmente, em momentos de determinadas safras das frutas ou camarão? E aqueles que se valem do vender produtos apenas em ocasiões de extrema necessidade, quando encostam com seus *paneiros* (cestos feitos de talas) para venda de patos, galinhas, plantas etc.? Esses são apenas alguns dos questionamentos.

Isso porque a cidade tem um certo papel também na área política da divisão do trabalho, e não apenas na área técnica, através do entendimento dos preços, dos incentivos, do custo do dinheiro. Tudo isso é a cidade que testemunha. Esse conjunto de testemunhos que lhe é conferido constitui também um elemento de cristalização de demandas expressas, entre outras coisas, pela mídia local, pelas associações locais, pelos sindicatos locais, pelas cooperativas (SANTOS, 1999, p. 25).

Meneses (2006), que se refere à cidade como um bem cultural, fala dessa apropriação do espaço. Aqui cita-se no sentido de preservação do bem cultural que a feira produz e reproduz, a partir das expectativas dos feirantes.

O conhecimento dos processos sociais de apropriação de natureza espaços ou edificações é fundamental para o norteamento das políticas de preservação. E a partir desses processos, em seus aspectos simbólicos e práticos que elas podem contribuir para o fortalecimento da cidadania pois é nos lugares apropriados ao espaço urbano pela vida cotidiana que brotam, florescem e frutificam as raízes do pertencimento (MENEZES, 2006, p. 57).

A intenção da gestão municipal sempre foi de garantir a orla limpa, organizada e urbanizada para receber visitantes e turistas, pois tradicionalmente recebeu adjetivos pejorativos: de local de barulho, sujo e inadequado. Uma parte da população que aposta nos princípios de ordem, higiene e controle quer uma janela para o rio e não todo o espaço tomado por barracas, posicionadas sem nenhum critério. “Todos os municípios têm uma orla que preste, menos Abaetetuba” (feirante que não quis se identificar). Assim, a modernidade se impõe como atmosfera portadora não apenas de todo um conjunto de novas expectativas e práticas sociais, mas também de decisivas transformações na espacialidade urbana, destruindo velhas urbanidades (LEFEBVRE, 1991).

Todavia não há um projeto claro e objetivo que organize e discipline o espaço da feira, e o que impera é uma autogestão de ocupação desses espaços. Desta forma o que se percebe é uma falta de clareza não só dos meios como dos fins de visibilidade do projeto finalizado, não só nos aspetos arquitetônicos, mas do gerenciamento e do ordenamento territorial. Há um distanciamento nas decisões entre os atores, da mão pesada que decide, e da mão que recebe, nem sempre são compartilhadas com os atores que farão uso dos espaços da nova orla.

Marcos Ângelo S. dos Santos, presidente da Associação dos Feirantes, há 30 anos trabalhando na feira, fala com ar de tristeza e indignação que poderiam ser mais bem assistidos:

“Acho que a gente deveria ser um pouquinho mais assistida pelo poder público, a gente é uma categoria que, acho que não de agora, mais de todas as gestões que passaram, a gente é uma categoria que não é assistida, e a gente ocupa aqueles lugares. A gente contribui com impostos para que isso volte em melhorias pra a gente, mas toda gestão que passa, nunca olha com esse olho humanitário pra gente, com esse olho de carinho, pra gente ter uma qualidade de vida melhor lá”.

O que se nota é que a política convencional não abre espaço para o planejamento participativo, mas sugere a funcionalidade de um projeto proposto pela gestão pública na função social da propriedade. Esse é um modelo teórico que divide, que polariza, e é criticado por Dagnino, Olvera e Panfichi (2006, p. 14):

Trata-se de uma crítica a um modelo teórico que separa radicalmente a sociedade civil da sociedade política, construindo uma dicotomia simbólica entre uma sociedade civil homogênea e virtuosa e um estado igualmente homogêneo, que encara todos os vícios da política concebida como mera luta de poder. Encaramos fato que na realidade não existe nem uma coisa e nem outra, nem a sociedade homogênea e nem o estado por que estado está concebido como mera luta de poder. A classe dos comerciantes e feirantes está dividida em classes e subclasses, falamos de uma vasta variedade de classes envolvidas no processo de garantia de espaço,

onde na prática todos querem o melhor lugar, o lugar que vende mais, para estes autores, Com efeito “a sociedade civil não é um ator homogêneos (...) É um conjunto heterogêneo de múltiplos atores sociais com frequência opostas entre si, que atuam em diferentes espaços públicas e que via de regra, têm seus próprios canais de articulação com o sistema do político e econômico.

A feira de Abaetetuba (figuras 41 e 42) representa uma experiência peculiar da relação social necessária para garantia de renda e a reprodução da força de trabalho a partir do uso do espaço. Isso se confirma quando perguntamos aos entrevistados: “O que a feira representa pra você?” As respostas foram em tom de melancolia e gratidão, começa com: “Ah, pra mim a feira...”, “é o local onde consigo o meu sustento”, “representa o meu ganha pão, dependendo daqui”, “a feira é a nossa sobrevivência”, “representa a vida, o nosso bem viver, a nossa renda, praticamente tudo pra gente”, “representa tudo, a nossa cultura”, “uma marca do município de Abaetetuba”, “o alicerce da cidade da cidade, tanto comercialmente, como de acessibilidade”, “local de comércio”, “lembra a minha infância”.

Figura 41 – Foto panorâmica da orla de Abaetetuba antes da obra



Figura 42 – A orla depois da obra



Fonte: Google Imagens.

A feira é também um espaço de reprodução dos elementos do modo de vida e de comercialização que passam de geração para geração enquanto território de vida em sua totalidade, de necessidades, simbologias que representam a identidade. Essas interações espaciais entre as pessoas que se sentem pertencentes a um espaço, entre o rural, o urbano e os municípios vizinhos, funcionam como um importante indicador ao reconhecimento do território, marcado por fluxos de intensidade e interações espaciais, motivado pelo que os identifica enquanto produção, trabalho, formação e, principalmente, a procedência, visto que todos têm origem em alguma comunidade rural ou em alguma ilha que, invariavelmente, se encontra representada na “Beira”.

Desse modo, a orla deve ser requalificada de modo a garantir a segurança das pessoas e o patrimônio histórico local, que é constituído pelas casas comerciais, residenciais e os mercados municipais.

4.3 PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RISCO DA ORLA FLUVIAL E COMERCIAL

O Plano Diretor Municipal é um importante instrumento no planejamento urbano e visa ordenar e dar diretrizes para a expansão e o desenvolvimento econômico e social, tanto rural como urbano. O plano diretor divide o território conforme sua vocação e elementos geofísicos, assim como define territórios tanto na zona urbana como rural e zona de ilhas.

Ao delimitar os espaços urbanos através do mapa de macrozoneamento, identifica-se as áreas de proteção ambiental, facilitando a partir da leitura cartográfica as decisões dos espaços a serem protegidos da pressão urbana em direção a essas áreas de proteção e, consequentemente, evitando que essas áreas se transformem em áreas de ocupações e risco.

Conhecer, previamente, a suscetibilidade de uma área às ameaças, a exemplo dos movimentos de massa, é de extrema importância para o ordenamento territorial no âmbito municipal, pois contribui para a identificação e avaliação de cenários potenciais de riscos de desastres. A suscetibilidade a uma ameaça, como os movimentos de massa ou as inundações, é a propensão de ocorrência desse evento, dadas as condições do terreno. É o grau em que uma área pode ser afetada, isto é, a estimativa de “onde” o evento é mais provável de ocorrer, ou seja, o local onde a propensão à sua ocorrência é maior ou menor em comparação a outros. Gestão de risco de desastre.¹¹

As situações de sinistro pelos quais a zona urbana já vivenciou, de conhecimento da população e dos gestores municipais, devem ser levadas em consideração para um planejamento que não coloque em risco a estrutura da obra do cais de arrimo, no *locus* de movimentação da economia do município e de milhares de pessoas todos os dias, pois o cais de arrimo é uma estrutura apenas para contenção da orla e não para movimentação da carga.

Sobre a hierarquização das áreas, para Bordieu (1997), as lutas pela apropriação do espaço estão pautadas no poder simbólico que separa em níveis sociais as áreas, a partir do capital social presente nessas territorialidades. Nesse sentido, o que chamamos de espaço dicotômicos centro/periferia, ele chama de capital /provincia.

As grandes oposições sociais objetivadas no espaço físico (por exemplo, capital/provincia), tendem a se reproduzir nos espíritos e nas linguagens sob a forma de oposições constituídas de um princípio de visão e de divisão, isto é, enquanto categoria de percepção e de apreciação ou de estruturas mentais (parisiense/provinciano, chique e não chique, etc.). Assim a oposição entre a “margem esquerda” e a margem direita (do rio Sena) que os mapas e as análises estatísticas dos públicos (para os teatro) ou de

¹¹ MANUAL TÉCNICO PARA REDUÇÃO DE RISCOS DE DESASTRES APLICADO AO PLANEJAMENTO URBANO. Série: Fortalecimento da estratégia nacional de gestão integrada de riscos de desastre. Ministério das Cidades; Secretaria Nacional de Desenvolvimento, v. 6, dez. 2018, p. 45.

características dos artistas expostos (nas galerias) mostram, está presente no espírito dos espectadores potenciais, mas também no dos autores de peças de teatro ou nos pintores e críticos sob a forma de oposição, que opera com uma categoria de percepção de apreciação, entre a arte refinada e arte burguesa” teatro Boulevard) (BOURDIEU, 1997, p. 162).

Existe uma clara desigualdade na distribuição de equipamentos e serviços urbanos entre os bairros. Há uma vontade política em estruturar e manter estruturado os bairros centrais, principalmente o bairro Centro, em relação aos demais. Assim, a rapidez e a concentração de serviços são sempre maiores se comparados aos bairros da periferia, o que o autor chama de violência simbólica. Desse modo, os bairros menos favorecidos são estigmatizados e as pessoas acabam sendo impregnadas por essa imagem ruim, pelo poder da paisagem que se oferece.

Como o espaço social encontra-se inscrito ao mesmo tempo nas estruturas espaciais e nas estruturas mentais, que são por outro lado o produto da incorporação dessas estruturas, o espaço é uma das estruturas onde o poder se afirma, se exerce, sem demora, sob a forma mais sutil, a da violência simbólica, violência não perceptível.

Para Porto-Gonçalves (1988, p. 163), território e sociedade são uma coisa só e qualificam e desqualificam pessoas.

Sociedade e território, vê-se, são indissociáveis. Toda sociedade ao se constituir o faz constituindo o seu espaço, seu habitat, seu território. Ao contrário do pensamento disjuntivo que opera por dicotomias, como quer fazer crer o ainda hegemônico pensamento eurocêntrico moderno, não temos primeiro a sociedade (ou o espaço) e depois o espaço (ou a sociedade) – sociedade e espaço. Na verdade, sociedade é espaço, antes de tudo, porque é constituída por homens e mulheres de carne e osso que na sua materialidade corporal não podem prescindir da água, da terra, do ar e do fogo. O fato de que os homens e mulheres sejam seres que fazem História e Cultura, animais simbólicos que são, não os faz deixar de ser matéria viva. Toda apropriação material é, ao mesmo tempo, e não antes ou depois, simbólica. Afinal, não nos apropriamos de nada que não faça sentido, que não tenha significado.

Desse modo, como reordenar áreas de potencial de risco da orla fluvial em áreas de uso e ocupação de solo tão diversas e funções sociais tão distintas, diante de áreas consolidadas e de risco ao mesmo tempo? Desta forma propõe-se para a orla de Abaetetuba um planejamento que vise as áreas de risco a partir de ocupação da orla urbana e a formação de áreas de vulnerabilidades. É necessário levantar as possibilidades de uma ação pública a partir dos instrumentos de planejamento urbano e da participação da sociedade, capaz de proteger a orla fluvial e a população.

A orla fluvial, que será tratada aqui, compreende a dos bairros Algodual, São João e São José, áreas de degradação ambiental, com falta de infraestrutura adequada, onde a janela para o rio ainda está fechada, o que coloca essas áreas em situação de vulnerabilidade, por não haver possibilidade de acesso em caso de sinistro.

As propostas apresentadas aqui serão divididas entre ações de normalidade, voltadas à prevenção, e ações de anormalidade, quando o desastre acontece. Estas últimas são ações que minimizam os efeitos do desastre e realizam o gerenciamento deste a partir de um plano de contingência.

Na normalidade:

- 1- Criação ou efetivação do Conselho Municipal de Defesa Civil, onde estes com a participação das entidades governamentais e não governamentais, discutem e deliberam sobre as ações de proteção no município.
- 2- Nas reuniões do Conselho seria fundamental a criação de uma cultura para adoção de comportamentos desejáveis para evitar desastres.
- 3- Elaboração do plano de gestão de risco de desastre, planejamento que vise ações em tempo de normalidade e anormalidade.
- 4- NUDEC – preparar a comunidade local para minimizar os desastres e dar pronta resposta, buscando reduzir ao máximo a intensidade dos danos e dos prejuízos econômicos e sociais.
- 5- Monitoramento e prevenção que visem diminuir as ocupações identificadas no mapa de risco da CPMR.
- 6- Promover programas de capacitação e treinamentos na rede de proteção e Defesa Civil.
- 7- Plano de Contingência – planejamento para responder aos efeitos previsíveis de desastre.
- 8- Otimizar ações preventivas de monitoramento nas áreas de risco. Esse monitoramento pode ser feito pela SEMEIA, que irá sempre acompanhar as áreas de floresta, pela SEMOB, acompanhando as construções irregulares e pela Defesa Civil, para acompanhar os sinais ou evoluções das casas com problemas estruturais.
- 9- Diagnósticos socioassistenciais das famílias identificadas no mapa de risco.
- 10- Cadastro imobiliário das áreas de risco, conforme relatório da CPRM.
- 11- Elaboração de mapas temáticos e geofísicos.
- 12- Cobrança da gestão municipal à efetivação do plano de saneamento para essas áreas.

Na anormalidade: quando o desastre acontece

- 1- Colocar em prática o Plano de contingência
- 2- Sistema de alerta e alarme.
- 3- Elaborar o plano de resposta ao desastre.

4- Garantir o restabelecimento das áreas, com ações da SEMOB E SEMEIA.

5- Acionar a rede de apoio ao socorro e assistência às vítimas do desastre.

No que refere especificamente ao espaço da orla comercial, visando a proteção da “Beira”, as ações também se dividem em tempo de normalidade e anormalidade:

Na normalidade:

1- Criação de lei que regulamente que proíba carga pesada no local.

2- Criação de lei que regulamente para a presença de postos flutuantes atrelados à orla.

3- Criação de um grupo de gestão especialmente para a feira, com participação das categorias ali representadas e das secretarias municipais, a fim de regulamentar as categorias e setores, com barracas padronizadas, móveis primando pelo visual, definindo seus nichos. Ouvir quem está por lá todo dia.

4- Plano de contingência para desastre natural, subsidências, e outras para desastres tecnológicos, explosões.

5- Fiscalização de rotina, principalmente por parte da Defesa Civil.

Na anormalidade:

1- Colocar em prática o Plano de contingência: sistema de alerta e alarme.

2- Elaborar o plano de resposta ao desastre.

3- Garantir o restabelecimento das áreas, com ações da SEMOB E SEMEIA.

4- Acionar a rede de apoio ao socorro e assistência às vítimas do desastre.

No que diz respeito à infraestrutura, foi sugerido pelos pesquisados como contribuição para a gestão:

1- Fazer um estudo mais detalhado sobre os locais críticos, locais de igarapés e certos tipos de aterramento.

2- Fazer um bom estaqueamento.

3- Sanar alguns vícios construtivos da edificação da orla e reconstrução do trecho colapsado pela empresa responsável.

4- Conclusão da obra, pois há muitos pontos parados e as pessoas precisam retornar às suas atividades.

5- Conclusão da obra com máxima segurança.

6- Restrição de carga no local.

7- Melhorias na acessibilidade ribeirinha.

8- Instalações de defesas na margem, protegendo a orla dos esforços das embarcações.

É de grande importância a governança territorial para o desenvolvimento das cidades: apresenta conhecimentos invisíveis e calados, experiências de atores para uma descentralização político-administrativa no Brasil, como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança. Para Dallabrida (2011), é preciso sentar-se à mesa e discutir o que é objetivo de todos, melhorias, bem-estar social, saúde e um lugar para que todos se sintam bem:

Concertação público-privada, ou simplesmente, concertação social, é entendida como o processo em que representantes das diferentes redes de poder socioterritorial, através de procedimentos voluntários de conciliação e mediação, assumem a prática da gestão territorial de forma democrática e descentralizada. Já a expressão pacto socioterritorial é proposta para referir-se aos acordos ou ajustes decorrentes de processos de concertação social, que ocorrem entre os diferentes representantes de uma sociedade organizada territorialmente, relacionados à definição de seu projeto político de desenvolvimento. A construção de pactos, considerando a concepção teórica aqui defendida, considera-se indispensável que seja protagonizada pelos representantes das chamadas redes de poder socioterritorial de um determinado território ou região (DALLABRIDA, 2011, p. 3).

Desse modo, apresenta-se uma proposta de planejamento com participação da sociedade, onde todos podem sentar à mesa e apresentar as suas territorialidades, as suas fragilidades, argumentar como as ameaças poderiam colocar em riscos as vulnerabilidades presentes e como atingiriam suas vidas e seus patrimônios.

Por sua vez, as quatro prioridades de ação devem ser: 1. Compreensão do risco de desastres; 2. Fortalecimento da governança para gerenciar o risco de desastres; 3. Investimento na redução do risco de desastres para a resiliência; 4. Melhoria na preparação para desastres com foco em resposta efetiva e na máxima “Reconstruir Melhor que Antes” aplicável às ações de recuperação, reabilitação e reconstrução (BRASIL, 2017, p. 35).

O quadro abaixo baseia-se nos resultados das metas dos Objetivos do Milênio (ODM), agenda acordada pelos países membros da ONU em 2000, cujo objetivo era combater a pobreza. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da agenda 2030, porém, foram mais ousados e aumentaram os objetivos de 8 (oito) para 17 (dezessete), propondo também promover o crescimento econômico e os objetivos ambientais, incluindo as mudanças climáticas.

No contexto de risco destaca-se quatro prioridades de ação, a saber: 1. Compreensão do risco de desastres; 2. Fortalecimento da governança para gerenciar o risco de desastres; 3. Investimento na redução do risco de desastres para a resiliência; 4. Melhoria na preparação para desastres com foco em resposta efetiva e na máxima “Reconstruir Melhor que Antes” aplicável às ações de recuperação, reabilitação e reconstrução (BRASIL, 2017).

Quadro 4: Plano de Gestão de Risco

INDICADOR	DESCRIÇÃO	METAS			AÇÕES
		Curto	Médio	Longo prazo	
EIXO GOVERNANÇA					
PLANO DE GESTÃO DE RISCO DE DESASTRE	Planejamento que vise ações em tempo de normalidade e anormalidade	1- Planejamento; 2- Ciência; 3- Aprovação pela gestão municipal, conselho e entidades participantes.	Execução	Atualização do plano conforme novas diretrizes da plataforma cidades sustentáveis.	Articulações com a gestão municipal, conselhos e órgãos de segurança, para gestão do risco de desastre.
CRIAÇÃO DO NUPDEC- NUCLEO COMUNITÁRIO DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	Prepara a comunidade local para minimizar os desastres e dar pronta resposta, buscando reduzir ao máximo a intensidade dos danos e dos prejuízos consequentes.	1- Composição da equipe; 2- Treinamento/ capacitação da equipe.	Campanha educativa articulada com CRAS e escolas municipais.	NUDEC funcionando nos bairros da orla fluvial	1- Articulação com a gestão municipal para liberação de recursos humanos/financeiros para composição da equipe: (1 pedagogo, 1 arte educador, 1 assistente social); 2- Articulação com Defesa Civil Estadual e instituição de apoio e segurança para capacitação dos integrantes do NUDEC; 3- Mobilização e articulação com associações de bairros, paróquias, CRAS e grupos de jovens para campanha educativa da cultura da prevenção. 4- Planejar plano de capacitação
CAPTAÇÃO DE RECURSOS ATRAVÉS DO SINCONV E MINISTÉRIOS	Projeto de prevenção, mitigação e reconstrução.	1- Capacitação; 2- Cadastro; 3- Elaboração de um projeto de prevenção ou reconstrução.	Elaboração de um projeto de prevenção ou reconstrução.	Captação de recursos para obras de proteção para infraestrutura urbana.	1- Capacitação; 2- Elaboração de projetos para ações de prevenção, mitigação e resposta junto aos ministérios do Meio Ambiente, das Cidades e da Integração; 3- Acompanhamento de editais.
CAPACITAÇÕES	Promover programas de treinamentos na rede de proteção e defesa civil	1- Capacitação de gestão;	1- Capacitação de gestão;	Capacitação continuada	Articulação com a gestão municipal e estadual para garantir capacitação e treinamentos para gestores, conselheiros, voluntá-

		2- Treinamentos para rede de proteção e defesa civil.	2- Treinamentos para rede de proteção e defesa civil.		rios, associações e grupos existentes na área de riscos.
	Plano de capacitação para integrantes do NUDEC	Capacitação	Capacitação	Capacitação para rede de apoio.	Articulação com a gestão municipal e estadual para garantir capacitação e treinamentos para equipe do NUDEC.
CONFERÊNCIA	Espaço de deliberação de políticas de proteção de Defesa Civil.	Preparação e discussão junto ao Conselho da Defesa Civil.	Realização de conferência municipal da defesa civil ou adesão à conferência regional.	Realização de conferência através do conselho de Defesa Civil.	Mobilização/articulação /divulgação para participação da rede de proteção, conselheiros e público em geral para realização da conferência municipal de proteção e defesa civil.
CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	Deliberar, propor e fiscalizar a política de proteção e defesa civil.	1- Seis reuniões ordinárias anuais; 2- Apoio à campanha educativa.	1- Seis reuniões; 2- Apoio à campanha educativa; 3- Realização da conferência municipal.	Fortalecimento do conselho.	1- Posições e resoluções, de apoio à política de proteção e defesa civil; 2- Aprovação de planos, relatórios e prestação de contas; 3- Apoio às campanhas educativas; 4- Apoio a conferência a municipal de proteção e Defesa Civil.
EIXO DO LOCAL PARA O GLOBAL					
NÚMERO DE MORTES POR DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS	Criação de cultura preventiva para a adoção de comportamentos desejáveis para evitar danos humanos, materiais e diminuir os prejuízos econômicos e sociais.	1- Definição da hierarquização das áreas identificadas no mapa de risco de Abaetetuba; 2- Plano de intervenção nos locais de vulnerabilidade; 3- Prevenção de moradia em área de risco; 4- Cadastro das famílias em área de risco.	1- Campanhas visuais em mídias locais sobre a prevenção de moradia em área de risco; 2- Atualização de cadastro das famílias de área de risco.	Parceria com Secretarias de Meio Ambiente para campanhas educativas e monitoramento nas áreas de risco.	1- Visita técnica com as Secretarias de Meio Ambiente e de Obras para avaliação e a hierarquização dos riscos de desastres; 2- Reuniões com SEMAS, SEMEIA E SEMOB para intervenções nos locais de risco; 3- Planejamento para campanhas visuais e nas mídias locais sobre a proteção e defesa civil; 4- Parceria com a gestão municipal no planejamento da ocupação e/ou da utilização do espaço geográ-

					fico, em função da definição das áreas de risco.
	Socorro às vítimas em caso do sinistro	Atendimento humanizado das vítimas em caso de sinistro.	Atendimento humanizado às vítimas em caso de sinistro	Redução dos impactos dos desastres	Articulação com órgão de apoio e gestão para socorro e assistência às vítimas de desastre no caso de sinistro.
	Assistência	1- Levantamento de locais adequados para abrigo; 2- Cadastro de associações e voluntários para atuação de rede de proteção social; 3- Preparação e sobreaviso da rede de proteção no momento do sinistro.	1- Revisão de locais adequados para abrigo; 2- Revisão de cadastro de associações e voluntários para atuação de rede de proteção social; 3- Preparação e sobreaviso da rede de proteção no momento do sinistro.	Redução dos impactos do desastre.	1- Gerenciamento de abrigo; 2- Articulação com equipe SEMAS e SESMAB para cadastro das famílias no momento do sinistro; 3- Promoção de coleta, distribuição e controle de suprimento em situações de desastre; 4- Articulação com a SEMOB para avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres; 5- Manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres; 6- Articulação com a SEMAS para garantia do benefício do aluguel social; 7- Articulação com a coordenação de habitação para garantia do cadastro habitacional.
	Restabelecimento	Preparação e sobreaviso no momento do sinistro para interrupção e restabelecimento dos serviços essenciais.	Preparação e sobreaviso no momento do sinistro para interrupção e restabelecimento dos serviços essenciais.	Estruturação da rede para redução dos impactos do desastre.	1- Articulação com órgãos de apoio e gestão municipal e estadual para interrupção e garantia de restabelecimento dos serviços essenciais; 2- Elaboração de plano de resposta em caso de sinistro.
EIXO PLANEJAMENTO E DESENHO URBANO					
NÚMERO DE PESSOAS QUE RESIDEM EM ÁREAS DE RISCO	Monitoramento e prevenção que visem diminuir as	1- Articulação para intervenção na área de	Sistematização de dados para subsidiar elaboração de proje-	Remanejamento de famílias para programas	1- Articulação com SEMOB, SEMEIA E SEMAD para vistoria técnica e liberação ou não de

	ocupações identificadas no mapa de risco da CPMR.	risco identificado no relatório da CPMR; 2- Visita técnica a 112 famílias na área do São João; 3- Inscrição de um projeto de prevenção para área do desastre do São João.	tos habitacionais existentes no município.	habitacionais existentes.	documentos de imóveis em áreas de risco; 2- Embargos de obras irregulares em áreas de risco; 3- Articulação com SEMAD e gabinete para a necessidade de atualização do plano diretor e legislação para adequação das áreas de interesse social, para não ocupação de áreas de APP; 4- Captação de recursos para obras estruturantes de engenharia que minimizem ameaças e/ou vulnerabilidades de riscos de desastre; 5- Articulação com a SEMAS para levantamento de informações socioassistenciais das famílias residentes nos bairros São João e São José.
EIXO PREPARAÇÃO PARA EMERGÊNCIAS E DESASTRES					
PLANO DE CONTIGÊNCIA	Planejamento para responder aos efeitos previsíveis de desastre.	1- Elaboração do Plano de Continência para consulta e apreciação; 2- Realização de um simulado.	1- Aprovação do Plano de contingência; 2- Realização de um simulado.	Atualização constante do plano de contingência e simulados a cada 2 anos.	1- Articulação/cadastro das instituições participantes; 2- Elaboração do Plano de contingência; 3- Apresentação para aprovação pelo conselho da defesa civil; 4- Apresentação e aceite pelas instituições que farão parte da rede; 5- Divulgação do plano de contingência no portal da prefeitura.
AÇÕES DE MONITORAMENTO, ALERTA E ALARME	1- Otimizar ações preventivas de monitoramento nas áreas de risco; 2- Mapeamento hierarquizado dos riscos.	1- Visita técnica regular nas áreas identificadas no mapa de risco da CPRM; 2- Elaboração de alertas para enfren-	Visita técnica regular nas áreas identificadas no mapa de risco.	Capacitação e instrumentalização para os grupos de NU-DECS dos bairros da orla acio-	1- Elaboração de bancos de dados e de mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres; 2- Articulação com SEMOB e SEMEIA para leitura e sistema-

		tamento a eventos adversos de desastres naturais.		narem os sistemas de alerta e alarme.	tização dos dados para análise na prevenção do risco de desastre; 3- Treinamento de preparação para a comunidade e rede de proteção para alerta e alarme; 4- Sistematização e divulgação de dados de monitoramento.
MAPEAMENTO	1- Diagnóstico socioassistencial das famílias identificadas no mapa de risco; 2- Cadastro imobiliário das áreas de risco, conforme relatório da CPRM; 3- Elaboração de mapas temáticos e geofísicos.	1- Mapa socioassistencial das áreas de risco; 2- Cadastramento /recadastramento imobiliário da área de risco do bairro São João; 3- Acordos de cooperação com instituições de ensino e pesquisa.	Visitas técnicas de monitoramento para atualização de dados.	Montagem da sala de situação com exposição dos mapas importantes nas áreas de risco.	1- Articulações com a gestão municipal para elaboração do diagnóstico socioassistencial da área de risco de Abaetetuba; 2- Parceria com a SEMAD para garantir informações dos imóveis na área de risco do município; 3- Reprodução do material cartográfico; 4- Articulações com instituições de ensino e pesquisa do estado e federal.
REDE DE OBSERVAÇÃO	1- Informar e alertar sobre a probabilidade de ocorrência de desastre; 2- Informações ambientais via satélite.	Monitoramento através do pluviômetro.	Captação de informações ambientais existentes nos sistemas de informações do estado.	Monitoramento através do pluviômetro.	1- Visita de reconhecimento do equipamento (pluviômetro); 2- Treinamento para capacitação de informações; 3- Articulações com instituições de ensino e pesquisa para fornecimento de imagens e dados.
RESERVA DE EQUIPAMENTO E SUPRIMENTO	Garantir 100% de atendimento às vítimas de calamidade.	Catálogo dos recursos humanos e logísticos.	Revisão dos recursos humanos e logísticos .	-	1- Articulação com a gestão para garantia de atendimento/suprimentos na ocasião de desastre; 2- Articulação com a rede para garantia de logística.
VIABILIZAR ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DO DESASTRE	Implantação de estação de estudos e pesquisa na área do São João.	Articulação e formalização para acordos de cooperação com instituições de ensino/pesquisa.	Encaminhamentos	-	1- Visitas técnicas; 2- Encaminhamentos e articulações para implantação da estação de estudos e pesquisa na área do São João.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A orla fluvial de Abaetetuba foi o ponto de partida para iniciar esta pesquisa, pois se pôde perceber os problemas ambientais causados por ocupações em áreas de várzeas e planícies de inundações que modificaram a paisagem. Essa mudança se deu em decorrência das necessidades práticas e imediatas de moradia, nos bairros que compõem a orla fluvial da cidade de Abaetetuba, o classifica-se aqui como de território de risco.

Desse modo, é importante pensar esse território levando em conta que se trata de área de urbanização consolidada e de expansão, que sofre com a pressão urbana, uma área em processo natural de erosão, área que deveria ser de proteção ambiental de modo a evitar que novos incidentes aconteçam.

Diante disso, apresentou-se aqui alguns impactos da degradação ambiental e áreas com as suas situações propícias a riscos, onde a infraestrutura urbana não acompanhou o processo de expansão urbana e, mesmo assim, os moradores dessas áreas investiram nesse território como lugar de vida.

Em relação ao ponto mais específico da pesquisa, na hipótese inicialmente levantada de que a gestão municipal não possuiria um planejamento que viesse solucionar ou minimizar as problemáticas existentes, notou-se que a falta de um plano que protegesse a orla nas suas vulnerabilidades contribuiu para o cenário de risco que se apresenta. Assim, a hipótese outrora alçada foi reforçada pelas visitas in loco e pela pesquisa nos diagnósticos dos planos municipais, que apresentaram dados alarmantes sobre a falta de saneamento básico, principalmente no que diz respeito à drenagem, presentes por completo em apenas um dos quatro bairros pesquisados, a saber, o bairro Centro. A isso se soma a falta de planejamento, citada na fala dos entrevistados que compreendem que o processo de aterramento pelo qual o espaço da frente da cidade passou, em local de várzea, na ampliação das áreas da orla, contribuiu para que vários desabamentos acontecessem, sem que uma ação estratégica da gestão protegesse as áreas já comprometidas.

Da mesma forma, observou-se que nos bairros São João e São José e áreas da Chicolândia os aterramentos feitos ao longo dos anos consistiram em colocação de camadas de materiais argilosos e orgânicos por moradores ou, muitas vezes, com a colaboração da prefeitura, sem estrutura de contenção adequada, isto é, um muro de arrimo capaz de conter o peso das áreas urbanizadas, comprometidas pela falta de drenagem. Além disso, a ausência de fiscalização recorrente da prefeitura contribuiu no processo de construção de imóveis, moradias e casas comerciais, avançando construções para áreas de várzeas e leitos de igarapé.

Assim sendo, quando a infraestrutura urbana foi-se estabelecendo, as margens dos rios já estavam ocupadas com áreas particulares consolidadas. Constata-se que o poder público

ainda não chegou com seus equipamentos urbanos de infraestrutura e fiscalização por completos nesses locais e, conseqüentemente, não conseguiu chegar até o rio. Desta forma a rua seguiu seu curso em paralelo ao rio, sem janela para a paisagem e sem acesso à drenagem, o que contribuiu para as ameaças de desastres em caso de inundação, cheias e colapso de aterro, como o que causou o desastre do bairro São João.

A investigação realizada permitiu compreender que o planejamento urbano realizado pela prefeitura são, na verdade, ações de cunho emergenciais, realizadas principalmente pela SEMOB, e que a falta de plano de gestão com os instrumentos do planejamento para as áreas ambientais, da infraestrutura urbana, assistência social, da política de moradia e mobilidade urbana são fatores que contribuem para o cenário de risco da orla e para a situação de vulnerabilidades sociais nesses territórios.

Outro fator que contribui para o cenário de risco no local é a ameaça de explosão por conta do abastecimento das balsas flutuantes pela orla, sem que exista fiscalização e regulamentação que estabeleçam que esses postos mantenham distância da orla. Nas entrevistas, os populares são claros em dizer que não concordam com as balsas flutuantes no local atreladas à orla devido ao risco de explosões. Há, contudo, uma objeção, quando entendem que os postos flutuantes são uma alternativa de acesso das pessoas à orla, pois não há espaço suficiente para a acomodação de todas as embarcações vindas das ilhas. De qualquer forma, em se tratando da possibilidade de desastre tecnológico, os danos podem ser humanos, ambientais e econômicos, e podem ter conseqüências irreversíveis para a população.

As ameaças nas orlas fluviais decorrem também de outros fatores preocupantes, como o fato de que as cidades da região, assim como a cidade de Abaetetuba, tiveram crescimento aos moldes das cidades na lógica amazônica, isto é, às margens do rio, e que com o passar do tempo suas orlas foram deterioradas e correm risco de desabamento. Nesse sentido, vale citar alguns fatores que corroboram para esse cenário: o tipo de solo, a movimentação dos rios, que perdem diariamente material argilosos das suas margens, e fatores climáticos, como o degelo das calotas polares que aumentam o volume das águas que avançam os rios para as cidades costeiras, nas orlas turísticas e comerciais.

Ademais, a investigação realizada permitiu compreender que o Centro Englobador, na orla comercial, chamada também de “Beira”, apresenta uma representação histórica e de memórias, das várias territorialidades presentes, da representação econômica, da regionalidade cultural, do entreposto cultural e da identidade com o rio. Para a população do dia a dia do “Beiradão”, a orla representa a vida, a geração de renda, a história, a cultura e também o turismo

para o município, fatos suficientes para concordar que ele precisa ser preservado em todas as suas dimensões, pela sua dinâmica no cotidiano das pessoas enquanto território de vida.

Em meio a tantas mudanças estruturais que o bairro Centro continua passando, essas dinâmicas, agressivas para uns e necessárias para outros, não alteram a história nem seus aspectos simbólicos, pois pode-se observar aspectos fundamentais de como a sociedade vive, pensa e se transforma. Nesse contexto, pode-se citar o monumento Cruzeiro que permanecerá como referência do símbolo da história do município, da religiosidade, de onde tudo começou, isto é, com a devoção à Nossa Senhora da Conceição. Desse modo, cada símbolo da cultura do município passa pelo rio no imaginário amazônico: a Beira, a feira e a padroeira. Esses símbolos, apesar de todas as mudanças e elementos de uma nova modernidade que sucederão, permanecerão ali como memória; são símbolos aos quais as pessoas se prostram, reverenciam, revelando a identidade ribeirinha.

Eis o motivo pelo qual deve-se desenvolver a promoção da cultura de prevenção de riscos, institucionalmente, e com ampliação para a população, principalmente para quem mora em área de risco. Entende-se que essas informações devem ser de construção de percepções de riscos mais coerentes com a realidade, ou seja, sem superestimar ou subestimar os riscos, com ações de planejamento, com práticas educativas que podem começar nas escolas, mas que possam chegar até a feira, aos comerciantes e de forma mais participativas, que reforcem conceitos de proteção e defesa.

A Lei 12.608/12 alterou a Lei 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, conhecida como LDB. Especialmente no Artigo 7º foi acrescido o conteúdo que prevê que “os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios”¹². Conforme a legislação, é importante que a reflexão sobre a mudança de comportamento sobre a percepção de risco comece desde cedo, pelas crianças na escola.

Assim, as ações com as diversas políticas devem ser reconhecidas como ações de gestão de risco que integrem as demais políticas de planejamento urbano, inclusive com destaque para a política da moradia, que deve ser realizada a partir de um diagnóstico possível de compreender as territorialidades presentes e as razões que levam as famílias a ocuparem essas áreas, para evitar que novas áreas sejam consolidadas como áreas de vulnerabilidades e riscos.

Diante disso, os bairros São João, São José e Algodal precisam ter um tratamento diferenciado frente às questões ambientais e, principalmente, às vulnerabilidades sociais e

¹² Ministério do Desenvolvimento Regional, Livro base, 2017, p. 82

ambientais. A população precisa de um ambiente seguro e de serviços com condições tais que lhe permita viver com dignidade. Assim, há de se pensar o território como valores econômicos e alternativas menos predatórias, com ações de sensibilização para uma mudança de comportamento, para uma cultura da segurança e de respeito ao seu meio cultural e ambiental que levem em consideração o modo de viver amazônico e a condição de famílias de baixa renda que se instalaram no local, pois projetam para suas vidas uma urbanidade que lhes garanta a dignidade de morar em lugar melhor e menos estigmatizado.

É importante estabelecer uma visão de futuro onde todos compartilhem das decisões: comunidades locais, empreendedores, governantes, legisladores, ambientalistas, sociedade civil organizada etc., que planejem, que garantam um olhar de sensibilidade e de valorização dos rios e dos recursos naturais, pois não há como retroceder a trajetória dos avanços da modernidade, mas há como elaborar estratégias de desenvolvimento menos agressivas e mais sustentáveis.

Nesse sentido, sugere-se que, para a orla fluvial, tudo deve ser pensado e elaborado junto ao poder público, sociedade civil e empresariado. É importante um planejamento de desenvolvimento que inclua padrões de qualidade na infraestrutura, economia e urbanismo, e ao mesmo tempo inclua projetos turísticos e de sustentabilidade. Para isso, é necessário o estabelecimento de parcerias com instituições privadas e públicas, como as universidades, para elaboração de projetos alternativos para áreas da orla fluvial. Os projetos alternativos são possíveis e incluem, por exemplo, materiais alternativos para posteamento para iluminação pública que não sobrecarrega o solo, aproveitamento da água da chuva, materiais sustentáveis e de estrutura urbana para a pavimentação e drenagem sem impermeabilização total do solo.

Por fim, é importante uma política de gestão de riscos que garanta as especificidades do local, um reordenamento urbano para a orla comercial de Abaetetuba que considere os riscos e as territorialidades presentes, com propostas que visem à harmonização entre o homem e a natureza, que pactuem com os interesses das pessoas que atuam no lugar, pois tais propostas afetam diretamente quem vive nesse lugar.

Desse modo, o poder público deve ir em direção à gestão pública, ao desenvolvimento sustentável que dê importância ao ecossistema ecologicamente equilibrado e seguro, marcado pelo conforto climático peculiar das áreas de ilhas, cenário de busca para os que vieram dessa região (ilhas). Espera-se um planejamento de gestão de risco que considere os biomas e o fator amazônico, os períodos das cheias dos rios e de muitas chuvas, onde os processos de erosão realmente acontecem, e que haja a proteção das matas ciliares.

Há de se pensar em um lugar compartilhado onde, durante o dia, represente a geração de renda e, à noite, se transforme em um espaço de lazer, pois 90% dos entrevistados concordam que levar vida para esse lugar o tornaria mais belo, desde que fosse investido também na segurança, primando ainda pela organização e por uma paisagem dentro contexto amazônico. Assim, o *Centro Englobador*, a orla comercial, chamada também de “Beira”, permaneceria, porém com muito mais encanto, sendo um espaço que evoca a representação simbólica da histórica e das memórias, das várias territorialidades presentes, da representação econômica, regionalidade cultural, do entreposto cultural e, sobretudo, da identidade com o rio.

REFERÊNCIAS

ABAETETUBA. Lei N° 486/2016 de 21 de dezembro de 2016. **Altera a Lei Municipal n° 222 de 10 de outubro de 2006 que institui o Plano Diretor do Município de Abaetetuba e dá outras providências**, Abaetetuba/PA, dez. 2016.

ABAETETUBA. **Plano Municipal de Saneamento**: diagnóstico dos serviços de saneamento, 2017. Disponível em:
https://abaetetuba.pa.gov.br/arquivos/25/PMS_ABAETETUBA_MS_2017_DIAG_01.pdf.
 Acesso em ab. 2022.

ABAETETUBA. **Plano Municipal de Saneamento Básico de Abaetetuba**: Etapa do Prognóstico, 2019. Disponível em:
https://abaetetuba.pa.gov.br/arquivos/114/PLANO%20MUNICIPAL%20DE%20SANEAMENTO_001_2019_0000001.pdf. Acesso ab. 2022.

ABAETETUBA. Lei N° 628/2022 de 26 de janeiro de 2022. **Institui o Plano Plurianual do Município de Abaetetuba no período de 2022 a 2025**, Abaetetuba/PA, dez. 2016.
 Disponível em: https://www.abaetetuba.pa.gov.br/arquivos/1936/PPA%20-%20PLANO%20PLURIANUAL_Quadrienal_2022_0000001.pdf. Acesso em jul. 2022.

ALVES, Cledson Nahum. **Gestão ambiental e planejamento urbano em Abaetetuba**: uma análise a partir das concepções e ações do poder público local. 2007. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2007. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

BOURDIEU, P. Efeitos do Lugar. In: BOURDIEU, P. (Org.) **Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 159-166.

BRASIL. Lei 12.608 Lei N° 12.608, de 10 de abril de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil**. Brasília, ab. 2012.

BRASIL. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. Serviço Geológico. **Ação Emergencial para Delimitação de Áreas em Alto e Muito Alto Risco a Enchentes e Movimentos de Massa Abaetetuba-Pará**. 2014.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Manual técnico para redução de riscos de desastres aplicado ao planejamento urbano**: movimentos de massa. Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano. Rio de Janeiro. V. 6, 2018. Disponível em:
<https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/publications/c8h0vm000001w9k8-att/volume6.pdf>. Acesso em jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Departamento de prevenção e preparação. **Módulo de formação**: noções básicas em proteção e defesa civil e em gestão de riscos. Brasília/DF, 2017. Disponível em:
<https://defesacivil.es.gov.br/Media/DefesaCivil/Material%20Did%C3%A1tico/M%C3%B3dulos%20SEDEC/M%C3%B3dulo%20IV%20-%20RECONSTRU%C3%87%C3%83O%20-%20Livro%20Base.pdf>. Acesso em mar. 2022.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 3ª ed., 1994.

CARVALHO, Elaine Cristina Leão. O processo de colonização e urbanização na Amazônia. 2017. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, jan.-mar, 2017. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2017/01/colonizacion.html>. Acesso ago. 2022

CAVALCANTE, Luciana; ALMEIDA, Oriana Trindade (Orgs.). **Mudanças climáticas em pequenas cidades do Delta e Estuário Amazônicos**: caminhos para a resiliência. Belém: NAEA, 2018.

CORRÊA, Jean Carvalho. **A Defesa Civil como agente minimizador de danos no pós-desastre natural**: O caso de Abaetetuba – Pará. Dissertação (Mestrado). Segurança Pública. Universidade federal do Pará, Belém, 2015.

COSTA, Everaldo Batista da; FERREIRA, Tatiane Araújo. Planejamento urbano e gestão de riscos vida e morte nas cidades brasileiras. **OLAM – Ciência & Tecnologia**. Rio Claro, SP, Ano X, v. 10, n. 2, ago.-dez./2010, p. 171-196.

CRUZ, Beatriz N. Soportes Teóricos Y Etnográficos Sobre Conceptos De Território. **Revista Coherencia**, V. 8, n. 14 jan.-jun. 2011, p. 209-229. Medellín, Colombia

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. A disputa pela construção democrática na América Latina. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 2006.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Governança territorial e desenvolvimento**: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança. ANAIS 1º circuito de Debates acadêmicos. IPEA [s.l.], 2011.

DAMATTA, Roberto. Introdução e Carnavais Paradas e Procissões. In: **Carnavais, Malandros e Heróis**: Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DOLZANI, Miriam C. S. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Ateliê geográfico**, revista eletrônica, v. 2, n. 2 ago./2008, p.72-87.

HENRIQUE, Márcio Couto; MORAIS, Laura Trindade de. Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (século XIX). **Rev. hist. (São Paulo)**, n. 171, p. 49-82, jul.-dez., 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/89007>. Acesso jul. 2022.

KOBIYAMA, Masato *et al.* **Prevenção de desastres naturais**: conceitos básicos. Florianópolis: Organic Trading, 2006. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2014/05/prevencaodedesastresnaturaisconceitosbasicos.pdf>. Acesso jun. 2022.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LIMA, Marcus Castro de. A cidade, o urbano e o rio Amazônia. **Revista ACTA geografia**, ano II, nº 3, jan/ jun, 2008.

MACHADO, Jorge. **Terras de Abaetetuba**. Abaetetuba/PA: edição própria, 1986.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MENDIONDO, Eduardo Mario. Apresentação. In: KOBAYAMA, Masato. **Prevenção de desastres naturais**: conceitos básicos. Florianópolis: Ed. Organic Trading, 2006.

MELLO, Sandra Soares de. **Na Beira do rio tem uma Cidade**: urbanidade e valorização dos corpos d'água. 2008. Tese (Doutorado). Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **A cidade como bem cultural**: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. São Paulo: IPHAN, 2006.

OLIVEIRA, José Aldemir de. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. **Ciência e Cultura**. V. 58, n. 3, São Paulo. Jul/set. 2006.

PEIRANO, Mariza. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

PORTO-Gonçalves, Carlos Walter. **II Seminário nacional sobre Universidade e Meio Ambiente**. 1988. (Congresso).

RIBEIRO, Érika Renata Farias *et al.* Contribuições à gestão ambiental e planejamento urbano em áreas de risco da cidade de Abaetetuba-Amazônia (Brasil). **Papers do NAEA**, v. 27, n. 1, 2018. Disponível em:
<https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11116/7673>. Acesso em mar. 2022.

RIBEIRO, Érika Renata Farias. **Vulnerabilidade e percepção de risco na planície tecnogênica em Abaetetuba-Pa**: subsídios ao planejamento urbano e a gestão ambiental. Dissertação (Mestrado). Geografia. UFPA/PA, 2017.

RIBEIRO, S. Rodrigues; FRANÇA, C. Ferreira de. Condição urbana e ambiental no bairro algodoad em Abaetetuba/Pa frente à ocupação das várzeas. **REVISTA GEONORTE**, Edição Especial 4, v. 10, n. 1, p.272-275, 2014. Disponível em:
<https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1707/1595>. Acesso ab. 2022.

RODRIGUES, Carmem Izabel. **Vem do bairro do Jurunas, sociabilidade e construção de identidades em espaço urbano**. Belém: NAEA, 2008.

SANTOS, Elodie Savasta dos. **Cartografia de risco de cheia**: análise comparativa de cartografia de cheia para a cidade de Tavira. Dissertação (Mestrado). Engenharia do Ambiente. Universidade Nova de Lisboa [s. l], 2011.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. In: **Cadernos IPPUR/ UFRJ/ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, Ano XIII, n. 2, 1999, p. 15-26.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território e territorialidade. **Revista Geográfica de América Central**. EGAL. v. 2, n. 4 2011. p. 1-16.

SEVERINO, Antônio Joaquim (1941). **Metodologia do trabalho científico**, 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Mariângela B. R.; SIMÕES, Bruna G.; SCIENA, Ana C. Imagem e símbolo: momentos ritualizados e a estabilização da comunicação nas organizações. **XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Intercom. Curitiba, PR, set. 2009.

SOUZA, Dalyson Henriques Barros de; DANTAS, José Carlos; MATIAS, Thyago Barbosa de Oliveira; MOREIRA, Emilia. Feira livre e cultura popular: espaço de resistência ou de subalternidade? In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DOS GEÓGRAFOS, 2014, Vitória/ES. Anais. Disponível em:
http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404426677_ARQUIVO_FEIRALIVREECULTURAPOPULARESPACODERESISTENCIAOUDESUBALTERNIDADE.pdf. Acesso ab. 2022.

ANEXOS



Estado do Pará
Corpo de Bombeiros Militar
Coordenadoria Estadual de Defesa Civil

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA Nº 014/2016/OP/CEDEC/CBMPA/2016

Interessado: Sr. Francisco Cantalária Mourão
Junior - Coordenador Adjunto de
Defesa Civil; e
Senhora. Francisca Maria
Rodrigues - Prefeita de Abaetetuba

Evento: Visita de campo de campo de fato a obra de
Abaetetuba.

1 - INTRODUÇÃO

O presente relatório concerne a situação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil do município de Abaetetuba, devido a danos parciais de parte da terra da URS, localizada na ilha da cidade, próximo ao Mercado do Peixe, onde no relatório de setorização de risco, elaborado pelo Serviço Geológico do Brasil - CPRM, em janeiro de 2014, foi sugerido o monitoramento do local.

A Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, órgão integrante do Corpo de Bombeiros Militar do Pará, responsável em executar a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC que tem objetivo de fortalecer as ações de Defesa Civil em âmbito nacional. Ficando a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, de apoiar toda e qualquer ação em Defesa Civil no Estado do Pará, de acordo com art. 3º, da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

2 - EQUIPE - Composta por militares da CEDEC:

- a) CAP RM Bruno Pato Freitas;
- b) ST Márcio Alberto Carvalho da Silva;
- c) SGT Ronaldo de Azevedo;

Bruno Freitas



Coordenadoria Estadual de Defesa Civil
Avenida João Casar nº 2000 Fátima - (91) 4866-6067 - 66211
E-mail: coordestadual@ababm.org.br - coordestadual@bompostm.org.br



3 - EXPOSIÇÃO

O deslocamento para o município de Abaetetuba se deu motivado pela solicitação da COMPDEC - Abaetetuba, no dia 08 de abril de 2016, no referido município houve uma reunião com os membros da Coordenadoria Municipal, respondendo pela titular, Karina, o engenheiro civil Nôe, a Secretária de Administração, embora Jaciene Negrão, onde foram orientadas, em ações que poderiam ser tomadas, acerca da destruição parcial da obra, onde encontra-se a fura.

Em ato contínuo, seguiu-se para o local para avaliação e levantamento. Em conjunto com a equipe do CPRM, chefiada pela Analista Dianne Fonseca e Almir Costa, juntamente com outros dois geodestas, além da COMPDEC e o quartel do 15º GBM, representado pelo 1º TEN Jairo, o qual nos cedeu algumas fotografias, do local, em situação de maré baixa. Haja vista, no horário e local em que chegamos, a maré estava a proamar.

Com a fiscalização realizada, foi discutido algumas ações a serem tomadas nos próximos dias para a verificação do local, e possíveis soluções de urgência, visando a prevenção de patrimônio e vidas, no caso de subsidência do solo.

4 - ANALÍTICO

Diante do exposto, foi sugerido a secretária de Administração, em reunião na Secretaria, sobre ações executivas a curto prazo, mitigar os danos serem elas:

- Impedir argumentando, por meio de agentes públicos fixos, o tráfego, bem como a carga e descarga de veículos pesados no local afetado;
- Fazer prévio cadastro de pessoas ocupantes do local, como frentistas, moradores, ambulantes;
- Notificar, em 3 vias, as pessoas afetadas, sobre a área de risco, de acordo com o polígono amarelo do CPRM;
- Realocação de frentistas para local seguro.



Duane Freitas



Estado do Pará
Corpo de Bombeiros Militar
Coordenadoria Estadual de Defesa Civil

- e) Solicitar ao CPRM, a atualização do relatório de terrapinação de risco, quanto ao local afetado, o qual encontra-se com status de ponto de monitoramento;
- f) Monitoramento constante do local;
- g) Auxílio do Ministério Público, para possíveis casos de resistência de realocação;
- h) Verificar junto ao Gestor do Projeto Orla, no Estado do Pará, o andamento de ações projeto no município.

Com a visita de campo, foi ajustado com o CPRM, sobre planejamento para ser realizado, o teste de eletromenabilidade do solo, pelos geofísicos, que irá consistir na perfuração em linha reta de 75 orifícios no solo, com distância de 10m entre eles, totalizando uma área de 750m, cruzando 5 quarteirões da cidade, com alta trafegabilidade, com o objetivo de traçar perfil do solo, onde conforme em depoimento verbal de alguns moradores, o terreno é muito argiloso, e foi aterrado nas últimas décadas, com carvão de aquí, casca de caranguejo, resíduo de serraria, etc..

5 - CONCLUSÃO

Considera-se de suma importância a execução das ações, contidas neste relatório, para mitigação de danos, não excluindo, outras que podem vir a serem tomadas para mitigar o problema. Ações positivas executadas com urgência visando a interrupção do avanço do problema.

Belém-PA, 11 de abril de 2016.

Bruno Feitoza
Bruno Feitoza Feitor - CAP QOBM
Técnico da CEDEC



Coordenadoria Estadual de Defesa Civil
Avenida 2000 - Cópia nº 2000 Fone: (91) 4398-8367 / 8367
E-mail: coordenadoria@cedec.pa.gov.br / cedec@cedec.pa.gov.br



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Polícia Civil
ABAETETUBA - DELEGACIA DE POLICIA - 4º RISP

Boletim de Ocorrência Policial

Número: 00123/2020.103948-0
 Registrado em: 31/12/2020 11:43:18
 Abaetetuba, 31 de Dezembro de
 É BOP de Apresentação? NÃO

Autoridade Policial: FLAVIO CARLOS DE MEIRELES
 Registrador do Boletim: EDCLEBSON GONÇALVES CARDOSO
 Dados do Relator: DALGISA DA CONCEIÇÃO ARAUJO DA SILVA
 Tipo do Relator: PESSOA FÍSICA
 Documento(s): CPF: 329.772.472-20
 Endereço(s): Residencial: Rua DOUTOR JOAO MIRANDA Complemento: CONDOMÍNIOS RIOS ABAETÉ - BLOCO MARATAUIRA, AP 308 CEP: 68440000 Bairro: Abaetetuba Localidade: Abaetetuba - PA
 Contato(s): Celular: 91 98888-5113
Dados da Ocorrência:
 Identificação do Fato: ATÍPICA > OCORRÊNCIAS EXTRA - POLICIAIS > FATOS ATÍPICOS > FATOS ATÍPICOS > OUTROS FATOS ATÍPICOS > Outros fatos atípicos
 Data e hora do Fato: 30/12/2020 06:30:00
 Local da Ocorrência: Via Pública
 Endereço: Localidade RUA CENTRAL Complemento: ORLA DA CIDADE CEP: 68440000 Bairro: Bairro Central Localidade: Abaetetuba - PA

Relato da Ocorrência:

Compareceu a esta delegacia de policia a senhora Dalgisa da Conceição Araújo da Silva coordenadora Municipal da Defesa Civil de Abaetetuba, Que hoje as 06:50 da manhã foi informada por telefone que um trecho da obra do cais de arriço tinha desabado que se deslocou ao referido local acompanhada do engenheiro Gláuber Moraes da Defesa Civil e do chefe do Coordenador do grupo de Gerenciamento de Crise, Claudionor Júnior, ao chegarem no local, confirmaram a veracidade da informação o desabamento aproximadamente 45 metros de obras no local. Estavam presentes na orla, o Secretário de Obras Nader Rodrigues, Engenheiro Civil Marcus Prado e o responsável da empresa César. Foi solicitado da empresa isolamento da área e providências para a recuperação do trecho. Foi acordado com a Secretaria de Obras a elaboração de um parecer técnico e devera solicitado pericia para o centro de Pericia para o Centro de Pericias Científicas Renato Chaves. Registra-se//

*** FIM DO RELATO ***

Observações:

Atenção: Este documento é valido como Certidão para fins de direito, É GRATUITO, e não dá direitos ao portador de conduzir veículo automotor sem a carteira nacional de habilitação (CNH).

EDCLEBSON GONÇALVES CARDOSO
 Registrador

Dalgisa da Conceição Araújo da Silva
 DALGISA DA CONCEIÇÃO ARAUJO DA SILVA

APÊNDICE



Roteiro da entrevista

Título: Na “beira” do cais, o centro englobador em risco e suas territorialidades: uma proposta de requalificação para orla comercial de Abaetetuba-Pará

Aluna: Dalgisa da Conceição Araújo da Silva

1-Objetivo

Analisar as transformações ocorridas na orla fluvial e o processo de requalificação do espaço da obra de proteção do cais de arrimo, por se encontrar com risco de desabamento.

1- Questionário para comerciantes, feirantes e moradores

1- Dados preliminares

Nome: _____

Morador/categoria: _____

Tempo de atividades/permanência nesse local: _____

Sexo		Nível de instrução												Idade		
M	F	Ensino fundamental				Nível médio				Nível superior				0-19	20-59	>60
		C		I		C		I		C		I				

1- A categoria que você faz parte, tem sugestão para ações de prevenção na orla?

2- Se a frente da cidade desabasse o que você perderia?

3- Você acha que o obra do cais de arrimo é uma obra de urbanismo ou segurança?

Urbanismo Segurança

4- De modo geral você acha que a gestão compreende a obra do cais de arrimo como uma obra de segurança ou de urbanismo?

Urbanismo Segurança

5- Você acha que a gestão municipal se preocupa em alocar recursos para obras e serviços de prevenção de acidentes?

Sim Não

6- Você tem conhecimento de como era a frente da cidade e como se transformou uma área urbanizada?

Sim Não

Descreva _____

7- Você concorda que deva existir movimentação de carga no local, de abastecimento de produtos?

Sim Não

Por quê? _____

8- Você tem conhecimento se já houve outros desabamentos no local? Quais?

Sim Não

Quais? _____

9- Você tem conhecimento se já houve acidentes tecnológicos (explosões) no local? Quais?

10- Você concorda com os postos flutuantes atrelados a orla?

11- Você acha que a obra tem a mesma largura? Que avançou para dentro do rio? Qual a sua avaliação a respeito disso?

12- Como você avalia desse espaço da orla ser um espaço compartilhado, durante o dia área comercial e a noite espaço de lazer?

13- O que você acha que a “beira” representa para os munícipes?

14- O que a beira representa para você?

15- Você tem sugestão para ações de prevenção e acidentes/desastres na orla?

16- Outras contribuições.



Roteiro da entrevista

Título: Na “beira” do cais, o centro englobador em risco e suas territorialidades: uma proposta de requalificação para orla comercial de Abaetetuba-Pará

Aluna: Dalgisa da Conceição Araújo da Silva

1-Objetivo

Analisar as transformações ocorridas na orla fluvial e o processo de requalificação do espaço da obra de proteção do cais de arrimo, por se encontrar com risco de desabamento.

1- Questionário para a gestão pública

1- Dados preliminares

Nome: _____

Cargo/função: _____

Tempo de serviço: _____

Sexo		Nível de instrução									Idade					
M	F	Ensino fundamental			Nível médio			Nível superior			0-19	20-59	>60			
		C		I		C		I		C		I				

1-Você acha que a prefeitura possui segurança jurídica capaz de proteger a orla? Quais instrumentos do planejamento deve ter?

2-Se a frente da cidade desabasse o que você perderia?

3-Você acha que o obra do cais de arrimo é uma obra de urbanismo ou segurança?

Urbanismo Segurança

4-De modo geral você acha que a gestão compreende a obra do cais de arrimo como uma obra de segurança ou de urbanismo?

Urbanismo Segurança

5-Você acha que a gestão municipal se preocupa em alocar recursos para obras e serviços de prevenção de acidentes?

Sim Não

6- Você tem conhecimento de como era a frente da cidade e como se transformou uma área urbanizada?

Sim Não

Descreva _____

7- Você concorda que deva existir movimentação de carga no local, de abastecimento de produtos?

Sim Não

Por quê? _____

8- Você tem conhecimento se já houve outros desabamentos no local? Quais?

Sim Não

Quais? _____

9- Você tem conhecimento se já houve acidentes tecnológicos (explosões) no local? Quais?

10- Você concorda com os postos flutuantes atrelados a orla?

11- Você acha que a obra tem a mesma largura? Que avançou para dentro do rio? Qual a sua avaliação a respeito disso?

12- Como você avalia desse espaço da orla ser um espaço compartilhado, durante o dia área comercial e a noite espaço de lazer?

13- O que você acha que a “beira” representa para os munícipes?

14- O que a beira representa para você?

15- Você tem sugestão para ações de prevenção e acidentes/desastres na orla?

16- Outras contribuições.
